

De acordo com o disposto no artigo 10º do Regulamento n.º5/2008 da CMVM transcreve-se a

EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE NO 3.º TRIMESTRE DE 2009

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

Sociedade Aberta

Sede: Praça D. João I, 28 Porto - 4000-295 Porto - Capital Social de 4.694.600.000 euros
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de
Identificação fiscal 501 525 882

Síntese de Indicadores

	Milhões de euros	30 Set. 09	30 Set. 08	Var. 09 / 08
Balanco				
Activo total		93.912	93.152	0,8%
Crédito a clientes bruto ⁽¹⁾		74.215	72.728	2,0%
Crédito a clientes (líquido) ⁽¹⁾		72.190	71.318	1,2%
Recursos totais de clientes ⁽²⁾		66.640	66.897	-0,4%
Recursos de balanço de clientes		50.980	50.971	0,0%
Depósitos de clientes		45.400	44.160	2,8%
Resultados				
Margem financeira		998,2	1.276,7	-21,8%
Produto bancário ⁽³⁾		1.898,9	1.849,8	2,7%
Custos operacionais ⁽⁴⁾		1.172,4	1.246,5	-5,9%
Imparidade do crédito (líq. de recuperações)		409,5	340,6	20,2%
Impostos sobre lucros		51,3	56,3	-8,8%
Interesses minoritários		12,2	50,9	-76,1%
Resultado líquido		178,1	142,1	25,3%
Rendibilidade				
Produto bancário / Activo líquido médio ⁽⁵⁾		2,7%	2,7%	
Rendibilidade do activo médio (ROA)		0,2%	0,2%	
Resultado antes de impostos e interesses minoritários / Activo líquido médio ⁽⁵⁾		0,3%	0,4%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)		4,9%	4,4%	
Resultado antes de impostos e interesses minoritários / Capitais próprios médios ⁽⁵⁾		6,7%	7,8%	
Qualidade do Crédito				
Crédito com incumprimento / Crédito total ^{(1) (5)}		3,1%	1,2%	
Crédito com incumprimento, líq. / Crédito total, líq. ^{(1) (5)}		0,3%	-0,7%	
Imparidade do crédito / Crédito vencido há mais de 90 dias ⁽¹⁾		118,7%	236,2%	
Imparidade do crédito / Crédito vencido total ⁽¹⁾		98,2%	171,2%	
Rácios de eficiência				
Custos operacionais / Produto bancário ^{(5) (6)}		64,4%	60,3%	
Custos operacionais / Produto bancário (actividade em Portugal) ^{(5) (6)}		60,2%	57,2%	
Custos com pessoal / Produto bancário ^{(5) (6)}		36,6%	33,8%	
Capital				
Fundos próprios totais		7.461	7.507	
Riscos ponderados		66.787	66.976	
Rácio de adequação de fundos próprios de base ⁽⁵⁾		8,9%	7,8%	
Rácio de adequação de fundos próprios ⁽⁵⁾		11,2%	11,2%	
Sucursais				
Actividade em Portugal		916	920	-0,4%
Actividade internacional		883	824	7,2%
Colaboradores				
Actividade em Portugal		10.462	10.735	-2,5%
Actividade internacional		11.389	11.801	-3,5%

(1) Exclui crédito concedido representado por títulos.

(2) Débitos para com clientes titulados e não titulados, activos sob gestão e seguros de capitalização.

(3) Margem financeira, rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, resultados por equivalência patrimonial e outros proveitos líquidos (de acordo com a Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal).

(4) Custos com pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício.

(5) Calculado de acordo com a Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal.

(6) Exclui impacto de itens específicos.

RESULTADOS

O resultado líquido consolidado do Millennium bcp atingiu 178,1 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2009, comparando com 142,1 milhões de euros relevados no período homólogo de 2008. O resultado líquido consolidado dos primeiros nove meses de 2009 inclui a valia contabilística apurada no âmbito da dispersão a novos accionistas do capital social do Banco Millennium Angola, no montante de 21,2 milhões de euros, contabilizada no primeiro trimestre de 2009, os ganhos obtidos na alienação de activos, no montante de 57,2 milhões de euros, relevada no terceiro trimestre de 2009, e o impacto negativo de 98,3 milhões de euros, dos quais 84,4 milhões de euros contabilizados no terceiro trimestre, associado à melhoria do risco de crédito próprio do Banco, apurado na valorização dos instrumentos contabilizados em *fair value option*, enquanto que o resultado líquido dos primeiros nove meses de 2008 inclui os impactos, líquidos de impostos, relacionados com as perdas por imparidade associadas à desvalorização das acções do Banco BPI, no montante de 214,2 milhões de euros, parcialmente compensados por anulações de custos periodificados em 2007, no montante de 13,2 milhões de euros.

Excluindo os impactos anteriormente referidos, o resultado líquido dos primeiros nove meses de 2009 foi fundamentalmente condicionado pela contracção da margem financeira, e pelo reforço das dotações para imparidade do crédito (líquidas de recuperações), associado à cobertura dos sinais de imparidade identificados na carteira de crédito, a par das outras provisões. Não obstante, o resultado líquido consolidado foi positivamente influenciado pela redução dos custos operacionais, generalizada a todos os agregados, beneficiando em especial da poupança de 9,9% alcançada nos outros gastos administrativos, consubstanciando o impacto da implementação de iniciativas de simplificação organizativa e de optimização dos processos nas diversas geografias, com particular enfoque em Portugal e na Polónia.

O resultado líquido da actividade em Portugal cifrou-se em 189,8 milhões de euros, nos primeiros nove meses de 2009, face aos 48,4 milhões de euros relevados no período homólogo de 2008. Esta evolução reflecte o crescimento do produto bancário, beneficiando do aumento dos resultados em operações financeiras - que incorporam no terceiro trimestre de 2009 o impacto negativo associado à melhoria do risco de crédito próprio do Banco, anteriormente referido, e, nos primeiros nove meses de 2008, a imparidade resultante da desvalorização da participação detida no Banco BPI, entretanto alienada -, por um lado, e, por outro, as poupanças alcançadas ao nível dos custos operacionais, nomeadamente a redução de 13,4% dos outros gastos administrativos.

Na actividade internacional, o resultado líquido foi influenciado pela redução do produto bancário, em particular na operação desenvolvida na Polónia, e pelo reforço quase generalizado das dotações para imparidade do crédito (líquidas de recuperações), reflectindo o crescimento dos volumes de crédito concedido e a maior necessidade de cobertura dos sinais de imparidade da carteira de crédito, em especial no Bank Millennium, S.A. Não obstante, os resultados da actividade internacional foram positivamente influenciados pela diminuição dos custos operacionais, nomeadamente dos custos com pessoal e dos outros gastos administrativos, com especial enfoque na actividade na Polónia, e pela evolução favorável dos resultados nas actividades desenvolvidas em Angola e em Moçambique.

A margem financeira situou-se em 998,2 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2009, comparando com 1.276,7 milhões de euros no período homólogo de 2008, tendo registado uma evolução favorável do segundo para o terceiro trimestre de 2009. A evolução da margem financeira foi essencialmente influenciada pelo efeito taxa de juro desfavorável - acompanhando a descida das taxas de referência do mercado, particularmente acentuada desde o final de 2008 -, parcialmente compensado pelo efeito volume positivo, traduzindo os aumentos dos depósitos de clientes e do volume de crédito concedido. A taxa de margem financeira situou-se em 1,57% em 30 de Setembro de 2009, comparando com 2,04% em 30 de Setembro de 2008, influenciada pela redução mais acentuada das taxas médias das operações activas, em relação à evolução das taxas médias das operações passivas, e pelo aumento do *spread* do *wholesale funding* de médio e longo prazo face ao período homólogo de 2008. Na actividade em Portugal, a margem financeira reflecte a contracção da taxa de margem financeira, como resultado do estreitamento dos *spreads* dos depósitos de clientes, parcialmente neutralizado pelo *repricing* das operações de crédito concedido a clientes, de modo a repercutir o custo do risco implícito nas operações contratadas, o qual prosseguirá nas redes de Corporate e

de Empresas e tem vindo a ser alargado ao Retalho. Na actividade internacional, em especial na actividade desenvolvida na Polónia, a evolução da margem financeira reflecte o efeito taxa de juro desfavorável, como resultado do estreitamento do *spread* dos depósitos a prazo, consequência designadamente da forte intensidade competitiva na captação de recursos de clientes, parcialmente compensado pela rápida adaptação do preçário à descida das taxas de juro do mercado, e pelo efeito volume favorável registado na maioria dos negócios no exterior, nomeadamente dos depósitos de clientes, com destaque para a subsidiária na Grécia, e do crédito a clientes.

BALANÇO MÉDIO

<i>Milhões de euros</i>	30 Set. 09		30 Set. 08	
	Saldo	Taxa %	Saldo	Taxa %
Aplicações em instituições de crédito	3.856	2,11	8.079	4,46
Activos financeiros	4.705	5,03	5.969	6,10
Créditos a clientes	75.374	4,26	68.161	6,32
Activos geradores de juros	83.935	4,45	82.209	6,23
Activos não geradores de juros	10.226		9.353	
	<u>94.161</u>		<u>91.562</u>	
Depósitos de instituições de crédito	8.402	2,87	10.091	6,10
Depósitos de clientes	44.249	2,67	41.198	3,02
Títulos de dívida emitidos	30.312	2,78	29.251	4,53
Passivos subordinados	2.606	4,05	2.960	5,91
Passivos geradores de juros	85.569	2,83	83.500	4,13
Passivos não geradores de juros	2.220		2.482	
Situação líquida e Interesses minoritários	6.372		5.580	
	<u>94.161</u>		<u>91.562</u>	
Taxa de margem financeira ⁽¹⁾		1,57		2,04

(1) Relação entre a margem financeira e o saldo médio do total de activos geradores de juros.

As **comissões líquidas** totalizaram 533,8 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2009, que comparam com os 553,0 milhões de euros relevados em igual período de 2008 (-3,5%). Esta evolução reflecte os menores volumes de comissões associadas à gestão de activos e operações sobre títulos (-34,6%) e de comissões relacionadas com operações de crédito (-3,4%), parcialmente compensados pelos aumentos das comissões com cartões (+0,1%) e do agregado de outras comissões (+20,5%), o qual incorpora o impacto da revisão de preçário, nomeadamente ao nível da oferta de serviços integrados e da manutenção de contas. O comportamento das comissões líquidas foi condicionado pela queda das comissões na actividade internacional (-13,4%), as quais registaram, contudo, uma subida no terceiro trimestre de 2009 face ao trimestre anterior (+20,1%). A evolução da actividade internacional foi influenciada pelas comissões com a gestão de activos e operações sobre títulos, nomeadamente na actividade desenvolvida na Polónia, tendo sido parcialmente compensada pelos aumentos nas comissões líquidas alcançados nas operações em Moçambique e em Angola. Na actividade em Portugal, as comissões líquidas evoluíram positivamente, não obstante a quebra das comissões relacionadas com a gestão de activos e operações sobre títulos, tendo crescido 0,4% face aos primeiros nove meses de 2008, beneficiando dos acréscimos das comissões associadas ao negócio de cartões, a operações de crédito e do agregado de outras comissões.

Os **resultados em operações financeiras**, que incorporam os resultados em operações de negociação e de cobertura e os resultados em activos financeiros disponíveis para venda, situaram-se em 188,2 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2009, evidenciando uma evolução favorável quando comparados com o

prejuízo de 109,3 milhões de euros relevado em igual período de 2008, não obstante o efeito negativo de 98,3 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2009, dos quais 84,4 milhões de euros contabilizados no terceiro trimestre, associado à melhoria do risco de crédito próprio do Banco, apurado na valorização dos instrumentos contabilizados em *fair value option*. Nos primeiros nove meses de 2008, os resultados em operações financeiras incorporam o impacto da contabilização de perdas por imparidade, no montante de 247,0 milhões de euros, relacionadas com a participação detida no Banco BPI, entretanto alienada. Excluindo este impacto, os resultados em operações financeiras aumentaram 36,6%, impulsionados pela actividade em Portugal. A evolução favorável dos resultados em operações financeiras reflecte o impacto positivo da progressiva descida das taxas de juro ao longo dos últimos meses, consubstanciado designadamente nos resultados apurados em instrumentos e derivados de cobertura.

Os **outros proveitos de exploração líquidos**, que agregam os outros proveitos de exploração, os outros resultados de actividades não bancárias e os resultados de alienação de outros activos, cifraram-se em 126,6 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2009, face aos 64,4 milhões de euros relevados no período homólogo de 2008. Os outros proveitos de exploração líquidos incluem, nos primeiros nove meses de 2009, o montante de 21,2 milhões de euros associados à valia contabilística apurada com a dispersão de 49,9% do capital social do Banco Millennium Angola e o montante de 57,2 milhões de euros relacionados com os ganhos obtidos na alienação de activos. Excluindo estes impactos, os outros proveitos líquidos registaram um decréscimo, fundamentalmente imputável ao menor nível de proveitos, como resultado sobretudo da alteração na contabilização dos *fees* associados à actividade de *bancassurance* que, no segundo trimestre de 2008, passaram a ser registados em comissões, atendendo a que o aumento da componente de custos na actividade internacional foi parcialmente neutralizado pela diminuição dos custos na actividade em Portugal.

Os **rendimentos de instrumentos de capital**, que incorporam os dividendos recebidos dos investimentos em activos disponíveis para venda, cifraram-se em 4,3 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2009, face aos 29,1 milhões de euros apurados em igual período de 2008, os quais incorporam 26,7 milhões de euros relativos a dividendos recebidos pelas participações financeiras detidas no capital social do Banco BPI, entretanto alienada, e da Eureka.

OUTROS PROVEITOS LÍQUIDOS

<i>Milhões de euros</i>	Set. 09	Set. 08	Var. 09/08
Comissões líquidas			
Cartões	139,3	139,1	0,1%
Gestão de activos e operações sobre títulos	93,5	142,9	-34,6%
Crédito	103,0	106,6	-3,4%
Outras	198,0	164,4	20,5%
	<u>533,8</u>	<u>553,0</u>	-3,5%
Resultados em operações financeiras ⁽¹⁾	188,2	(109,3)	
Outros proveitos de exploração líquidos ⁽²⁾	126,6	64,4	96,6%
Rendimentos de instrumentos de capital	4,3	29,1	-85,1%
Resultados por equivalência patrimonial	47,8	35,8	33,4%
Total outros proveitos líquidos	<u>900,7</u>	<u>573,0</u>	57,2%
Outros proveitos / Produto bancário ⁽³⁾	47,4%	31,0%	

⁽¹⁾ Inclui, nos primeiros nove meses de 2008, as perdas por imparidade associadas à participação detida no Banco BPI, no montante de 247,0 milhões de euros.

⁽²⁾ Inclui, nos primeiros nove meses de 2009, a valia contabilística no montante de 21,2 milhões de euros, relacionada com a dispersão de 49,9% do capital social do Banco Millennium Angola, e os ganhos obtidos no montante de 57,2 milhões de euros, relacionados com a alienação de activos.

⁽³⁾ Calculado de acordo com Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal.

Os resultados por equivalência patrimonial totalizaram 47,8 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2009, registando um crescimento de 33,4% quando comparado com os 35,8 milhões de euros relevados em igual período de 2008. Os resultados por equivalência patrimonial incluem essencialmente a apropriação de resultados da participação de 49% detida na Millenniumbcp Fortis.

Os custos operacionais, que incluem os custos com pessoal, os outros gastos administrativos e as amortizações do exercício, reduziram 5,9% para 1.172,4 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2009, face aos 1.246,5 milhões de euros apurados em igual período de 2008. Esta diminuição beneficiou da evolução registada em todos os agregados, em particular nos outros gastos administrativos e nos custos com pessoal. Os custos operacionais incluem, nos primeiros nove meses de 2008, a anulação de 18,0 milhões de euros de parte da remuneração variável periodificada em 2007, pelo que, excluindo este impacto, os custos operacionais desceram 7,3%. A redução dos custos operacionais reflecte as poupanças alcançadas quer na actividade em Portugal, quer na actividade internacional. Em Portugal, os custos operacionais desceram 2,4% face aos primeiros nove meses de 2008, influenciados pelos decréscimos dos outros gastos administrativos e das amortizações do exercício, não obstante o aumento dos custos com pessoal, determinado pelo aumento dos custos com pensões. Excluindo o impacto da anulação em 2008 da remuneração variável periodificada em 2007 e o efeito do acréscimo dos custos com pensões, no montante de 34,7 milhões de euros, apurado nos primeiros nove meses de 2009, os custos com pessoal evidenciaram uma redução face ao período homólogo de 2008 e os custos operacionais da actividade em Portugal diminuíram 8,9% no mesmo período. Na actividade internacional, a descida de 12,0% dos custos operacionais reflecte os menores custos com pessoal e a redução dos outros gastos administrativos, traduzindo fundamentalmente o desempenho da operação desenvolvida na Polónia, que além do efeito da variação cambial do *zloty* polaco face ao euro, beneficiou sobretudo do esforço de racionalização de estruturas e de processos que tem vindo a ser empreendido nesta operação.

O rácio de eficiência consolidado em base comparável situou-se em 64,4% nos primeiros nove meses de 2009 e em 60,2% na actividade em Portugal, que comparam com 60,3% e 57,2%, respectivamente, no período homólogo de 2008.

Os custos com pessoal diminuíram 3,4%, situando-se em 667,1 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2009 (690,6 milhões de euros no mesmo período de 2008). Os custos com pessoal incluem, nos primeiros nove meses de 2008, a anulação de 18,0 milhões de euros anteriormente mencionada, pelo que, excluindo este impacto, os custos com pessoal reduziram 5,9%. A evolução dos custos com pessoal reflecte fundamentalmente os menores custos relevados na actividade internacional, que diminuíram 20,0% face ao período homólogo de 2008, essencialmente determinados pela actividade desenvolvida na Polónia, reflectindo o redimensionamento do quadro de colaboradores e os ganhos de produtividade e a melhoria da eficiência operativa alcançados, e, embora em menor escala, pelas operações desenvolvidas na Grécia e nos Estados Unidos. Na actividade em Portugal, os custos com pessoal evidenciaram um aumento de 5,2% face aos primeiros nove meses de 2008. Excluindo o impacto da referida anulação da remuneração variável em 2008, e o mencionado acréscimo de custos com pensões, no montante de 34,7 milhões de euros, os custos com pessoal em Portugal reduziram 6,2%, influenciados fundamentalmente pelo menor nível de remuneração variável.

Os outros gastos administrativos reduziram 9,9%, cifrando-se em 426,7 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2009, comparando com 473,4 milhões de euros em igual período de 2008. Os menores gastos administrativos beneficiaram das poupanças alcançadas na generalidade das rubricas, nomeadamente em publicidade, serviços especializados, economato, conservação e reparação e deslocações. Esta evolução traduz o impacto do prosseguimento dos esforços de redução de custos, nomeadamente através da simplificação organizativa e racionalização operativa nas diversas operações do Grupo, consubstanciado na redução simultânea dos custos, quer na actividade em Portugal, quer na actividade internacional. Em Portugal, os outros gastos administrativos diminuíram 13,4%, face ao período homólogo de 2008, influenciado pelas poupanças alcançadas na generalidade das rubricas, em particular em serviços especializados. Na actividade internacional os outros gastos administrativos desceram 4,7%, influenciados sobretudo por menores gastos em publicidade e conservação e reparação, mais do que compensando os aumentos em serviços especializados e em rendas. A evolução dos gastos administrativos na actividade internacional foi

determinada pela actividade na Polónia, favoravelmente influenciada pela revisão do plano de expansão e consequente ajustamento da estrutura de custos aos níveis de actividade e pelo efeito cambial do *zloty* polaco face ao euro, o que mais do que compensou os aumentos registados na operações em Angola, Moçambique, Grécia e Roménia, associados à estratégia de crescimento orgânico em curso em algumas destas operações, corporizado no alargamento das respectivas redes de distribuição.

As amortizações do exercício totalizaram 78,6 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2009, diminuindo 4,7% face aos 82,5 milhões de euros apurados em igual período de 2008. A redução do nível de amortizações foi influenciada pela actividade em Portugal, o que mais do que compensou o acréscimo de amortizações relevado na actividade internacional. Em Portugal, a redução das amortizações do exercício (-9,4%) foi determinada fundamentalmente pelo menor montante de amortizações relacionadas com imóveis, reflectindo o progressivo termo do período de amortização previsto para os investimentos realizados, bem como, a alienação de activos.

CUSTOS OPERACIONAIS

<i>Milhões de euros</i>	Set. 09	Set. 08	Var. 09/08
Custos com o pessoal ⁽¹⁾	667,1	690,6	-3,4%
Outros gastos administrativos	426,7	473,4	-9,9%
Amortizações do exercício	78,6	82,5	-4,7%
	<u>1.172,4</u>	<u>1.246,5</u>	-5,9%
dos quais:			
Actividade em Portugal	769,1	788,0	-2,4%
Actividade internacional	403,3	458,5	-12,0%
Custos operacionais / Produto bancário ^{(2) (3)}	60,2%	57,2%	

(1) Inclui em 2008 a anulação de 18,0 milhões de euros, referente a parte da remuneração variável periodificada em 2007.

(2) Actividade em Portugal. Calculado de acordo com a Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal.

(3) Exclui impacto de itens específicos.

As imparidades de crédito (líquidas de recuperações) ascenderam a 409,4 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2009, comparando com 340,6 milhões de euros no mesmo período de 2008. Este comportamento reflecte, por um lado, o maior nível de dotações no período, visando o reforço da cobertura dos sinais de imparidade identificados na carteira de crédito a clientes, e, por outro lado, a diminuição do volume de recuperações de crédito face ao montante relevado nos primeiros nove meses de 2008. A evolução das imparidades de crédito (líquidas de recuperações) foi influenciada fundamentalmente pelo reforço das dotações na generalidade das operações internacionais, em especial na operação desenvolvida na Polónia, na medida em que se observou a diminuição de dotações na actividade em Portugal (-14,7%). O custo do risco, avaliado pela proporção de dotações para imparidades (líquidas de recuperações) no total da carteira de crédito, excluindo o crédito concedido representado por títulos, situou-se em 74 p.b. no final dos primeiros nove meses de 2009, comparando com os 62 p.b. no período homólogo de 2008.

As outras provisões, que incluem as imparidades de outros activos e as outras provisões, situaram-se em 75,4 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2009, incorporando o impacto do provisionamento associado a imóveis recebidos em dação, que, no âmbito do processo de reavaliação regular instituído, evidenciaram descida do respectivo valor de mercado, a par do reforço de provisões constituídas para contingências diversas.

BALANÇO

O activo total consolidado cifrou-se em 93.912 milhões de euros em 30 de Setembro de 2009, comparando com os 93.152 milhões de euros apurados em igual data de 2008.

O crédito a clientes, excluindo o crédito concedido representado por títulos, totalizou 74.215 milhões de euros em 30 de Setembro de 2009, registando um aumento de 2,0% face aos 72.728 milhões de euros relevados no final de Setembro de 2008. O crescimento da carteira de crédito a clientes foi suportado pelo desempenho do crédito a particulares, que aumentou 4,0% face a igual data de 2008, nomeadamente pelo crédito à habitação com subida de 4,4%, e também pela evolução do crédito a empresas, que cresceu 0,5% face ao final de Setembro de 2008.

Até 31 de Dezembro de 2008, e de acordo com os critérios adoptados pelo Grupo, os créditos vencidos totalmente provisionados eram abatidos ao activo quando as perdas por imparidade correspondiam a 100%. No primeiro trimestre de 2009, na sequência da Carta Circular 15/2009 do Banco de Portugal, o Banco passou a abater ao activo apenas os créditos vencidos provisionados a 100% que após uma análise económica sejam considerados como incobráveis por se concluir que não existem perspectivas da sua recuperação. A adopção deste novo critério teve um impacto adicional no valor do crédito vencido relevado no Balanço, no montante de 241,1 milhões de euros. Excluindo a mencionada reclassificação do crédito vencido, o crédito a clientes cresceu 1,7% face a 30 de Setembro de 2008.

O crescimento da carteira de crédito a clientes foi determinado pelos desempenhos alcançados quer na actividade em Portugal, quer na actividade internacional, que registaram acréscimos de 2,1% e de 1,8%, respectivamente. A actividade em Portugal beneficiou do aumento de 4,1% do crédito a particulares, influenciado fundamentalmente pelo crédito à habitação, o qual subiu 4,2%, e pelo crescimento mais moderado do crédito a empresas (+0,7%). Na actividade internacional, a evolução do crédito a clientes foi suportada pelo aumento de 3,7% do crédito a particulares, impulsionado pela subida de 4,8% do crédito à habitação, nomeadamente nas operações desenvolvidas na Polónia, Grécia e Roménia, apesar da descida do crédito a empresas, essencialmente influenciada pelo impacto do efeito cambial desfavorável do *zloty* polaco face ao euro, não obstante a evolução favorável em moeda local do crédito concedido a empresas na actividade desenvolvida na Polónia e os crescimentos registados nas subsidiárias na Grécia, Angola, Moçambique e Roménia.

A estrutura da carteira de crédito consolidada permaneceu estável e equilibrada, entre 30 de Setembro de 2008 e 30 de Setembro de 2009, com o crédito a empresas a representar cerca de 55% do crédito total, excluindo o crédito concedido representado por títulos, posicionando-se como a principal componente do crédito concedido a clientes, enquanto o crédito a clientes particulares representava cerca de 45% da carteira de crédito a clientes.

CRÉDITO A CLIENTES ⁽¹⁾

<i>Milhões de euros</i>	30 Set. 09	30 Set. 08	Var. 09 / 08
Particulares			
Crédito hipotecário	29.089	27.872	4,4%
Crédito ao consumo	5.036	4.948	1,8%
	<u>34.125</u>	<u>32.820</u>	4,0%
Empresas			
Serviços	14.341	12.916	11,0%
Comércio	4.973	5.317	-6,5%
Outros	20.776	21.675	-4,1%
	<u>40.090</u>	<u>39.908</u>	0,5%
Total	<u><u>74.215</u></u>	<u><u>72.728</u></u>	2,0%
do qual:			
Actividade em Portugal	59.140	57.919	2,1%
Actividade internacional	15.075	14.809	1,8%

(1) Exclui crédito concedido representado por títulos.

A **qualidade da carteira de crédito**, aferida com base nos indicadores de incumprimento, designadamente pela proporção de crédito vencido há mais de 90 dias no crédito total, excluindo o crédito concedido representado por títulos, continuou a evidenciar níveis compatíveis com os previstos para a actual conjuntura económico-financeira, tendo-se fixado em 2,3% em 30 de Setembro de 2009, reflectindo adicionalmente o efeito da reclassificação e relevação no Balanço de créditos vencidos totalmente provisionados (representando 0,3% do crédito total) e que evidenciam alguma probabilidade de recuperação, conforme mencionado anteriormente. O rácio de cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias situou-se em 118,7% em 30 de Setembro de 2009.

CRÉDITO VENCIDO HÁ MAIS DE 90 DIAS E IMPARIDADE EM 30 DE SETEMBRO DE 2009 ⁽¹⁾

<i>Milhões de euros</i>	Crédito vencido há mais de 90 dias	Imparidade para riscos de crédito	Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito Total	Grau de cobertura
Particulares				
Crédito hipotecário	159	165	0,5%	103,4%
Crédito ao consumo	304	290	6,0%	95,5%
	<u>463</u>	<u>455</u>	1,4%	98,2%
Empresas				
Serviços	321	425	2,2%	132,6%
Comércio	290	289	5,8%	99,8%
Outros	632	857	3,0%	135,3%
	<u>1.243</u>	<u>1.571</u>	3,1%	126,3%
Total	<u><u>1.706</u></u>	<u><u>2.026</u></u>	2,3%	118,7%

(1) Exclui crédito concedido representado por títulos.

Os **recursos totais** de clientes ascenderam a 66.640 milhões de euros em 30 de Setembro de 2009, comparando com 66.897 milhões de euros em 30 de Setembro de 2008. Os recursos de balanço de clientes foram favoravelmente influenciados pela subida de 2,8% dos depósitos de clientes, traduzindo a preferência dos clientes por aplicações financeiras com menor risco, designadamente as tradicionais aplicações a prazo, reflectindo a incerteza e o comportamento instável dos mercados financeiros, que condicionaram o desempenho dos recursos fora de balanço de clientes (-1,7%), apesar dos sinais de retoma da confiança dos investidores no decurso do último trimestre. Com efeito, esta evolução foi essencialmente influenciada pela descida dos activos sob gestão, não obstante o ligeiro acréscimo face ao final do trimestre anterior, tendo sido parcialmente neutralizada pelo aumento de 10,4% dos seguros de capitalização face a 30 de Setembro de 2008. Em Portugal, o crescimento de 6,3% dos depósitos de clientes mais do que compensou a diminuição dos recursos fora de balanço, determinada pelos activos sob gestão, resultando na subida de 1,2% dos recursos totais de clientes. O desempenho da actividade internacional foi fundamentalmente condicionado pela actividade na Polónia, traduzindo o impacto da variação cambial desfavorável do *zloty* polaco face ao euro, pelo que, excluindo este efeito, os recursos totais de clientes evoluíram favoravelmente, em particular na actividade desenvolvida na Grécia, com crescimentos na ordem dos 14% tanto nos depósitos como nos recursos totais de clientes.

Em termos trimestrais, os recursos totais de clientes aumentaram 1,4%, face ao volume apurado no final do segundo trimestre de 2009, suportados pelos crescimentos quer dos recursos de balanço de clientes (+0,1%), quer dos recursos fora de balanço (+5,9%).

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

<i>Milhões de euros</i>	30 Set. 09	30 Set. 08	Var. 09 / 08
Recursos de balanço de clientes			
Depósitos de clientes	45.400	44.160	2,8%
Débitos para com clientes titulados	5.580	6.811	-18,1%
	<u>50.980</u>	<u>50.971</u>	0,0%
Recursos fora de balanço de clientes			
Activos sob gestão	4.854	6.136	-20,9%
Seguros de capitalização	10.806	9.790	10,4%
	<u>15.660</u>	<u>15.926</u>	-1,7%
Total	<u><u>66.640</u></u>	<u><u>66.897</u></u>	-0,4%
dos quais:			
Actividade em Portugal	52.104	51.486	1,2%
Actividade internacional	14.536	15.411	-5,7%

GESTÃO DE LIQUIDEZ

A gestão de liquidez no Millennium bcp, nos primeiros nove meses de 2009, privilegiou o aproveitamento das oportunidades de acesso a fontes alternativas de tomada de fundos, a optimização do custo do *funding* nos mercados de transacções de elevados montantes (*wholesale funding*) e o reforço da captação e retenção de recursos de balanço de clientes. O aumento do volume de depósitos de clientes tem vindo a revelar-se um importante factor de suporte à concessão de crédito às famílias e ao sector empresarial, o qual, conjugado com a operação de aumento do capital social do Banco e as emissões de dívida realizadas em 2008 e no decurso de 2009, permitiu ao Grupo alcançar níveis adequados de liquidez, num enquadramento ainda marcado pela incerteza em torno do comportamento dos mercados financeiros.

Nos primeiros nove meses de 2009, o Grupo concretizou com sucesso a emissão de dívida a taxa fixa (*Euro Fixed Rate Notes*) a 3 anos, garantida pela República Portuguesa, no montante de 1,5 mil milhões de euros, estimando-se em cerca de 3,5 mil milhões de euros o *plafond* ainda utilizável da garantia da República Portuguesa alocada ao Grupo. Adicionalmente, concluíram-se com sucesso as duas emissões de obrigações a taxa fixa a 2 e a 5 anos, sem recurso a garantia do Estado, em Abril e Junho de 2009, respectivamente, no montante agregado de 2,0 mil milhões de euros, e de um instrumento financeiro denominado "Valores Mobiliários Perpétuos com Juros Condicionados" ("Valores"), no montante global de 900 milhões de euros, ao abrigo do Programa de Emissão de Valores Mobiliários Representativos de Dívida, dos quais 300 milhões de euros foram emitidos em Junho de 2009 e 600 milhões de euros em Agosto de 2009. Acresce que, no Grupo, a carteira de títulos elegíveis para colateral nas operações de refinanciamento junto de Bancos Centrais ascende a 10,1 mil milhões de euros.

CAPITAL

Os rácios de capital reportados a 30 de Setembro de 2009 foram calculados no quadro regulamentar de Basileia II, tendo sido utilizado o método padrão para o cálculo dos requisitos de capital para riscos de crédito e, mediante autorização concedida pelo Banco de Portugal, adoptado o método *standard* para o risco operacional e o método dos modelos internos para o risco genérico de mercado.

No âmbito da adopção de metodologias avançadas (IRB) para o cálculo dos requisitos de capital para risco de crédito, o Millennium bcp tem vindo a encetar todos os esforços no sentido de poder satisfazer, de forma célere, todos os requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal.

O rácio de solvabilidade consolidado, em 30 de Setembro de 2009, situou-se em 11,2%, tendo o Tier I atingido 8,9%, superior ao limiar mínimo recomendado pelo Banco de Portugal de 8,0%, fixado para esta data, beneficiando, no terceiro trimestre, fundamentalmente do impacto favorável da emissão de 600 milhões de euros de "Valores", tendo o rácio Core Tier I ascendido a 6,2%, estabilizando face a 30 de Junho de 2009.

O rácio Core Tier I, no terceiro trimestre de 2009, foi favoravelmente influenciado pelos ganhos obtidos na alienação de activos (+9 p.b.) e pela reversão, ao nível dos fundos próprios, dos prejuízos apurados devido à variação do risco de crédito do Banco em passivos avaliados ao justo valor (+13 p.b.). Estes benefícios foram parcialmente neutralizados pelo efeito negativo dos impactos diferidos dos ajustamentos da transição para as IFRS, da tábua de mortalidade de 2005 e das perdas actuariais de 2008, bem como pela dedução provocada pelo crescimento da diferença entre os saldos de provisões regulamentares e as imparidades de crédito (-15 p.b. no conjunto).

O Core Tier I, excluindo os ganhos e os impactos anteriormente mencionados, foi ainda influenciado, essencialmente, pelos resultados líquidos de exploração no trimestre, pela periodificação de dividendos das preferenciais e dos "Valores", pelo aumento das reservas de justo valor, pelo decréscimo de acções próprias em carteira e pela amortização dos desvios actuariais acima do corredor.

A evolução observada no rácio Tier II entre Junho e Setembro de 2009 reflecte, essencialmente, a recompra de passivos subordinados no montante de 512 milhões de euros que integravam, o cômputo dos fundos próprios consolidados.

Adicionalmente, a evolução dos rácios de capital foi condicionada pelo aumento dos riscos ponderados, influenciado pelo cancelamento, em Julho de 2009, da operação de securitização sintética ("Promise Caravela"), não obstante a diminuição dos riscos ponderados da actividade, como resultado nomeadamente do decréscimo do saldo de crédito concedido face a 30 de Junho de 2009.

RÁCIO DE SOLVABILIDADE

<i>Milhões de euros</i>	30 Set. 09	30 Jun. 09
Fundos Próprios		
Base	5.948	5.283
dos quais: Acções preferenciais	1.834	1.256
Deduções em participações ⁽¹⁾	(26)	(47)
Complementares	1.626	2.156
Deduções aos Fundos Próprios Totais	<u>(113)</u>	<u>(101)</u>
Total	<u>7.461</u>	<u>7.338</u>
Riscos Ponderados	66.787	65.931
Rácios de Solvabilidade		
Core Tier I	6,2%	6,2%
Tier I	8,9%	8,0%
Tier II	2,3%	3,1%
Total	11,2%	11,1%

(1) Inclui, nomeadamente, as deduções associadas às participações detidas na Millenniumbcp Fortis e no Banque BCP (França e Luxemburgo).

SEGMENTOS

O Millennium bcp desenvolve um conjunto de actividades bancárias e de serviços financeiros em Portugal e no estrangeiro, com especial ênfase nos negócios de Banca de Retalho e Empresas, de Corporate e Banca de Investimento e de Private Banking e Asset Management.

Caracterização dos segmentos

O segmento Banca de Retalho e Empresas, em Portugal, inclui: (i) a Banca de Retalho, cuja estratégia de abordagem se encontra delineada tendo em consideração os clientes que valorizam uma proposta de valor alicerçada na inovação e rapidez, designados clientes *Mass market*, e os clientes cuja especificidade de interesses, dimensão do património financeiro ou nível de rendimento, justificam uma proposta de valor baseada na inovação e na personalização de atendimento através de um gestor de cliente dedicado, designados clientes *Prestige* e Negócios; e (ii) a rede Empresas, servindo as necessidades financeiras de empresas com volume anual de negócios compreendido entre 7,5 milhões de euros e 100 milhões de euros, apostando na inovação e numa oferta global de produtos bancários tradicionais complementada com financiamentos especializados. No âmbito da estratégia de *cross-selling*, o segmento Banca de Retalho e Empresas funciona também, através da rede de Retalho, como canal de distribuição dos produtos e serviços da generalidade das áreas de negócios do Millennium bcp.

O segmento Corporate e Banca de Investimento em Portugal incorpora: (i) a rede Corporate, dirigida a empresas e entidades institucionais com um volume anual de negócios superior a 100 milhões de euros, oferecendo uma gama completa de produtos e serviços de valor acrescentado; (ii) a Banca de Investimento especializada no mercado de capitais, prestação de serviços de consultoria e assessoria estratégica e financeira, serviços especializados de *Project Finance*, *Corporate Finance*, corretagem de valores mobiliários e *Equity Research*, bem como na estruturação de produtos derivados de cobertura de risco; e (iii) a actividade da Direcção Internacional do Banco.

A actividade de Private Banking e Asset Management é assegurada pela rede Private Banking em Portugal, pelo Millennium Banque Privée, uma plataforma de *private banking* de direito suíço, e pelas subsidiárias especializadas no negócio de gestão de fundos de investimento. O Private Banking e Asset Management inclui também o ActivoBank7, um banco *online* de serviço global especializado nos negócios de bolsa e na selecção e aconselhamento de produtos de investimento a longo prazo.

Os Negócios no Exterior englobam as diferentes operações do Millennium bcp fora de Portugal, nomeadamente, na Polónia, Grécia, Turquia, Roménia, Moçambique, Angola e Estados Unidos da América. Na Polónia, o Grupo está representado por um banco universal, na Grécia por uma operação baseada na inovação de produtos e serviços, na Turquia apresenta-se como uma operação dirigida para os segmentos *Upper market*, *Affluent* e Negócios e na Roménia marca presença com uma operação de raiz, vocacionada para os segmentos de *Mass market* e de Negócios, Empresas e *Affluent*. O Grupo encontra-se ainda representado em Moçambique pelo Millennium bim, um banco universal, direccionado para clientes particulares e empresas, em Angola pelo Banco Millennium Angola, um banco enfocado em clientes particulares e em empresas e instituições do sector público e privado, e nos Estados Unidos da América pelo Millennium bcpbank, um banco global vocacionado para servir a população local e, em especial, a comunidade de língua portuguesa. Todas estas operações desenvolvem a sua actividade sob a mesma marca comercial de Millennium.

Actividade dos segmentos de negócio

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, reflectindo também o impacto, ao nível do balanço e da conta de exploração, do processo de afectação de capital e de balanceamento de cada entidade, efectuado com base em valores médios. As rubricas do balanço de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são recalculadas tendo em conta a substituição dos capitais próprios contabilísticos pelos montantes afectos através do processo de alocação, respeitando os critérios regulamentares de solvabilidade. Tendo em consideração que o processo de alocação de capital obedece a critérios regulamentares de solvabilidade em vigor, os riscos ponderados, e consequentemente o capital afecto aos segmentos, baseiam-se, na metodologia de Basileia II. Em 2009 os riscos ponderados foram influenciados pela adopção do método padrão para o cálculo dos requisitos de capital para riscos de crédito e, mediante autorização concedida pelo Banco de Portugal, adoptado o método standard para o risco operacional e o método dos modelos internos para o risco genérico de mercado. O balanceamento das várias operações é assegurado por transferências internas de fundos, não se registando alterações ao nível consolidado.

As contribuições líquidas de cada segmento reflectem os resultados individuais das unidades de negócio, independentemente da percentagem de participação detida pelo Grupo. A informação seguidamente apresentada foi preparada tendo por base as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRS e com a organização a 30 de Setembro de 2009 das áreas de negócio do Grupo. Para efeitos de comparabilidade desta informação foram repercutidas, em 2008, as alterações estruturais ocorridas em 2009 ao nível da organização dos segmentos. Consequentemente, a rede Empresas foi incorporada no segmento Banca de Retalho e Empresas passando a rede Corporate a fazer parte do segmento Corporate e Banca de Investimento. De igual forma, o ActivoBank7 deixou de integrar a Banca de Retalho passando a fazer parte do Private Banking e Asset Management.

Retalho e Empresas

A contribuição líquida da Banca de Retalho e Empresas em Portugal cifrou-se em 139,1 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2009, comparando com 285,2 milhões de euros no período homólogo de 2008, reflectindo a diminuição no produto bancário, condicionado pela contracção da margem financeira, e pelo reforço das dotações para imparidade, associado aos sinais de imparidade na carteira de crédito.

A evolução favorável verificada na margem do crédito, resultante do aumento observado no *spread* médio, na sequência do *repricing* das operações que tem vindo a ser implementado, não foi suficiente para compensar a evolução desfavorável da margem dos recursos e o efeito preço induzido pela descida das taxas do Banco Central Europeu, com impacto nomeadamente nos depósitos à ordem, e pelo reforço do peso relativo dos depósitos a prazo face aos depósitos à ordem.

As comissões evoluíram positivamente face aos primeiros nove meses de 2008, com especial ênfase para as comissões associadas a depósitos à ordem e a cartões. Os custos operacionais registaram uma redução, face ao período homólogo de 2008, consubstanciando o impacto da implementação de iniciativas de simplificação organizativa e de optimização dos processos que se traduziram, entre outros, na diminuição do número de colaboradores.

A estratégia de captação de novos clientes e de crescimento de recursos traduziu-se num aumento de depósitos de clientes de 7,1%, permitindo colmatar o impacto da diminuição de 37,4% registada nos activos sob gestão e determinando a evolução dos recursos totais de clientes de 36.230 milhões de euros, em 30 de Setembro de 2008, para 37.094 milhões de euros, em 30 de Setembro de 2009.

O crédito a clientes subiu 1,2%, totalizando 46.086 milhões de euros em 30 de Setembro de 2009, comparando com os 45.518 milhões de euros contabilizados em igual período de 2008, com destaque para o papel comercial, empréstimos obrigacionistas e crédito à habitação, este último evidenciando uma tendência de abrandamento.

<i>Milhões de euros</i>	30 Set.09	30 Set.08	Var. 09 / 08
Demonstração de resultados			
Margem financeira	637,4	834,5	-23,6%
Outros proveitos líquidos	355,7	347,0	2,5%
	993,1	1.181,5	-15,9%
Custos operacionais	584,9	603,7	-3,1%
Imparidade	218,9	189,7	15,4%
Contribuição antes de impostos	189,2	388,0	-51,2%
Impostos	50,1	102,8	-51,2%
Contribuição líquida	139,1	285,2	-51,2%
Síntese de indicadores			
Capital afecto	1.607	1.633	
Rendibilidade do capital afecto	11,6%	23,3%	
Riscos ponderados	32.149	32.663	
Rácio de eficiência	58,9%	51,1%	
Crédito a clientes	46.086	45.518	1,2%
Recursos totais de clientes	37.094	36.230	2,4%

Corporate e Banca de Investimento

No segmento Corporate e Banca de Investimento a contribuição líquida totalizou 113,5 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2009, comparando com 77,1 milhões de euros no período homólogo de 2008. O desempenho deste segmento foi determinado pela evolução positiva verificada na margem financeira e nos outros proveitos, a par da redução de custos, que permitiu anular o impacto do reforço das dotações para imparidade resultante do aumento da carteira de crédito com sinais de imparidade.

O aumento de margem financeira, reflecte, por um lado, o acréscimo do volume de negócios, tanto ao nível do crédito concedido a clientes como ao nível dos depósitos de clientes e, por outro, a disciplina na política de *pricing* e na gestão de risco, traduzindo-se numa melhoria da taxa de margem do crédito e suplantando o impacto negativo na margem financeira decorrente da redução da taxa de margem dos recursos, nomeadamente dos depósitos à ordem. Os outros proveitos líquidos incorporam, positivamente, o desempenho das comissões líquidas determinado pelo crescimento das comissões associadas ao crédito, à sindicância internacional, à montagem de operações de securitização, a produtos estruturados e a papel comercial.

Os custos operacionais também contribuíram positivamente, ao registarem uma redução face ao período homólogo, evidenciando poupanças sustentadas desde 2008 bem como as sinergias associadas ao processo de fusão do Banco Millennium bcp Investimento no Banco Comercial Português.

Os recursos totais de clientes cresceram 26,4%, ascendendo a 11.216 milhões de euros em 30 de Setembro de 2009, comparando com 8.877 milhões de euros apurados em 30 de Setembro de 2008. O aumento dos recursos de clientes, apesar da intensidade competitiva neste segmento de negócio, foi determinado pelo crescimento de 64,6% registado nos depósitos de clientes.

O crédito a clientes atingiu 12.463 milhões de euros no final de Setembro de 2009, aumentando 2,0% face aos 12.223 milhões de euros contabilizados no final de Setembro de 2008. A evolução favorável do crédito ocorreu num contexto caracterizado pelo acentuar da restrição no acesso a fontes de financiamento e pela maior selectividade na concessão de crédito, com reflexo numa maior disciplina de preços.

<i>Milhões de euros</i>	30 Set.09	30 Set.08	Var. 09 / 08
Demonstração de resultados			
Margem financeira	151,6	107,2	41,3%
Outros proveitos líquidos	146,5	132,9	10,2%
	298,1	240,2	24,1%
Custos operacionais	57,2	71,1	-19,5%
Imparidade	85,5	63,1	35,4%
Contribuição antes de impostos	155,4	105,9	46,7%
Impostos	41,9	28,8	45,7%
Contribuição líquida	113,5	77,1	47,1%
Síntese de indicadores			
Capital afecto	727	773	
Rendibilidade do capital afecto	20,9%	13,3%	
Riscos ponderados	14.530	15.460	
Rácio de eficiência	19,2%	29,6%	
Crédito a clientes ⁽¹⁾	12.463	12.223	2,0%
Recursos totais de clientes	11.216	8.877	26,4%

(1) Inclui papel comercial.

Private Banking e Asset Management

O segmento Private Banking e Asset Management registou uma contribuição líquida de 2,4 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2009, comparando com 2,9 milhões de euros apurados em igual período de 2008. A evolução da contribuição líquida reflecte o reforço das dotações para imparidade e o menor nível de comissões, condicionado pelo efeito volume desfavorável associado às comissões de gestão e intermediação de fundos e de activos sob gestão e pela diminuição das comissões com a colocação de títulos.

O aumento da margem financeira relativamente ao período homólogo de 2008, foi determinado pelo crescimento do volume de crédito a clientes e pela subida da respectiva taxa de margem na sequência do *repricing* das operações. Os custos operacionais contribuíram positivamente, ao registarem uma redução de 10,6% face ao período homólogo, beneficiando em particular da poupança alcançada nos outros gastos administrativos, consubstanciando o impacto da implementação de iniciativas de simplificação organizativa e de optimização dos processos.

Os depósitos de clientes aumentaram 9,6% face a 30 de Setembro de 2008, o que não foi, contudo, suficiente para compensar a evolução dos activos sob gestão, que evidenciaram uma redução de 14,0% face a igual data de 2008, reflectindo o comportamento adverso dos mercados de capitais.

O crédito a clientes ascendeu a 3.568 milhões de euros em 30 de Setembro 2009, representando uma subida de 3,8% face aos 3.438 milhões de euros em 30 de Setembro de 2008, suportada pela rede Private Banking em Portugal, na sequência do esforço de alargamento da base de negócios.

<i>Milhões de euros</i>	30 Set. 09	30 Set. 08	Var. 09 / 08
Demonstração de resultados			
Margem financeira	50,9	43,1	18,2%
Outros proveitos líquidos	38,0	41,0	-7,2%
	<u>88,9</u>	<u>84,0</u>	5,8%
Custos operacionais	45,4	50,8	-10,6%
Imparidade	40,2	34,3	17,0%
Contribuição antes de impostos	3,4	(1,1)	--
Impostos	1,0	(3,9)	--
Contribuição líquida	<u><u>2,4</u></u>	<u><u>2,9</u></u>	-16,5%
Síntese de indicadores			
Capital afecto	114	115	
Rendibilidade do capital afecto	2,8%	3,4%	
Riscos ponderados	2.271	2.296	
Rácio de eficiência	51,0%	60,4%	
Crédito a clientes	3.568	3.438	3,8%
Recursos totais de clientes	11.370	12.689	-10,4%

Negócios no Exterior

A contribuição líquida do segmento Negócios no Exterior registou uma diminuição de 105,1% e um valor negativo de 6,2 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2009, comparando com 122,6 milhões de euros no período homólogo de 2008. A evolução da contribuição líquida reflecte o reforço das dotações para imparidade na generalidade das operações e a diminuição observada na margem financeira na actividade desenvolvida na Polónia. Não obstante, os resultados da actividade internacional foram positivamente influenciados pela diminuição dos custos operacionais, nomeadamente dos custos com pessoal e dos outros gastos administrativos, com especial enfoque na actividade na Polónia, e pela evolução favorável dos resultados das subsidiárias em Angola e Moçambique.

A evolução da margem financeira reflecte o efeito taxa de juro desfavorável, como resultado do estreitamento do *spread* dos depósitos a prazo, consequência designadamente da forte intensidade competitiva na captação de recursos de clientes e pelo efeito volume favorável registado na maioria dos negócios no exterior, nomeadamente dos depósitos de clientes e do crédito a clientes. Destaca-se, ainda, o acréscimo da margem financeira na operações desenvolvidas em Angola e Moçambique, que foi suportado pelo aumento verificado nos volumes de negócios.

Os custos operacionais registaram uma redução, beneficiando, essencialmente, da diminuição dos custos com pessoal e dos gastos administrativos na actividade na Polónia e na Turquia, que mais do que compensaram o aumento dos custos operacionais nas operações em Angola, em Moçambique e na Roménia, associados à estratégia de crescimento orgânico em curso, corporizado no aumento da rede de distribuição e com reflexo directo no reforço do quadro de colaboradores.

O crédito concedido a clientes cresceu 1,0%, ascendendo a 14.686 milhões de euros em 30 de Setembro de 2009, beneficiando do desempenho do crédito a particulares, impulsionado pela contínua disponibilização de produtos e serviços financeiros inovadores, adaptados às necessidades e perfil de risco dos clientes, e reflectindo o crescimento evidenciado na generalidade das operações no exterior, particularmente nas operações desenvolvidas em Angola, em Moçambique, na Grécia e na Roménia.

Os recursos totais de clientes diminuíram 5,7%, totalizando 14.536 milhões de euros em 30 de Setembro de 2009, influenciados pela evolução dos depósitos de clientes, que desceram 4,7%, reflectindo o efeito da desvalorização cambial observada, nomeadamente, na Polónia e na Turquia.

<i>Milhões de euros</i>	30 Set. 09	30 Set. 08	Var. 09 / 08
Demonstração de resultados			
Margem financeira	271,3	361,7	-25,0%
Outros proveitos líquidos	261,5	297,8	-12,2%
	532,8	659,5	-19,2%
Custos operacionais	403,3	458,5	-12,0%
Imparidade e provisões	128,1	46,2	--
Contribuição antes de impostos	1,4	154,8	-99,1%
Impostos	7,7	32,3	-76,2%
Contribuição líquida	(6,2)	122,6	-105,1%
Síntese de indicadores			
Capital afecto	984	991	
Rendibilidade do capital afecto	-0,8%	16,5%	
Riscos ponderados	12.665	14.098	
Rácio de eficiência	75,7%	69,5%	
Crédito a clientes	14.686	14.536	1,0%
Recursos totais de clientes	14.536	15.411	-5,7%

ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS

As medidas de simplificação organizacional e de optimização dos processos, consubstanciadas na reestruturação de unidades orgânicas no início de Julho, com o objectivo de racionalização de áreas de suporte em Portugal; o ajustamento dos modelos de negócio na Polónia, Roménia e na área de Private Banking; a continuação da expansão das operações em Moçambique e Angola; as iniciativas de reforço dos fundos próprios de base, através da emissão de dívida subordinada perpétua, e de melhoria da posição de liquidez do Grupo, do aumento dos activos elegíveis para desconto junto do Banco Central Europeu e do controlo do *gap* comercial nas principais operações; a continuação dos esforços de ajustamento do *pricing*, em Portugal e nas operações internacionais e, ainda, os programas para expandir o volume de negócios, gerar valor adicional e aumentar a retenção da base de clientes em todas as operações do Grupo, constituíram os principais acontecimentos no terceiro trimestre de 2009. Merecem especial relevância:

- Acordo para a redução da participação accionista do Grupo Millennium bcp no Projecto de Requalificação e Reordenação Urbana da Zona Marginal de Luanda ("Projecto Baía de Luanda") para 10%;
- Fusão por incorporação do Banco Millennium bcp Investimento S.A., no Banco Comercial Português, S.A., mediante transferência global do património da sociedade incorporada para a sociedade incorporante e extinção do Banco Millennium bcp Investimento, S.A.;
- Acordo do Millennium bcpbank, n.a, à emissão de uma *Consent Order* pelo *Office of the Comptroller of the Currency* (OCC), dos Estados Unidos da América, estabelecendo um conjunto de medidas tendo em vista a redefinição do plano estratégico, o reforço das estruturas de governo e rácios de capital e a melhoria de gestão de risco;
- Lançamento pelo Millennium bcp de uma nova Linha de crédito no âmbito da "PME Investe III", destinada especificamente a Apoiar a Tesouraria das Empresas do Sector do Turismo localizadas em território nacional detentoras de um volume de facturação anual inferior a 150 milhões de euros;
- Assinatura de protocolo de cooperação entre o Millennium bcp e a Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Lisboa, no âmbito das parcerias que o Banco tem vindo a desenvolver com diversas entidades, visando o acesso ao Microcrédito de um universo mais alargado de pessoas com capacidade empreendedora;
- Assinatura de um acordo de cooperação entre o Millennium bcp e o Industrial and Commercial Bank of China (ICBC) - Macau, permitindo aos clientes do Millennium bcp com operações na China o acesso à rede de produtos e serviços bancários da maior instituição financeira a nível mundial e facilitando o processo de internacionalização das empresas portuguesas. Em contrapartida, este acordo permite aos clientes do ICBC a realização de operações bancárias nos diferentes países onde o Millennium bcp está presente;
- Realização do Encontro Millennium em Aveiro nos dias 8 e 9 de Julho, no âmbito da estratégia de reforço do dinamismo comercial e institucional do Millennium bcp;
- Revisão, pela Moody's, em 16 de Setembro de 2009, dos *ratings* de dívida sénior do Banco Comercial Português, S.A., em conjunto com os de outros Bancos Portugueses, de "Aa3/P-1" para "A1/P-1" e do *Bank Financial Strength Rating* (BFSR - solidez financeira) de "C+" para "D+". O *outlook* sobre BFSR é "negativo";
- Reafirmação, pela Agência de Rating Fitch Ratings (Fitch), em 31 de Julho de 2009, da notação de *rating* de longo prazo "A+" com *outlook* "estável" do Banco Comercial Português, S.A., tendo a Fitch alterado o *rating* individual de "B" para "B/C". A Fitch confirmou igualmente a notação de "F1" para o *rating* de curto prazo, o *rating Support* "2" e a notação "BBB" para o *Support Rating Floor*;
- Revisão, pela Standard & Poor's Ratings, em 30 de Julho de 2009, dos *ratings* de longo e curto prazo atribuídos ao Banco Comercial Português, S.A., para "A-/A-2" de "A/A-1" com reafirmação do *outlook* "estável";
- Atribuição ao Millennium bcp do prémio "*Best Commercial Bank*", em Portugal, na área de Crédito à Promoção Imobiliária, pela revista Euromoney;
- Distinção do Millennium bcp como "*Best Banking Group*" em Portugal, no âmbito dos *World Finance Banking Awards 2009*, atribuída pela revista World Finance;

- Distinção do portal "millenniumbcp.pt" como "Best Consumer Internet Bank", no âmbito dos *World's Best Internet Banks in Europe 2008*, atribuída pela revista Global Finance;
- Atribuição ao Millennium bcp do prémio de "Melhor Relatório e Contas do Sector Financeiro", referente ao exercício de 2008, no âmbito dos *Investor Relations and Governance (IRG) Awards 2009*, promovido anualmente pela Deloitte, Semanário Económico e Diário Económico;
- Atribuição ao Millennium bcp do prémio "Best Consumer Internet Bank" em Portugal, no âmbito dos *World's Best Internet Banks in Europe 2008*, pela revista financeira Global Finance;
- Distinção da plataforma *online* do Bank Millennium na Polónia para clientes particulares - Millenet - como "Best Consumer Internet Bank", pela quinta vez, atribuída pela revista financeira Global Finance;
- Distinção do Bank Millennium com a atribuição da segunda posição no *ranking* dos melhores analistas macro-económicos, na Polónia no segundo trimestre de 2009, de acordo com o Jornal diário Parkiet;
- Distinção do Millennium bim como o "Melhor Banco de Moçambique" e do Millennium Angola como o "Most Innovative Bank" em Angola, no âmbito dos African Banking Achievement Awards 2009, pela revista EMEA Finance.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

No decurso do terceiro trimestre de 2009, os indicadores económicos apresentaram um comportamento favorável, sugestivo de uma inflexão no ciclo recessivo. A prossecução de uma política económica marcadamente acomodatória a nível global assumiu-se determinante no retorno de um clima de confiança mais robusto, manifesto no desempenho muito favorável dos mercados de capitais. Não obstante estes desenvolvimentos sinalizarem uma atenuação do risco para a actividade económica, subsistem factores de incerteza relevantes. Entre estes, salienta-se a reacção da procura privada ante o inevitável enfraquecimento das políticas públicas de suporte à actividade económica, que têm como limite natural a capacidade financeira dos governos e o compromisso de estabilidade de preços por parte dos Bancos Centrais. Em boa medida, o ciclo sustentado de expansão dependerá do sucesso na gestão do equilíbrio delicado entre o suporte à actividade económica e a confiança nas empresas e instituições financeiras, cujo escrutínio tem vindo a tornar-se mais apertado por parte de agentes e reguladores de mercado.

A melhoria na actividade económica é abrangente a nível geográfico mas mais distinta nas economias em desenvolvimento. A estimativa preliminar para o crescimento do PIB dos EUA no terceiro trimestre foi de 3,5% (valores anualizados) - a primeira variação positiva neste ano. Na área do euro estima-se um valor de 2,0%. Na China, o crescimento económico em igual período terá ascendido a 8,5%. Nesse sentido, a recessão não produziu alterações no padrão anterior de relevância crescente das economias emergentes asiáticas no crescimento mundial e no comportamento dos mercados financeiros. Esta percepção suporta a valorização das principais matérias-primas, sobressaindo o preço do petróleo e do ouro. O primeiro porque se encontra intimamente ligado à insuficiência energética dos países em desenvolvimento, o segundo, associado a alguma suspeição dos investidores relativamente às políticas económicas prosseguidas.

Se a intensidade na degradação da actividade económica foi relativamente sincronizada e comum às diversas economias, os primeiros sinais da recuperação deixam antever ritmos diferenciados de expansão, em função da condição económica e dos factores de competitividade de cada país. De entre os países onde o banco está implantado, assume relevo a prestação das economias polaca e portuguesa. A Polónia por, no corrente ano, ser o único país da UE27 a evitar a recessão (estima-se um crescimento na ordem de 1,2%), Portugal por ter sido um dos poucos países da área do euro a registar uma expansão do produto no segundo trimestre. Os indicadores disponíveis para o terceiro trimestre indiciam o reforço destas tendências positivas em ambos os países. Na Grécia, a reposição de finanças públicas mais equilibradas (défice público estimado de 12,5% para o corrente ano) impõe limites ao crescimento nos próximos anos. Também na Roménia a função fiscal dever-se-á apresentar restritiva embora parcialmente acomodada por uma política monetária mais expansionista. Na Turquia, a estabilidade dos mercados financeiros, e conseqüente redução do prémio de risco, tem propiciado ao Banco Central o enquadramento adequado para a redução agressiva das taxas de juro, constituindo um incentivo à reanimação da procura interna. Em Angola, a livre flutuação do Kwanza e o contexto mais favorável no mercado petrolífero atenuou a pressão sobre as reservas oficiais. A economia moçambicana continua a evidenciar uma notável resiliência, conservando ritmos de crescimento significativos e ausência de pressões inflacionistas relevantes.

Nos mercados financeiros, os activos de risco valorizaram-se significativamente, configurando uma retracção dos prémios de risco para os níveis de há um ano. Os resultados das empresas têm superado as expectativas, justificados pelas medidas de racionalização de custos. Alguns países já decidiram pelo aumento das taxas de juro. Quer nos EUA quer na UEM não existem indicações nesse sentido. Contudo, outras medidas de carácter não convencional, como as facilidades de crédito à economia, deverão ser reavaliadas. Assim, as actuais condições de mercado, que se caracterizam pela abundância de liquidez, poderão vir a sofrer alterações, com reflexos nas principais taxas de juro indexantes. Os volumes de crédito concedido na área do euro continuam em abrandamento. A procura de crédito persiste fraca e as condições de financiamento selectivas, embora se verifique uma atenuação nestas disposições. A deterioração na qualidade do activo também exhibe alguma moderação, mas continua com um efeito determinante nos resultados e no grau de provisionamento. Concomitantemente, as instituições financeiras têm procedido ao robustecimento das respectivas bases de capital e, em alguns casos, têm optado pelo reembolso antecipado das ajudas do Estado.

INFORMAÇÃO TRIMESTRAL INDIVIDUAL/CONSOLIDADA (Não Auditada)
(Modelo aplicável às entidades sujeitas à disciplina do Plano de Contas para o Sistema Bancário/Leasing/Factoring)

Empresa: Banco Comercial Português, S.A.
Sede: Praça D. João I, 28 - 4000-295 Porto NIPC: 501 525 882
Período de referência: Valores de referência em 000Esc em Euros
1º Trimestre 3º Trimestre 5º Trimestre⁽¹⁾ Início: 01/01/2009 Fim: 30/09/2009

Rubricas do Balanço	Individual			Consolidada		
	n (NCA)	n-1 (NCA)	Var. (%)	n (IAS)	n-1 (IAS)	Var. (%)
ACTIVO (Líquido)						
Créditos sobre Instituições de Crédito ⁽²⁾	8.231.958.863	10.600.544.827	-22,34%	2.016.802.596	4.737.873.179	-57,43%
Créditos sobre clientes	56.416.094.522	51.894.329.098	8,71%	75.570.521.810	71.317.956.569	5,96%
Títulos de rendimento fixo	13.614.894.817	8.185.355.149	66,33%	5.823.926.076	6.700.010.893	-13,08%
Títulos de rendimento variável	2.655.053.104	2.087.027.177	27,22%	2.188.748.689	2.133.702.902	2,58%
Participações	3.871.482.776	1.882.987.724	105,60%	424.144.730	310.121.305	36,77%
CAPITAIS PRÓPRIOS E EQUIPARADOS						
Valor do Capital social	4.694.600.000	4.694.600.000	0,00%	4.694.600.000	4.694.600.000	0,00%
<i>Nº de ações ordinárias</i>	4.694.600.000	4.694.600.000	-	4.694.600.000	4.694.600.000	-
<i>Nº de ações de outra natureza</i>	0	0	-			-
Valor das Ações próprias	0	0	-	14.480.500	12.014.421	20,53%
<i>Nº de ações com voto</i>	0	0	-	15.780.747	10.520.509	-
<i>Nº de ações pref. Sem voto</i>	0	0	-			-
Empréstimos subordinados	3.639.680.290	4.437.699.753	-17,98%	2.292.954.006	3.184.019.834	-27,99%
Interesses minoritários	0	0	-	328.417.883	327.199.402	0,37%
PASSIVO						
Débitos p/ c/ instituições de crédito	20.474.832.952	24.739.113.169	-17,24%	7.368.840.698	8.398.738.433	-12,26%
Débitos para com clientes	31.434.137.609	29.658.824.241	5,99%	45.400.020.444	44.160.133.200	2,81%
Débitos representados por títulos	12.510.896.526	10.186.000.571	22,82%	22.331.528.277	22.578.372.909	-1,09%
TOTAL DO ACTIVO (Líquido)	91.706.116.765	83.972.380.295	9,21%	93.911.649.097	93.152.119.481	0,82%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	6.480.796.374	5.389.407.280	20,25%	6.724.607.711	6.001.063.605	12,06%
TOTAL DO PASSIVO	85.225.320.391	78.582.973.015	8,45%	86.858.623.503	86.823.856.474	0,04%

Rubricas da Demonstração de Resultados	Individual			Consolidada		
	n	n-1	Var. (%)	n	n-1	Var. (%)
Margem Financeira ⁽³⁾	625.176.797	782.504.962	-20,11%	998.182.527	1.276.698.090	-21,82%
Comissões e outros prov. exploração (líquido)	404.749.332	407.312.889	-0,63%	660.408.242	617.449.727	6,96%
Rend. Títulos e result. operac. financ. (líquido)	338.939.467	78.464.993	331,96%	192.477.450	-80.159.298	-340,12%
Produto Bancário	1.368.865.596	1.268.282.844	7,93%	1.851.068.219	1.813.988.519	2,04%
Custos pessoal, administ. e outros custos	-727.540.090	-726.538.196	0,14%	-1.093.768.589	-1.163.997.796	-6,03%
Amortizações	-36.029.798	-38.154.828	-5,57%	-78.615.651	-82.528.356	-4,74%
Provisões (líquidas de reposições)	-497.501.941	-329.517.216	50,98%	-484.874.799	-353.948.077	36,99%
Resultados extraordinários	0	0	n.a.	0	0	n.a.
Resultados antes de impostos	107.793.767	174.072.604	-38,08%	193.809.180	213.514.290	-9,23%
Imposto sobre o rendimento ⁽⁴⁾	37.025.432	25.477.312	45,33%	-51.322.593	-56.265.779	-8,79%
Interesses minorit. e res. emp. excl. cons.	0	0	-	35.648.182	-15.112.062	-335,89%
Resultado líquido ao trimestre	144.819.199	199.549.916	-27,43%	178.134.769	142.136.449	25,33%
Resultado líquido ao trimestre por acção	0,0308	0,0425	-27,43%	0,0379	0,0303	25,33%
Autofinanciamento ⁽⁵⁾	678.350.938	567.221.960	19,59%	741.625.219	578.612.882	28,17%

(1) Aplicável no primeiro exercício económico das sociedades que adoptem um exercício anual diferente do correspondente ao ano civil (Art.65.º - A do Código das Sociedades comerciais);

(2) Inclui disponibilidades à vista sobre Instituições de Crédito

(3) Margem Financeira = Juros e proveitos equiparados - Juros e custos equiparados;

(4) Estimativa de imposto sobre rendimento

(5) Autofinanciamento = Resultados líquidos + Amortizações + Provisões

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração dos Resultados Consolidados
para o período de nove meses findos em 30 de Setembro de 2009 e 2008

	30 Setembro 2009	30 Setembro 2008
	(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	2.832.111	3.899.653
Juros e custos equiparados	<u>(1.833.928)</u>	<u>(2.622.955)</u>
Margem financeira	998.183	1.276.698
Rendimentos de instrumentos de capital	4.327	29.107
Resultado de serviços e comissões	533.781	553.044
Resultados em operações de negociação e de cobertura	184.121	130.107
Resultados em activos financeiros		
disponíveis para venda	4.029	(239.373)
Outros proveitos de exploração	<u>34.861</u>	<u>45.508</u>
	1.759.302	1.795.091
Outros resultados de actividades não bancárias	<u>13.491</u>	<u>13.087</u>
Total de proveitos operacionais	1.772.793	1.808.178
Custos com o pessoal	667.098	690.591
Outros gastos administrativos	426.671	473.407
Amortizações do exercício	<u>78.616</u>	<u>82.528</u>
Total de custos operacionais	1.172.385	1.246.526
	600.408	561.652
Imparidade do crédito	(409.441)	(340.553)
Imparidade de outros activos	(52.937)	(39.573)
Outras provisões	<u>(22.497)</u>	<u>26.178</u>
Resultado operacional	115.533	207.704
Resultados por equivalência patrimonial	47.813	35.830
Resultados de alienação de outros activos	<u>78.276</u>	<u>5.810</u>
Resultado antes de impostos	241.622	249.344
Impostos		
Correntes	(62.056)	(48.028)
Diferidos	<u>10.734</u>	<u>(8.238)</u>
Resultado após impostos	190.300	193.078
Resultado consolidado do período atribuível a:		
Accionistas do Banco	178.135	142.136
Interesses minoritários	<u>12.165</u>	<u>50.942</u>
Lucro do período	<u>190.300</u>	<u>193.078</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Balanço Consolidado em 30 de Setembro de 2009 e de 2008 e 31 de Dezembro de 2008

	30 Setembro 2009	31 Dezembro 2008	30 Setembro 2008
		(Milhares de Euros)	
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.036.784	2.064.407	1.959.931
Disponibilidades em outras instituições de crédito	664.702	1.048.348	735.052
Aplicações em instituições de crédito	1.352.101	2.892.345	4.002.821
Créditos a clientes	75.570.522	75.165.014	71.317.957
Activos financeiros detidos para negociação	4.228.096	3.903.267	3.609.450
Outros activos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados	84.631	-	490.362
Activos financeiros disponíveis para venda	2.450.050	1.714.178	4.904.194
Activos com acordo de recompra	20.564	14.754	73.517
Derivados de cobertura	274.954	117.305	134.955
Investimentos detidos até à maturidade	1.313.965	1.101.844	246.553
Investimentos em associadas	424.145	343.934	310.121
Activos não correntes detidos para venda	76.182	19.558	22.779
Outros activos tangíveis	648.848	745.818	702.549
Goodwill e activos intangíveis	535.942	540.228	534.009
Activos por impostos correntes	18.006	18.127	23.163
Activos por impostos diferidos	583.938	586.952	622.833
Outros activos	3.628.219	4.147.645	3.461.873
	<u>93.911.649</u>	<u>94.423.724</u>	<u>93.152.119</u>
Passivo			
Depósitos de bancos centrais	1.352.681	3.342.301	1.801.611
Depósitos de outras instituições de crédito	6.016.159	5.997.066	6.597.127
Depósitos de clientes	45.400.020	44.907.168	44.160.133
Títulos de dívida emitidos	22.331.528	20.515.566	22.578.373
Passivos financeiros detidos para negociação	1.139.297	2.138.815	892.891
Outros passivos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados	6.834.208	6.714.323	5.880.593
Derivados de cobertura	94.372	350.960	183.337
Provisões	229.467	221.836	219.379
Passivos subordinados	2.292.954	2.598.660	3.184.020
Passivos por impostos correntes	2.037	4.826	1.706
Passivos por impostos diferidos	474	336	639
Outros passivos	1.165.427	1.383.633	1.324.047
	<u>86.858.624</u>	<u>88.175.490</u>	<u>86.823.856</u>
Situação Líquida			
Capital	4.694.600	4.694.600	4.694.600
Títulos próprios	(80.117)	(58.631)	(50.129)
Prémio de emissão	183.276	183.368	183.369
Acções preferenciais	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Outros instrumentos de capital	900.000	-	-
Reservas de justo valor	70.941	214.593	184.979
Reservas e resultados acumulados	(222.228)	(274.622)	(153.891)
Lucro do período atribuível aos accionistas do Banco	178.135	201.182	142.136
	<u>6.724.607</u>	<u>5.960.490</u>	<u>6.001.064</u>
Total da Situação Líquida atribuível ao Grupo			
Interesses minoritários	328.418	287.744	327.199
	<u>7.053.025</u>	<u>6.248.234</u>	<u>6.328.263</u>
Total da Situação Líquida	<u>93.911.649</u>	<u>94.423.724</u>	<u>93.152.119</u>

Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares

30 DE SETEMBRO DE

2009

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração dos Resultados Consolidados para o período de nove meses findos em 30 de Setembro de 2009 e 2008

	Notas	30 Setembro 2009	30 Setembro 2008
		(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	3	2.832.111	3.899.653
Juros e custos equiparados	3	<u>(1.833.928)</u>	<u>(2.622.955)</u>
Margem financeira		998.183	1.276.698
Rendimentos de instrumentos de capital	4	4.327	29.107
Resultados de serviços e comissões	5	533.781	553.044
Resultados em operações de negociação e de cobertura	6	184.121	130.107
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda	7	4.029	(239.373)
Outros proveitos de exploração	8	<u>34.861</u>	<u>45.508</u>
		1.759.302	1.795.091
Outros resultados de actividades não bancárias		<u>13.491</u>	<u>13.087</u>
Total de proveitos operacionais		<u>1.772.793</u>	<u>1.808.178</u>
Custos com o pessoal	9	667.098	690.591
Outros gastos administrativos	10	426.671	473.407
Amortizações do exercício	11	<u>78.616</u>	<u>82.528</u>
Total de custos operacionais		<u>1.172.385</u>	<u>1.246.526</u>
		600.408	561.652
Imparidade do crédito	12	(409.441)	(340.553)
Imparidade de outros activos	30	(52.937)	(39.573)
Outras provisões	13	<u>(22.497)</u>	<u>26.178</u>
Resultado operacional		115.533	207.704
Resultados por equivalência patrimonial	14	47.813	35.830
Resultados de alienação de subsidiárias e outros activos	15	<u>78.276</u>	<u>5.810</u>
Resultado antes de impostos		241.622	249.344
Impostos			
Correntes	16	(62.056)	(48.028)
Diferidos	16	<u>10.734</u>	<u>(8.238)</u>
Resultado após impostos		<u>190.300</u>	<u>193.078</u>
Resultado consolidado do período atribuível a:			
Accionistas do Banco		178.135	142.136
Interesses minoritários	43	<u>12.165</u>	<u>50.942</u>
Lucro do período		<u>190.300</u>	<u>193.078</u>
Resultado por acção (em euros)	17		
Básico		0,04	0,03
Diluído		0,04	0,03

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Balanço Consolidado em 30 de Setembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008

	Notas	30 Setembro 2009	31 Dezembro 2008
(Milhares de Euros)			
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	18	2.036.784	2.064.407
Disponibilidades em outras instituições de crédito	19	664.702	1.048.348
Aplicações em instituições de crédito	20	1.352.101	2.892.345
Créditos a clientes	21	75.570.522	75.165.014
Activos financeiros detidos para negociação	22	4.228.096	3.903.267
Outros activos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados	23	84.631	-
Activos financeiros disponíveis para venda	22	2.450.050	1.714.178
Activos com acordo de recompra		20.564	14.754
Derivados de cobertura	24	274.954	117.305
Investimentos detidos até à maturidade	25	1.313.965	1.101.844
Investimentos em associadas	26	424.145	343.934
Activos não correntes detidos para venda		76.182	19.558
Outros activos tangíveis	27	648.848	745.818
Goodwill e activos intangíveis	28	535.942	540.228
Activos por impostos correntes		18.006	18.127
Activos por impostos diferidos	29	583.938	586.952
Outros activos	30	3.628.219	4.147.645
		<u>93.911.649</u>	<u>94.423.724</u>
Passivo			
Depósitos de bancos centrais		1.352.681	3.342.301
Depósitos de outras instituições de crédito	31	6.016.159	5.997.066
Depósitos de clientes	32	45.400.020	44.907.168
Títulos de dívida emitidos	33	22.331.528	20.515.566
Passivos financeiros detidos para negociação	34	1.139.297	2.138.815
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	35	6.834.208	6.714.323
Derivados de cobertura	24	94.372	350.960
Provisões	36	229.467	221.836
Passivos subordinados	37	2.292.954	2.598.660
Passivos por impostos correntes		2.037	4.826
Passivos por impostos diferidos	29	474	336
Outros passivos	38	1.165.427	1.383.633
Total do Passivo		<u>86.858.624</u>	<u>88.175.490</u>
Situação Líquida			
Capital	39	4.694.600	4.694.600
Títulos próprios	42	(80.117)	(58.631)
Prémio de emissão		183.276	183.368
Ações preferenciais	39	1.000.000	1.000.000
Outros instrumentos de capital	39	900.000	-
Reservas de justo valor	41	70.941	214.593
Reservas e resultados acumulados	41	(222.228)	(274.622)
Lucro líquido do período atribuível aos accionistas do Banco		<u>178.135</u>	<u>201.182</u>
Total da Situação Líquida atribuível ao Grupo		6.724.607	5.960.490
Interesses minoritários	43	<u>328.418</u>	<u>287.744</u>
Total da Situação Líquida		<u>7.053.025</u>	<u>6.248.234</u>
		<u>93.911.649</u>	<u>94.423.724</u>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração dos Resultados Consolidados
para o período de 3 meses compreendido entre 1 Julho e 30 de Setembro de 2009 e 2008

	<u>3º Trimestre 2009</u>	<u>3º Trimestre 2008</u>
	(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	840.848	1.384.753
Juros e custos equiparados	<u>(518.228)</u>	<u>(949.991)</u>
Margem financeira	322.620	434.762
Rendimentos de instrumentos de capital	1.219	(216)
Resultados de serviços e comissões	187.146	185.355
Resultados em operações de negociação e de cobertura	(20.412)	48.092
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda	(5.563)	(43.192)
Outros proveitos de exploração	<u>14.087</u>	<u>4.750</u>
	499.097	629.551
Outros resultados de actividades não bancárias	<u>4.673</u>	<u>4.799</u>
Total de proveitos operacionais	<u>503.770</u>	<u>634.350</u>
Custos com o pessoal	222.936	239.081
Outros gastos administrativos	147.972	161.589
Amortizações do exercício	<u>26.287</u>	<u>28.381</u>
Total de custos operacionais	<u>397.195</u>	<u>429.051</u>
	106.575	205.299
Imparidade do crédito	(130.385)	(134.702)
Imparidade de outros activos	(11.113)	(18.032)
Outras provisões	<u>(3.379)</u>	<u>(1.513)</u>
Resultado operacional	(38.302)	51.052
Resultados por equivalência patrimonial	16.869	7.421
Resultados de alienação de subsidiárias e outros activos	<u>56.810</u>	<u>6.264</u>
Resultado antes de impostos	35.377	64.737
Impostos		
Correntes	(5.214)	(22.616)
Diferidos	<u>(170)</u>	<u>16.595</u>
Resultado após impostos	<u>29.993</u>	<u>58.716</u>
Resultado consolidado do período atribuível a:		
Accionistas do Banco	30.655	40.778
Interesses minoritários	<u>(662)</u>	<u>17.938</u>
Lucro do período	<u>29.993</u>	<u>58.716</u>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados
para o período de nove meses findos em 30 de Setembro de 2009 e 2008

	30 Setembro 2009	30 Setembro 2008
	(Milhares de Euros)	
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Juros recebidos	3.014.678	3.706.943
Comissões recebidas	670.229	673.871
Recebimentos por prestação de serviços	179.196	134.671
Pagamento de juros	(1.923.999)	(2.484.343)
Pagamento de comissões	(158.221)	(206.086)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	21.118	62.998
Prémios de seguros recebidos	13.803	13.076
Pagamento de indemnizações da actividade seguradora	(5.441)	(8.195)
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores	(1.204.332)	(1.348.290)
	<u>607.031</u>	<u>544.645</u>
<i>Diminuição / (aumento) de activos operacionais:</i>		
Fundos adiantados a instituições de crédito	1.087.389	587.434
Depósitos detidos de acordo com fins de controlo monetário	244.754	1.297.476
Fundos adiantados a clientes	(206.401)	(5.933.345)
Títulos negociáveis a curto prazo	(608.460)	(349.683)
<i>Aumento / (diminuição) nos passivos operacionais:</i>		
Débitos para com instituições de crédito – à vista	75.864	(124.674)
Débitos para com instituições de crédito – a prazo	(2.676.190)	552.957
Débitos para com clientes – à vista	1.143.699	(401.621)
Débitos para com clientes – a prazo	(653.140)	5.209.515
	<u>(985.454)</u>	<u>1.382.704</u>
Impostos sobre o rendimento (pagos) / recebidos	40.631	49.257
	<u>(944.823)</u>	<u>1.431.961</u>
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Cedência de investimentos em subsidiárias e associadas	151.700	-
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas	-	(1.994)
Dividendos recebidos	10.969	34.005
Juros recebidos de activos financeiros disponíveis para venda	100.323	164.780
Venda de activos financeiros disponíveis para venda	19.230.564	25.711.679
Compra de activos financeiros disponíveis para venda	(28.945.676)	(47.588.059)
Vencimentos de activos financeiros disponíveis para venda	8.950.799	21.153.264
Compra de imobilizações	(73.490)	(126.911)
Venda de imobilizações	31.039	30.368
Aumento / (diminuição) em outras contas do activo	(808.143)	(706.351)
	<u>(1.351.915)</u>	<u>(1.329.219)</u>
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Emissão de dívida subordinada	1.701	296.459
Reembolso de dívida subordinada	(595.921)	(33.413)
Emissão de empréstimos obrigacionistas	5.180.930	4.735.048
Reembolso de empréstimos obrigacionistas	(3.983.828)	(4.214.318)
Emissão de papel comercial	16.652.796	13.792.982
Reembolso de papel comercial	(15.045.257)	(15.913.236)
Aumento de capital	-	1.083.270
Emissão Valores mobiliários perpétuos	900.000	-
Prémio de emissão	-	183.369
Dividendos pagos	(79.108)	-
Dividendos pagos a interesses minoritários	(3.849)	(19.505)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo e interesses minoritários	(1.207.827)	(228.928)
	<u>1.819.637</u>	<u>(318.272)</u>
Efeitos de alterações da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	(39.433)	28.896
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	(516.534)	(186.634)
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.732.239	1.474.591
Caixa (nota 18)	551.003	552.905
Outros investimentos de curto prazo (nota 19)	664.702	735.052
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u>1.215.705</u>	<u>1.287.957</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração das alterações dos Capitais Próprios Consolidados para os nove meses findos em 30 de Setembro de 2009 e 2008

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Outro rendimento integral do período											
	Total da situação líquida	Reservas			Prémio de emissão	Reservas legais e estatutárias	Reservas de justo valor e cobertura		Reservas livres e resultados acumulados	'Goodwill'	Títulos próprios	Interesses minoritários
		Capital	Acções preferenciais	Outros instrumentos de capital			fluxo de caixa	Outros				
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	4.899.255	3.611.330	1.000.000	-	881.707	561.202	218.498	23.836	1.263.125	(2.883.580)	(58.436)	281.573
Reversão de reservas:												
Prémio de emissão	-	-	-	-	(881.707)	-	-	-	881.707	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	(96.911)	-	-	96.911	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	(84.000)	-	-	84.000	-	-	-
Lucro do período atribuível aos accionistas do Banco	142.136	-	-	-	-	-	-	-	142.136	-	-	-
Lucro do período atribuível aos interesses minoritários (nota 43)	50.942	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50.942
Aumento de capital por emissão de 1.083.270.433 acções (nota 39)	1.299.924	1.083.270	-	-	216.654	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de registo do aumento de capital de Abril 2008	(33.285)	-	-	-	(33.285)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos acções preferenciais	(27.715)	-	-	-	-	-	-	-	(27.715)	-	-	-
Títulos próprios	8.307	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.307	-
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	28.894	-	-	-	-	-	-	28.894	-	-	-	-
Reservas de justo valor (nota 41)												
Activos financeiros disponíveis para venda	(33.683)	-	-	-	-	-	(33.683)	-	-	-	-	-
Cobertura de Fluxo de Caixa	164	-	-	-	-	-	164	-	-	-	-	-
Interesses minoritários (nota 43)	(5.316)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.316)
Outras reservas de consolidação (nota 41)	(1.360)	-	-	-	-	-	-	-	(1.360)	-	-	-
Saldos em 30 de Setembro de 2008	6.328.263	4.694.600	1.000.000	-	183.369	380.291	184.979	52.730	2.438.804	(2.883.580)	(50.129)	327.199
Lucro do período atribuível aos accionistas do Banco	59.046	-	-	-	-	-	-	-	59.046	-	-	-
Lucro do período atribuível aos interesses minoritários (nota 43)	5.887	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.887
Despesas de registo do aumento de capital de Abril 2008	(1)	-	-	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos acções preferenciais	(21.195)	-	-	-	-	-	-	-	(21.195)	-	-	-
Títulos próprios	(8.502)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.502)	-
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	(114.461)	-	-	-	-	-	-	(114.461)	-	-	-	-
Reservas de justo valor (nota 41)												
Activos financeiros disponíveis para venda	24.852	-	-	-	-	-	24.852	-	-	-	-	-
Cobertura de fluxo de caixa	4.762	-	-	-	-	-	4.762	-	-	-	-	-
Interesses minoritários (nota 43)	(45.342)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(45.342)
Outras reservas de consolidação (nota 41)	14.925	-	-	-	-	-	-	-	14.925	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	6.248.234	4.694.600	1.000.000	-	183.368	380.291	214.593	(61.731)	2.491.580	(2.883.580)	(58.631)	287.744
Constituição de reservas (nota 41):												
Reserva legal	-	-	-	-	-	45.119	-	-	(45.119)	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	10.000	-	-	(10.000)	-	-	-
Dividendos distribuídos em 2009	(79.108)	-	-	-	-	-	-	-	(79.108)	-	-	-
Emissão de valores mobiliários perpétuos (nota 39)	900.000	-	900.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas relativo à emissão de valores mobiliários perpétuos	(9.593)	-	-	-	-	-	-	-	(9.593)	-	-	-
Lucro do período atribuível aos accionistas do Banco	178.135	-	-	-	-	-	-	-	178.135	-	-	-
Lucro do período atribuível aos interesses minoritários (nota 43)	12.165	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.165
Despesas de registo do aumento de capital de Abril 2008	(92)	-	-	-	(92)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos acções preferenciais	(27.715)	-	-	-	-	-	-	-	(27.715)	-	-	-
Títulos próprios	(21.486)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.486)	-
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	(39.432)	-	-	-	-	-	-	(39.432)	-	-	-	-
Reservas de justo valor (nota 41)												
Activos financeiros disponíveis para venda	(136.002)	-	-	-	-	-	(136.002)	-	-	-	-	-
Cobertura de fluxo de caixa	(7.650)	-	-	-	-	-	(7.650)	-	-	-	-	-
Interesses minoritários (nota 43)	28.509	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28.509
Outras reservas de consolidação (nota 41)	7.060	-	-	-	-	-	-	-	7.060	-	-	-
Saldos em 30 de Setembro de 2009	7.053.025	4.694.600	1.000.000	900.000	183.276	435.410	70.941	(101.163)	2.505.240	(2.883.580)	(80.117)	328.418

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas intercalares

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Demonstração Consolidada do Rendimento Integral
para o período de nove meses findos em 30 de Setembro de 2009 e 2008

	Notas	<u>30 Setembro 2009</u>	<u>30 Setembro 2008</u>
		(Milhares de Euros)	
Reserva de justo valor			
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	41	(129.822)	(36.727)
Cobertura de fluxos de caixa	41	(9.445)	203
Impostos			
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	41	(6.180)	3.044
Cobertura de fluxos de caixa	41	1.795	(39)
		(143.652)	(33.519)
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	41	(39.432)	28.894
Outro rendimento integral do período depois de impostos		(183.084)	(4.625)
Lucro do período		<u>190.300</u>	<u>193.078</u>
Total do rendimento integral do período		<u>7.216</u>	<u>188.453</u>
Atribuíveis a:			
Accionistas do Banco		(4.949)	137.511
Interesses minoritários		12.165	50.942
Total do rendimento integral do período		<u>7.216</u>	<u>188.453</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares

30 de Setembro de 2009

1. Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

O Banco Comercial Português, S.A. (o 'Banco') é um banco de capitais privados, constituído em Portugal em 1985. Iniciou a sua actividade em 5 de Maio de 1986 e as demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os resultados das operações do Banco e de todas as suas subsidiárias (em conjunto 'Grupo') e a participação do Grupo nas associadas, para os nove meses findos em 30 de Setembro de 2009 e 2008.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, na sua regulamentação para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') conforme endossadas pela União Europeia (UE) a partir do exercício de 2005. As IFRS incluem as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board ('IASB') bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ('IFRIC') e pelos respectivos órgãos antecessores. As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, arredondadas ao milhar mais próximo.

O Grupo adoptou a partir de 2008 a IAS 39 e IFRS 7 - Reclassificação de Instrumentos Financeiros, o IFRIC 11 e IFRS 2 - Transacção com Treasury Shares e Grupo e IFRIC 14 e IAS 19 - Limite para activos de benefícios definido, requisitos mínimos de financiamento e sua interacção. A adopção destas interpretações não teve qualquer efeito nas demonstrações financeiras do Grupo.

Adicionalmente em 2009, o Grupo adoptou a IAS 1 (alterada) – Apresentação das demonstrações financeiras, a IFRS 8 – Segmentos Operacionais e a IAS 32 (alterada) – Instrumentos financeiros (Apresentação). Estas normas de aplicação obrigatória com referência a 1 de Janeiro de 2009, tiveram impacto ao nível das divulgações não tendo tido qualquer efeito nos capitais próprios do Grupo. De acordo com as disposições transitórias destas normas, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, para os nove meses findos em 30 de Setembro de 2009, foram preparadas para efeitos de reconhecimento e mensuração em conformidade com as IFRS aprovadas pela UE e em vigor nessa data, sendo as divulgações apresentadas de acordo com os requisitos definidos pela IAS 34. Estas demonstrações apresentam também a demonstração de resultados do terceiro trimestre de 2009 com os comparativos do terceiro trimestre do ano anterior. As demonstrações financeiras do período de nove meses findos em 30 de Setembro de 2009, não incluem toda a informação a divulgar nas demonstrações financeiras anuais completas.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (negociação e fair value option) e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos e passivos que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável. Os outros activos e passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Activos não correntes detidos para venda e grupos detidos para venda ('disposal groups') são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo, em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

No âmbito das investigações que estão em curso por parte das autoridades de supervisão, a rubrica Outras reservas e resultados acumulados inclui, com efeito em 1 de Janeiro de 2006 uma reexpressão resultante da decisão do Conselho de Administração Executivo de constituir uma provisão relativamente a um activo registado nas demonstrações financeiras consolidadas.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração Executivo formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 1 ac).

b) Bases de consolidação

Participações financeiras em subsidiárias

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que o Grupo exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando o Grupo detém mais de metade dos direitos de voto. Existe também controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo, sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses minoritários anteriormente absorvidas pelo Grupo sejam recuperadas.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

Investimentos financeiros em associadas

Os investimentos financeiros em associadas são consolidados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Grupo não possui influência significativa, excepto quando essa influência pode ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no Conselho de Administração Executivo ou órgão de direcção equivalente;
- participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- transacções materiais entre o Grupo e a participada;
- intercâmbio de pessoal de gestão;
- fornecimento de informação técnica essencial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico deve ser reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da associada.

Diferenças de consolidação e de reavaliação - 'Goodwill'

O 'goodwill' resultante das concentrações de actividades empresariais ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 foi registado por contrapartida de reservas.

As concentrações de actividades empresariais ocorridas após 1 de Janeiro de 2004 são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra dos activos adquiridos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição. O 'goodwill' resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas é definido como a diferença entre o valor de custo e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida.

A partir da data de transição para as IFRS, 1 de Janeiro de 2004, o 'goodwill' positivo resultante de aquisições passou a ser reconhecido como um activo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização. O valor recuperável do 'goodwill' é avaliado anualmente ou sempre que haja indícios, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício.

Caso o 'goodwill' seja negativo, é registado directamente em resultados no exercício em que a concentração de actividades ocorre.

Entidades de finalidade especial ("SPE")

O Grupo consolida pelo método integral SPE resultantes de operações de securitização de entidades do Grupo (conforme nota 22), quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios. Para além das referidas entidades resultantes de operações de securitização, não foram identificados outros SPE que estejam abrangidos pelos critérios abaixo referidos de acordo com a SIC 12.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios definidos pela SIC 12, analisados como segue:

- As actividades do SPE estão, em substância, a ser conduzidas a favor do Grupo, de acordo com as suas necessidades específicas de negócio, de forma a que o Grupo obtenha benefícios do funcionamento do SPE;
- O Grupo tem os poderes de tomada de decisão para obter a maioria dos benefícios das actividades do SPE, ou, ao estabelecer mecanismos de "auto-pilot", a entidade delegou estes poderes de tomada de decisão;
- O Grupo tem direitos para obter a maioria dos benefícios do SPE, estando conseqüentemente exposto aos riscos inerentes às actividades do SPE;
- O Grupo retém a maioria dos riscos residuais ou de propriedade relativos ao SPE ou aos seus activos, com vista à obtenção de benefícios da sua actividade.

Gestão de fundos de investimento

O Grupo administra e gere activos detidos por fundos de investimento, cujas unidades de participação são detidas por terceira entidade. As demonstrações financeiras destas entidades não são consolidadas pelo Grupo BCP, excepto quando o grupo detém o controlo desses fundos de investimento, isto é, quando detém mais de 50% das unidades de participação.

Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro

As demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas do Grupo residentes no estrangeiro são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde estas operam ou como a moeda em que as subsidiárias obtêm os seus proveitos ou financiam a sua actividade. Na consolidação, o valor dos activos e passivos de subsidiárias residentes no estrangeiro é registado pelo seu contravalor em Euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data de balanço.

Relativamente às participações expressas em moeda estrangeira em que se aplica o método de consolidação integral, proporcional e equivalência patrimonial, as diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em Euros da situação patrimonial no início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data de balanço, a que se reportam as contas consolidadas, são relevadas por contrapartida de reservas consolidadas. As diferenças cambiais resultantes dos instrumentos de cobertura relativamente às participações expressas em moeda estrangeira são anuladas de resultados do exercício no processo de consolidação, por contrapartida das diferenças cambiais registadas em capitais próprios em relação aquelas participações financeiras. Sempre que a cobertura não seja totalmente efectiva, a diferença apurada é registada por contrapartida de resultados do exercício.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

Os resultados destas subsidiárias são transpostos pelo seu contravalor em Euros, a uma taxa de câmbio aproximada das taxas em vigor na data em que se efectuaram as transacções. As diferenças cambiais resultantes da conversão em Euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em capitais próprios - diferenças cambiais.

Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro, as diferenças cambiais associadas à participação financeira e à respectiva operação de cobertura e previamente registadas em reservas são reconhecidas em resultados, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Investimentos em empresas controladas conjuntamente

As entidades controladas conjuntamente, consolidadas pelo método proporcional, são entidades em que o Grupo tem controlo conjunto definido por acordo contratual. As demonstrações financeiras consolidadas incluem, nas linhas respectivas, a parcela proporcional do Grupo nos activos, passivos, receitas e despesas, com itens de natureza similar linha a linha, desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que cesse.

Transacções com interesses minoritários

Conforme disposto na IAS 27, as IFRS permitem tratamentos contabilísticos alternativos relativamente a transacções com Interesses Minoritários (aquisições/alienações) onde se incluem os efeitos da diluição de uma participação financeira. De acordo com as normas, existindo um diferencial entre o valor da transacção e o montante de capitais próprios atribuíveis aos Interesses Minoritários, este pode ser registado conforme a política contabilística eleita pela entidade, alternativamente de duas formas:

- por contrapartida de Reservas; ou
- por contrapartida de "Goodwill" (aquisições) e Resultados do exercício (alienações).

As IFRS determinam que uma vez definida a política contabilística, relativamente ao tratamento de transacções com Interesses Minoritários, esta deverá ser aplicada de forma consistente em todas as transacções da mesma natureza.

O Grupo tem adoptado, de forma consistente em anteriores situações de aquisição de participações financeiras a minoritários, o registo em goodwill das diferenças entre o preço de aquisição e o valor contabilístico dos capitais próprios. No caso de alienações e em consistência com a política contabilística utilizada, nas operações de alienação a interesses minoritários a diferença apurada é registada por contrapartida de resultados.

Transacções eliminadas em consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, bem como os ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transacções, são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados de transacções com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

c) *Crédito a clientes*

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes activos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais do Grupo expiram; ou (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção, e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

Imparidade

A política do Grupo consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos sobre clientes, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, poderá ser classificada como carteira com imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, que possa ser estimado de forma fiável.

De acordo com a IAS 39 existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise individual; e (ii) análise colectiva.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

(i) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição total de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Grupo avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade. Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes factores:

- A exposição total de cada cliente junto do Grupo e a existência de crédito vencido;
- A viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face aos serviços da dívida no futuro;
- A existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- A deterioração significativa no 'rating' do cliente;
- O património do cliente em situações de liquidação ou falência;
- A existência de credores privilegiados;
- O montante e os prazos de recuperação estimados.

As perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa de juro efectiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas registadas por contrapartida de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das perdas por imparidade. Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efectiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

Os créditos em que não seja identificada uma evidência objectiva de imparidade, são agrupados em carteiras com características de risco de crédito semelhantes, as quais são avaliadas colectivamente.

(ii) Análise colectiva

As perdas por imparidade baseadas na análise colectiva podem ser calculadas através de duas perspectivas:

- para grupos homogêneos de créditos não considerados individualmente significativos; ou
- em relação a perdas incorridas mas não identificadas ('IBNR') em créditos para os quais não existem evidência objectiva de imparidade (ver parágrafo (i) anterior).

As perdas por imparidade em termos colectivos são determinadas considerando os seguintes aspectos:

- experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;
- conhecimento da envolvente económica e da sua influência sobre o nível das perdas históricas; e
- período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Os créditos analisados individualmente para os quais não foi identificada evidência objectiva de imparidade são agrupados tendo por base características de risco semelhantes com o objectivo de determinar as perdas por imparidade em termos colectivos. Esta análise permite ao Grupo o reconhecimento de perdas cuja identificação, em termos individuais, só ocorrerá em períodos futuros.

Em conformidade com a Carta Circular nº 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos.

d) Instrumentos Financeiros

(i) Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

1) Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

1a) Activos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto e para os quais existe evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (excepto no caso de um derivado que seja um instrumento de cobertura e eficaz), são classificados como de negociação. Os dividendos associados a estas carteiras são registados em Resultados de Operações Financeiras.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

1b) Activos ou passivos financeiros ao justo valor por decisão da própria entidade ("Fair Value Option")

O Grupo adoptou o "Fair value option" para certas emissões, crédito e depósitos a prazo efectuados desde o exercício de 2007 que contêm derivados embutidos ou com derivados de cobertura associados. As variações de risco de crédito do Grupo associadas a passivos financeiros em "Fair Value Option" encontram-se divulgadas na nota da rubrica "Resultados em operações de negociação e de cobertura".

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

A designação dos activos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados é realizada desde que se verifique pelo menos um dos seguintes requisitos:

- os activos e passivos são geridos, avaliados e reportados internamente ao seu justo valor;
- a designação elimina ou reduz significativamente o "mismatch" contabilístico das transacções;
- os activos ou passivos contêm derivados que alteram significativamente os fluxos de caixa dos contratos originais ("host contract").

Os activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados, e posteriormente valorizados ao justo valor. Os custos e proveitos subsequentes resultantes das alterações do justo valor e recebimento de dividendos são reconhecidos na rubrica "Resultados em operações de negociação e de cobertura" da demonstração de resultados. A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira de acordo com a taxa de juro efectiva de cada operação, assim como dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados em "Fair Value Option".

2) *Activos financeiros disponíveis para venda*

Activos financeiros disponíveis para venda detidos com o objectivo de serem mantidos pelo Grupo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, são classificados como disponíveis para venda, excepto se forem classificados numa outra categoria de activos financeiros. Os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções. Os activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou quando existem perdas de imparidade. Na alienação dos activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumuladas reconhecidas como reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" da demonstração de resultados. Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva, considerando a vida útil esperada do activo. Nas situações em que existe prémio ou desconto associado aos activos, o prémio ou desconto é incluído no cálculo da taxa de juro efectiva. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

3) *Activos financeiros detidos até à maturidade (Held-to-maturity)*

Nesta categoria são reconhecidos activos financeiros, excepto derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais o Grupo tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados nem na categoria de activos financeiros ao justo valor através de resultados nem activos financeiros disponíveis para venda. Estes activos financeiros são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

Qualquer reclassificação ou venda de activos financeiros reconhecidos nesta categoria, que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará o Grupo a reclassificar integralmente esta carteira para Activos financeiros disponíveis para venda e o Grupo ficará durante dois anos impossibilitado de classificar qualquer activo financeiro nesta categoria.

4) *"Loans and receivables"*

O Grupo apresenta também activos financeiros classificados nesta categoria quando a intenção da gestão não é a sua venda imediata nem num futuro próximo. Como exemplo, o Grupo poderá apresentar obrigações não cotadas classificadas nesta categoria. Os activos financeiros aqui reconhecidos são inicialmente registados ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade. Os custos de transacção associados são reconhecidos inicialmente em balanço e amortizados para resultados, através da taxa de juro efectiva.

5) *Outros passivos financeiros*

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

(ii) Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade nomeadamente de um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro ou grupo de activos financeiros que possa ser medido de forma fiável com base numa queda acentuada ou prolongada do justo valor do activo, abaixo do custo de aquisição.

Se for identificada imparidade num activo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas de justo valor e reconhecida em resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda aumentar e esse aumento puder ser objectivamente associado um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade na demonstração de resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. As perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda são registadas por contrapartida de reservas quando se revertem.

(iii) Derivados embutidos

Os derivados embutidos em instrumentos financeiros são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal, desde que este não esteja à partida reconhecido ao justo valor através de resultados. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as suas variações registadas em resultados do exercício e apresentados na carteira de derivados de negociação.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

e) *Contabilidade de cobertura*

(i) *Contabilidade de cobertura*

O Grupo utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e cambial resultantes de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- se espera que a cobertura seja altamente efectiva;
- a efectividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e
- em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários activos ou passivos, não foi aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura. Qualquer ganho ou perda associada ao derivado foi reconhecida em resultados do exercício, assim como as variações cambiais dos elementos monetários subjacentes.

(ii) *Cobertura de justo valor*

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados pelo período remanescente.

(iii) *Cobertura de fluxos de caixa*

A parte efectiva das variações de justo valor dos derivados designados e que se qualificam como coberturas de fluxos de caixa é reconhecida em capitais próprios. Os ganhos ou perdas da parcela inefectiva da relação de cobertura são reconhecidos por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para a demonstração de resultados nos períodos em que o item coberto afecta resultados. Contudo, quando a transacção prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um activo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos no custo inicial do activo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registado em capitais próprios na data mantém-se em capitais próprios até que a transacção prevista seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

(iv) *Efectividade*

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, o Grupo executa testes prospectivos na data de início das operações e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

(v) *Cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira*

A cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira é contabilizada de forma similar à cobertura de fluxos de caixa. Os ganhos e perdas cambiais resultantes do instrumento de cobertura são reconhecidos em capitais próprios na parte efectiva da relação de cobertura. A parte inefectiva é reconhecida em resultados do exercício. Os ganhos e perdas cambiais acumulados relativos ao investimento e à respectiva operação de cobertura registados em capitais próprios são transferidos para resultados do exercício no momento da venda da entidade estrangeira, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

f) *Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros*

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, "Loans and Receivables" ou para activos financeiros detidos até à maturidade ("Held-to-maturity"), desde que esses activos financeiros obedeam às características de cada categoria. O Grupo adoptou esta possibilidade para um conjunto de activos financeiros com data a partir de 1 de Julho de 2008 e 31 de Outubro de 2008, conforme descrito na nota 22.

As transferências de activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de "Loans and receivables" e "Held-to-maturity" são também permitidas.

São proibidas as transferências de e para activos e passivos financeiros ao justo valor por decisão da própria entidade ("Fair Value Option").

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

g) Desreconhecimento

O Grupo desreconhece os activos financeiros quando expiram todos os direitos a fluxos de caixa futuros ou os activos foram transferidos. Quando ocorre uma transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos foram transferidos ou o Grupo não mantém controlo dos activos.

O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando os mesmos são cancelados ou extintos.

h) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos de transacção directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

As acções preferenciais são classificadas como capital quando o reembolso ocorre apenas por opção do Grupo e os dividendos sejam pagos pelo Grupo numa base discricionária.

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu rendimento é estabelecido.

i) Instrumentos financeiros compostos

Instrumentos financeiros que contenham um passivo e uma componente de capital (obrigações convertíveis) são classificados como instrumentos financeiros compostos. Para os instrumentos financeiros classificados como instrumentos compostos, os termos da sua conversão para acções ordinárias (número de acções) não podem variar em função de alterações do seu justo valor. A componente de passivo corresponde ao valor actual dos reembolsos de capital e juros futuros descontados à taxa de juro de mercado aplicável a passivos similares que não possuam opção de conversão. A componente de capital corresponde à diferença entre o valor recebido da emissão e o valor atribuído ao passivo. Os juros reconhecidos são calculados utilizando a taxa de juro efectiva.

j) Empréstimo de títulos e transacções com acordo de recompra

(i) Empréstimo de títulos

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo de títulos continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística para activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda, conforme seja apropriado. O montante recebido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um passivo financeiro. Os títulos obtidos através de acordos de empréstimo de títulos não são reconhecidos patrimonialmente. O montante cedido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um débito para com clientes ou instituições financeiras. Proveitos ou custos resultantes de empréstimo de títulos são periodificados durante o período das operações e são incluídos em juros e proveitos ou custos equiparados.

(ii) Acordos de recompra

O Grupo realiza compras (vendas) de investimentos com acordo de revenda (recompra) de investimentos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido. Os investimentos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos. Os montantes pagos são reconhecidos em créditos sobre clientes ou instituições financeiras. Os valores a receber são apresentados como sendo colateralizados pelos títulos associados. Investimentos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística para outros activos detidos para negociação ou disponíveis para venda, conforme seja apropriado. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como dívidas para com clientes ou instituições financeiras.

A diferença entre as condições de venda e as de recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e proveitos ou custos equiparados.

k) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Grupo também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como disponíveis para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua classificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

l) Locação financeira

Na óptica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na óptica do locador os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

m) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto), para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva o Grupo procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito concedido são considerados os seguintes aspectos:

- Os juros de créditos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura, prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- A contagem dos juros relativos a crédito vencido há mais de 90 dias, que não esteja coberto por garantia real, é interrompida sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerarem, no âmbito da IAS 18, que a sua recuperação é remota.

Para os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro corrido não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de operações de negociação e cobertura. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro corrido é reconhecida em Juros e proveitos equiparados ou em Juros e custos equiparados.

n) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

o) Resultados de operações financeiras (Resultados em operações de negociação e de cobertura e Resultados de activos financeiros disponíveis para venda)

O Resultado de Operações Financeiras regista os ganhos e perdas dos activos e passivos financeiros classificados como de negociação (incluindo variações de justo valor e juros de derivados e derivados embutidos) e dividendos associados a estas carteiras. Inclui igualmente os resultados das operações da carteira de activos financeiros disponíveis para venda, assim como as variações de justo valor dos derivados de cobertura e dos itens cobertos, quando aplicável.

p) Actividades fiduciárias

Os activos detidos no âmbito de actividades fiduciárias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Os resultados obtidos com serviços e comissões provenientes destas actividades são reconhecidos na demonstração de resultados no período em que ocorrem.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

q) Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o maior entre o valor de uso e o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis	50
Obras em edifícios alheios	10
Equipamento	4 a 12
Outras imobilizações	3

Sempre que exista uma indicação de que um activo fixo tangível possa ter imparidade, é efectuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse activo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido de custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de activos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados.

r) Activos intangíveis

Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento

O Grupo não procede à capitalização de despesas de investigação e desenvolvimento. Todos os encargos são registados como custo no exercício em que ocorrem.

Software

O Grupo regista em activos intangíveis os custos associados ao software adquirido a entidades terceiras e procede à sua amortização linear pelo período de vida útil estimado em 3 anos. O Grupo não capitaliza custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de software.

s) Aplicações por recuperação de crédito

O Grupo, à luz do disposto na IFRS 5, classifica em activos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito para os quais existem contratos promessa de compra e venda ("CPCV") para os próximos 12 meses. Estes activos são contabilizados de acordo com o disposto na nota 1k), encontrando-se reconhecidos pelo valor acordado nos CPCV.

As aplicações por recuperação de crédito incluem os imóveis e outros activos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes para os quais não existem CPCV. Estes activos são registados na rubrica Outros Activos, uma vez que o prazo até à venda destes activos é na generalidade superior a um ano. Estes activos encontram-se mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de despesas e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas pelo Grupo.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor entre o seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido de despesas, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

t) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

u) Offsetting

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido registado no balanço quando o Grupo tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transacções podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

v) *Transacções em moeda estrangeira*

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio da data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, que estão contabilizados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção. Activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

w) *Benefícios a empregados*

Plano de benefícios definidos

O Grupo tem a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores pensões de reforma por velhice, pensões de reforma por invalidez e pensões de sobrevivência, nos termos do estabelecido nas duas convenções colectivas de trabalho que outorgou. Estes benefícios estão previstos nos planos de pensões "Plano ACT" e "Plano ACTQ" do "Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português", os quais correspondem ao plano base das referidas convenções colectivas (condições previstas no sistema de segurança social privado do sector bancário para a constituição do direito ao recebimento de uma pensão).

A par dos benefícios previstos nos dois planos acima referidos, o Grupo assumiu a responsabilidade, desde que verificadas determinadas condições em cada exercício, de atribuir complementos de reforma aos colaboradores do Grupo, tendo em conta as especificidades dos instrumentos da regulamentação colectiva e a situação previdencial de cada um (Plano Complementar).

A responsabilidade líquida do Grupo com planos de reforma (planos de benefício definido) é estimada anualmente, à data de fecho de contas.

O Grupo optou na data da transição para as IFRS, 1 de Janeiro de 2004, pela aplicação retrospectiva da IAS 19, tendo efectuado o recálculo das responsabilidades com o fundo de pensões e dos respectivos ganhos e perdas actuariais, cujo diferimento é efectuado de acordo com o método do corredor definido nesta Norma. O cálculo actuarial é efectuado com base no método de crédito da unidade projectada e utilizando pressupostos actuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pela IAS 19.

Os custos de serviço corrente e o custo dos juros resultante do 'unwinding' dos passivos do plano deduzidos do retorno esperado dos activos do plano são registados por contrapartida de custos operacionais.

A responsabilidade líquida do Grupo relativa ao plano de pensões de benefício definido é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos activos do Fundo de Pensões.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente, os encargos de saúde dos colaboradores na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte antes da reforma são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os custos resultantes de reformas antecipadas e os respectivos ganhos e perdas actuariais são registados por contrapartida de resultados no exercício em que as reformas antecipadas são aprovadas e comunicadas.

De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas actuarias não reconhecidos que excedam 10% do maior entre o valor actual das obrigações definidas e o justo valor dos activos do Fundo são registados por contrapartida de resultados pelo período de 20 anos correspondente à vida útil remanescente estimada dos colaboradores no activo.

Os pagamentos aos fundos são efectuados anualmente por cada empresa do Grupo de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo, incluindo a cobertura do Plano Complementar. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo.

Plano de contribuição definida

Para o Plano de contribuição definida, aplicável ao Plano Complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores do Grupo são reconhecidas como um custo do exercício quando devidas.

Planos de remuneração com acções

À data de 30 de Setembro de 2009, não se encontra em vigor nenhum plano de remuneração com acções.

Remuneração variável paga aos colaboradores

Compete ao Conselho de Administração Executivo fixar os respectivos critérios de alocação a cada colaborador.

A remuneração variável atribuída aos colaboradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

x) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Grupo procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) a sociedade em causa tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivo se activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

y) Relato por segmentos

Um segmento de negócio é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

O Grupo controla a sua actividade através dos seguintes segmentos principais:

Portugal

- Banca de Retalho e Empresas;
- Private Banking e Gestão de Activos;
- Corporate Banking e Banca de Investimento.

Actividade no Estrangeiro

- Polónia;
- Grécia;
- Moçambique.

z) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

aa) Resultado por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas, excluindo o número médio de acções ordinárias compradas pelo Grupo e detidas como acções próprias.

Para o resultado por acção diluído, o número médio de acções ordinárias emitidas é ajustado para assumir a conversão de todas as potenciais acções ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para acções faz decrescer o resultado por acção.

Se o resultado por acção for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de acções ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por acção para todos os períodos apresentados deve ser ajustado retrospectivamente.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

ab) Contratos de seguro

O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afectar adversamente o segurado, é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento, reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Os activos financeiros detidos pelo Grupo para cobertura de responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de investimento são classificados e contabilizados da mesma forma que os restantes activos financeiros do Grupo.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados, são reconhecidos e mensurados como segue:

Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Provisão para prémios não adquiridos de seguro directo e resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efectuada mediante a aplicação do método "Pro rata temporis", por cada recibo em vigor.

ac) Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabeleceram um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração Executivo utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. O Conselho de Administração Executivo foi nomeado em 15 de Janeiro de 2008, tendo sido utilizados os julgamentos e estimativas que tiveram em consideração a informação recolhida, através da análise promovida internamente e dos contactos mantidos com a CMVM e o Banco de Portugal no âmbito da acção de supervisão em curso. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisadas nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração Executivo, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração Executivo considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia, entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos activos financeiros.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

Perdas por imparidade em créditos a clientes

O Grupo efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na nota 1 c).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPE)

O Grupo patrocina a constituição de SPE com o objectivo principal de efectuar operações de securitização de activos por motivos de liquidez e/ou de gestão de capital.

O Grupo não consolida os SPE em que não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efectuado um julgamento para determinar se o Grupo está exposto aos riscos e benefícios inerentes às actividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesse SPE (nota 1 b).

A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pelo Grupo requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas, nomeadamente no que respeita aos riscos de crédito, liquidação antecipada e taxa de juro poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto directo nos seus resultados.

No âmbito da aplicação desta política e de acordo com a nota 21, foram incluídas no perímetro de consolidação os seguintes SPE resultantes de operações de securitização: NovaFinance n° 3 e 4, Magellan n° 5 e n° 6, Kion e Orchis Sp zo.o. Por outro lado o Grupo não consolidou os seguintes SPE igualmente resultantes das operações de securitização de crédito do Grupo: Magellan n° 1, 2, 3 e 4. Para estes SPE, que estão desreconhecidos no balanço, concluiu-se que foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios associados aos mesmos, uma vez que o Grupo não detém quaisquer títulos emitidos pelos SPE em causa, que tenham exposição à maioria dos riscos residuais, nem está de outra forma exposto à performance das correspondentes carteiras de crédito.

Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais Portuguesas têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias residentes durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração Executivo do Banco e das subsidiárias residentes em Portugal, que eventuais correcções aos impostos sobre lucros não têm impacto material nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Goodwill

Anualmente, o Grupo efectua uma avaliação do valor recuperável das diferenças de consolidação, tendo por base o valor de uso ou o justo valor dos investimentos financeiros detidos. De acordo com a IAS 36, o valor de uso deverá ser determinado com base numa avaliação dos fluxos de caixa estimados futuros, utilizando toda a informação disponível, o que requer a utilização de julgamento.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

2. Margem financeira e resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira e resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma actividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda, quer na rubrica de juros e proveitos equiparados, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, não evidencia a contribuição das diferentes actividades de negócio para a margem financeira e resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	Set 2009	Set 2008
	Euros '000	Euros '000
Margem financeira	998.183	1.276.698
Resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda	<u>188.150</u>	<u>(109.266)</u>
	<u><u>1.186.333</u></u>	<u><u>1.167.432</u></u>

3. Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	Set 2009	Set 2008
	Euros '000	Euros '000
<i>Juros e proveitos equiparados</i>		
Juros de crédito	2.432.579	3.277.674
Juros de títulos de negociação	81.630	110.043
Juros de outros activos financeiros		
ao justo valor através de resultados	139	18.818
Juros de títulos disponíveis para venda	67.158	145.198
Juros de títulos detidos até à maturidade	30.544	3.062
Juros de derivados de cobertura	110.381	38.107
Juros de derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	48.412	32.212
Juros de depósitos e outras aplicações	<u>61.268</u>	<u>274.539</u>
	2.832.111	3.899.653
<i>Juros e custos equiparados</i>		
Juros de depósitos e outros recursos	1.056.852	1.395.131
Juros de títulos com acordo de recompra	22.544	19.494
Juros de títulos emitidos	521.431	1.039.149
Juros de derivados de cobertura	19.432	31.326
Juros de derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	18.294	35.103
Juros de outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	<u>195.375</u>	<u>102.752</u>
	<u>1.833.928</u>	<u>2.622.955</u>
Margem financeira	<u><u>998.183</u></u>	<u><u>1.276.698</u></u>

A rubrica de Juros de crédito inclui o montante de Euros 14.302.000 (30 de Setembro de 2008: Euros 18.135.000) relativo a comissões e outros custos/proveitos contabilizados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 c).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

4. Rendimentos de instrumentos de capital

O valor desta rubrica é composto por:

	Set 2009	Set 2008
	Euros '000	Euros '000
Rendimentos de títulos disponíveis para venda	4.278	28.688
Outros	49	419
	<u>4.327</u>	<u>29.107</u>

A rubrica Rendimentos de títulos disponíveis para venda corresponde a dividendos recebidos durante o exercício.

5. Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	Set 2009	Set 2008
	Euros '000	Euros '000
<i>Serviços e comissões recebidas:</i>		
Por garantias prestadas	63.609	56.998
Por compromissos perante terceiros	183	229
Por serviços bancários prestados	397.857	410.362
Comissões da actividade seguradora	463	328
Outras comissões	178.582	202.415
	<u>640.694</u>	<u>670.332</u>
<i>Serviços e comissões pagas:</i>		
Por garantias recebidas	550	660
Por serviços bancários prestados por terceiros	75.867	82.886
Comissões da actividade seguradora	784	307
Outras comissões	29.712	33.435
	<u>106.913</u>	<u>117.288</u>
Resultados líquidos de serviços e comissões	<u>533.781</u>	<u>553.044</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

6. Resultados em operações de negociação e de cobertura

O valor desta rubrica é composto por:

	Set 2009	Set 2008
	Euros '000	Euros '000
<i>Lucros em operações de negociação e de cobertura</i>		
Operações cambiais	6.527.556	4.286.893
Operações com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados		
Detidos para Negociação		
Títulos	84.378	20.966
Derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	251.804	146.356
Outros instrumentos financeiros derivados	3.359.401	1.669.964
Outros instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	7.153	108.488
Contabilidade de cobertura		
Derivados de cobertura	186.731	1.126.297
Instrumentos cobertos	96.718	7.808
Outras operações	3.293	53.068
	<u>10.517.034</u>	<u>7.419.840</u>
<i>Prejuízos em operações de negociação e de cobertura</i>		
Operações cambiais	6.485.403	4.229.136
Operações com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados		
Detidos para Negociação		
Títulos	37.365	60.587
Derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	174.043	210.839
Outros instrumentos financeiros derivados	3.191.761	1.683.681
Outros instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	161.571	1.832
Contabilidade de cobertura		
Derivados de cobertura	127.462	1.067.082
Instrumentos cobertos	129.377	20.842
Outras operações	25.931	15.734
	<u>10.332.913</u>	<u>7.289.733</u>
Resultados líquidos em operações de negociação e de cobertura	<u>184.121</u>	<u>130.107</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

7. Resultados em activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	Set 2009	Set 2008
	Euros '000	Euros '000
Lucros em operações com instrumentos financeiros disponíveis para venda	59.624	22.558
Prejuízos em operações com instrumentos financeiros disponíveis para venda	(55.595)	(261.931)
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda	4.029	(239.373)

A rubrica Prejuízos em operações com instrumentos financeiros disponíveis para venda incluía, em 30 de Setembro de 2008, o montante de Euros 240.528.000 relativo ao reconhecimento de perdas por imparidade da participação que naquela data o Grupo detinha no Banco BPI S.A. resultantes da queda acentuada do valor de cotação das suas acções ao longo dos nove meses de 2008 e cujo reconhecimento foi efectuado de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 d).

8. Outros proveitos de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	Set 2009	Set 2008
	Euros '000	Euros '000
<i>Proveitos</i>		
Prestação de serviços	36.432	46.798
Venda de cheques e outros	18.980	20.284
Outros proveitos de exploração	26.938	24.291
	82.350	91.373
<i>Custos</i>		
Impostos	27.282	28.446
Donativos e quotizações	3.045	4.209
Outros custos de exploração	17.162	13.210
	47.489	45.865
	34.861	45.508

9. Custos com o pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	Set 2009	Set 2008
	Euros '000	Euros '000
Remunerações	432.758	483.969
Encargos sociais obrigatórios	196.844	167.028
Encargos sociais facultativos	28.073	28.861
Outros custos	9.423	10.733
	667.098	690.591

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

10. Outros gastos administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	Set 2009	Set 2008
	Euros '000	Euros '000
Água, energia e combustíveis	14.666	15.586
Material de consumo corrente	6.008	7.480
Rendas e alugueres	110.758	106.606
Comunicações	33.896	38.793
Deslocações, estadias e representações	12.544	16.570
Publicidade	28.450	40.233
Conservação e reparação	28.905	32.945
Cartões e crédito imobiliário	12.595	15.426
Estudos e consultas	14.901	16.722
Informática	19.864	19.354
Outsourcing e trabalho independente	56.904	68.032
Outros serviços especializados	22.539	20.162
Formação do pessoal	2.212	2.249
Seguros	12.546	15.366
Contencioso	5.477	6.844
Transportes	8.316	8.521
Outros fornecimentos e serviços	36.090	42.518
	426.671	473.407

11. Amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por:

	Set 2009	Set 2008
	Euros '000	Euros '000
<i>Activos intangíveis:</i>		
'Software'	10.082	10.477
Outros activos intangíveis	295	1.732
	10.377	12.209
<i>Outros activos tangíveis:</i>		
Imóveis	32.831	33.945
Equipamento		
Mobiliário	3.202	4.900
Máquinas	3.158	4.169
Equipamento informático	18.104	16.446
Instalações interiores	5.052	5.929
Viaturas	1.451	1.348
Equipamento de segurança	2.214	2.320
Outros activos tangíveis	2.227	1.262
	68.239	70.319
	78.616	82.528

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

12. Imparidade do crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	Set 2009	Set 2008
	Euros '000	Euros '000
<i>Aplicações em instituições de crédito:</i>		
Crédito concedido		
Dotação do período	12.720	806
Reversão do período	(8.567)	(3.200)
	<u>4.153</u>	<u>(2.394)</u>
<i>Crédito concedido a clientes:</i>		
Crédito concedido		
Dotação do período	833.844	634.205
Reversão do período	(407.438)	(228.260)
Recuperações de crédito e de juros	(21.118)	(62.998)
	<u>405.288</u>	<u>342.947</u>
	<u><u>409.441</u></u>	<u><u>340.553</u></u>

A rubrica Imparidade do crédito regista a estimativa de perdas incorridas à data de 30 de Setembro de 2009 e 2008, respectivamente, determinadas de acordo com a avaliação da evidência objectiva de imparidade, conforme descrito na nota 1 c).

13. Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	Set 2009	Set 2008
	Euros '000	Euros '000
Provisões para pensões de reforma, complementos de pensões de reforma e sobrevivência		
Dotação do período	457	348
Provisões para garantias e outros compromissos		
Dotação do período	21.183	15.044
Reversão do período	(9.553)	(12.431)
Outras provisões para riscos e encargos		
Dotação do período	15.047	3.691
Reversão do período	(4.637)	(32.830)
	<u>22.497</u>	<u>(26.178)</u>

14. Resultados por equivalência patrimonial

Os principais contributos na rubrica de rendimento de imobilizações financeiras pelo método de apropriação por equivalência patrimonial são analisados como segue:

	Set 2009	Set 2008
	Euros '000	Euros '000
Grupo Millenniumbcp Fortis	44.934	43.558
Amortização do VIF ('Value in Force') do Grupo Millennium bcp Fortis	(4.522)	(13.566)
Outras empresas	7.401	5.838
	<u>47.813</u>	<u>35.830</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

15. Resultados de alienação de subsidiárias e outros activos

O valor desta rubrica referente ao Grupo é composto por:

	Set 2009	Set 2008
	Euros '000	Euros '000
Alienação de negócios de subsidiárias	78.379	-
Outros activos	(103)	5.810
	<u>78.276</u>	<u>5.810</u>

A rubrica Alienação de negócios de subsidiárias inclui, os montantes de Euros 57.196.000 e Euros 21.183.000 relativos à alienação de activos e à valia apurada na dispersão a novos accionistas do capital social do Banco Millennium Angola, conforme descrito na nota 45.

Conforme disposto na IAS 27, o impacto da operação anteriormente descrita implicou a redução da percentagem de participação do Millennium bcp de 100% para 50,1%, dado que o Grupo não subscreveu o aumento de capital do Millennium Angola. O efeito de dispersão é equiparado a uma alienação parcial de um investimento numa subsidiária, mantendo a entidade o controlo após esta alienação parcial, ou seja, equivalente a uma alienação a Interesses Minoritários.

As IFRS permitem tratamentos contabilísticos alternativos relativamente a transacções com Interesses Minoritários (aquisições/alienações) onde se incluem os efeitos da diluição de uma participação financeira. De acordo com as Normas, existindo um diferencial entre o valor da transacção e o montante de capitais próprios atribuíveis aos Interesses Minoritários, este pode ser registado conforme a política contabilística eleita pela entidade, alternativamente de duas formas:

- por contrapartida de Reservas; ou
- por contrapartida de "Goodwill" (aquisições) e Resultados do exercício (alienações).

As IFRS determinam que uma vez definida a política contabilística, relativamente ao tratamento de transacções com Interesses Minoritários, esta deverá ser aplicada de forma consistente em todas as transacções da mesma natureza. Em consistência com a política contabilística adoptada em anteriores situações de aquisição de participações financeiras a minoritários, conforme referido na política contabilística nota 1 b), com o registo em goodwill das diferenças entre o preço de aquisição e o valor contabilístico dos capitais próprios assim adquiridos, na situação em apreço, tratando-se de uma venda, foi registada tal diferença por contrapartida de resultados.

A rubrica Resultados de alienação de outros activos corresponde a mais e menos valias decorrentes da venda de imóveis.

16. Impostos

O encargo com impostos sobre lucros, com referência a 30 Setembro de 2009 e 2008, é analisado como segue:

	Set 2009	Set 2008
	Euros '000	Euros '000
Imposto corrente	62.056	48.028
Imposto diferido		
Diferenças temporárias	(53.559)	75.558
Efeito de alterações de taxa	(3.258)	(3.761)
Prejuízos fiscais utilizados	46.083	(63.559)
	<u>(10.734)</u>	<u>8.238</u>
	<u>51.322</u>	<u>56.266</u>

A reconciliação da taxa de imposto decorrente dos efeitos permanentes referidos anteriormente é analisada como segue:

	Set 2009		Set 2008	
	%	Euros '000	%	Euros '000
Lucro antes de impostos		241.622		249.344
Taxa de imposto corrente	26,5%	(64.030)	26,5%	(66.076)
Efeito das taxas de imposto no estrangeiro	-0,1%	128	-5,1%	12.794
Despesas não dedutíveis	13,9%	(33.609)	23,5%	(58.696)
Receitas isentas de imposto ou não tributáveis	-22,3%	53.821	-25,8%	64.438
Incentivos fiscais não reconhecidos em resultados	-2,4%	5.909	-0,7%	1.761
Efeito dos prejuízos fiscais utilizados	4,6%	(11.013)	0,9%	(2.143)
Efeito de taxa	0,0%	(20)	1,5%	(3.668)
Correcção de anos anteriores	0,6%	(1.453)	1,6%	(4.060)
Tributação autónoma e imposto suportado no estrangeiro	0,4%	(1.055)	0,2%	(616)
	<u>21,2%</u>	<u>(51.322)</u>	<u>22,6%</u>	<u>(56.266)</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
 30 de Setembro de 2009

O montante de impostos diferidos em resultados em 30 Setembro de 2009 e 2008 é atribuível a diferenças temporárias resultantes das seguintes rubricas:

	Set 2009	Set 2008
	Euros '000	Euros '000
Activos intangíveis	45	318
Outros activos tangíveis	2.300	2.844
Perdas por imparidade	(75.216)	19.613
Pensões de reforma	36.415	57.080
Derivados	(6.409)	-
Prejuízos fiscais reportáveis	48.950	(67.221)
Imputação de lucros	(20.250)	-
Outros	3.431	(4.396)
Impostos diferidos	<u>(10.734)</u>	<u>8.238</u>

17. Resultado por acção

Os resultados por acção são calculados da seguinte forma:

	Set 2009	Set 2008
	Euros '000	Euros '000
Resultado líquido do período atribuível aos accionistas do Banco	178.135	142.136
Dividendos de outros instrumentos de capital	<u>(44.657)</u>	<u>(36.616)</u>
Resultado líquido ajustado	133.478	105.520
Nº médio de acções	4.670.285.039	4.383.181.089
Resultado por acção básico (euros)	0,04	0,03
Resultado por acção diluído (euros)	0,04	0,03

Em Abril de 2008, o Banco Comercial Português, S.A., procedeu ao aumento do capital social, de Euros 3.611.329.567 para Euros 4.694.600.000, através da emissão de 1.083.270.433 acções por exercício de direito de preferência dos accionistas, com o valor nominal de 1 Euro cada e ao preço de subscrição de 1,2 Euro por acção. Este facto foi também considerado no apuramento do número médio de acções utilizado para o cálculo do resultado por acção básico e diluído para o exercício de 2008.

O número médio de acções acima indicado resultou do número de acções existentes no início de cada ano, ajustado pelo número de acções readquiridas ou emitidas no período, depois de ponderado pelo factor tempo.

O valor dos dividendos de acções preferenciais corresponde a duas emissões efectuadas pelo BCP Finance Company Ltd e que, de acordo com as regras da IAS 32, e conforme referido na política contabilística nota 1 h), foram consideradas como instrumentos de capital. As referidas emissões são analisadas como segue:

- 5.000.000 acções preferenciais, de Euros 100 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 9 de Junho de 2004, destinadas a refinarciar a amortização antecipada da emissão de 8.000.000 de acções preferenciais, de Euros 50 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 400.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 14 de Junho de 1999.

- 10.000 acções preferenciais, de Euros 50.000 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 13 de Outubro de 2005 destinada a refinarciar a amortização antecipada da emissão de 6.000.000 de acções preferenciais, de Euros 100 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 600.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 28 de Setembro de 2000.

Em Junho de 2009, conforme referido nas notas 39 e 45, foram emitidos Euros 300.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000, tendo sido tratados como instrumento de capital.

Em Agosto de 2009, conforme referido nas notas 39 e 45, foram emitidos Euros 600.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000, tendo sido tratados como instrumento de capital.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

18. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	Set 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Caixa	551.003	683.891
Bancos centrais	1.485.781	1.380.516
	<u>2.036.784</u>	<u>2.064.407</u>

A rubrica de Bancos centrais inclui o saldo junto dos Bancos Centrais dos países em que o Grupo opera, que visa satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas. O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as directrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da Zona do Euro, obriga à manutenção de um saldo em depósito junto do Banco Central, equivalente a 2% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas. Esta taxa é diferente para países fora da Zona Euro.

19. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Set 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Em instituições de crédito no país	2.337	1.373
Em instituições de crédito no estrangeiro	390.557	496.793
Valores a cobrar	271.808	550.182
	<u>664.702</u>	<u>1.048.348</u>

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

20. Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Set 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Banco de Portugal	-	350.019
Aplicações em outras instituições de crédito no país	296.992	898.614
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	1.051.268	1.642.574
	1.348.260	2.891.207
Crédito vencido - menos de 90 dias	-	10.186
Crédito vencido - mais de 90 dias	17.044	1
	1.365.304	2.901.394
Imparidade para riscos de crédito	(13.203)	(9.049)
	<u>1.352.101</u>	<u>2.892.345</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

Os movimentos da Imparidade para riscos de crédito sobre aplicações em instituições de crédito, são analisados como segue:

	Set 2009	Set 2008
	Euros '000	Euros '000
<i>Imparidade para riscos de crédito sobre aplicações em instituições de crédito:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	9.049	3.109
Transferências	-	(201)
Dotação do período	12.720	806
Reversão do período	(8.567)	(3.200)
Diferenças cambiais	1	11
	<u>13.203</u>	<u>525</u>
Saldo em 30 de Setembro	<u><u>13.203</u></u>	<u><u>525</u></u>

21. Créditos a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	Set 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Crédito ao sector público	516.485	569.981
Crédito com garantias reais	43.460.369	42.135.232
Crédito com outras garantias	14.859.617	15.263.492
Crédito sem garantias	5.398.626	5.812.190
Crédito sobre o estrangeiro	4.726.426	4.663.056
Crédito tomado em operações de 'factoring'	1.331.544	1.687.351
Capital em locação	5.255.488	5.663.027
	<u>75.548.555</u>	<u>75.794.329</u>
Crédito vencido - menos de 90 dias	357.100	151.580
Crédito vencido - mais de 90 dias	1.706.362	699.561
	<u>77.612.017</u>	<u>76.645.470</u>
Imparidade para riscos de crédito	(2.041.495)	(1.480.456)
	<u><u>75.570.522</u></u>	<u><u>75.165.014</u></u>

Em 30 de Setembro de 2009, a rubrica Crédito a clientes inclui o montante de Euros 3.965.486.000 (31 de Dezembro 2008: Euros 3.708.740.000) relativo a créditos afectos às três emissões de obrigações hipotecárias realizadas pelo Banco, a última das quais durante o exercício de 2008.

A partir de 2009, na sequência da Carta Circular nº15/2009 do Banco de Portugal, o Banco passou a abater ao activo apenas os créditos vencidos provisionados a 100% que após uma análise económica sejam considerados como incobráveis por se concluir que não existem perspectivas da sua recuperação. A aplicação deste critério teve um impacto no valor do crédito vencido e respectiva imparidade associada relevado no Balanço que aumentaram em Euros 241 milhões.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

A análise do crédito sobre clientes, por tipo de operação, é a seguinte:

	Set 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
<i>Crédito não titulado</i>		
Crédito por desconto de efeitos	922.692	1.306.516
Crédito em conta corrente	6.438.729	5.414.334
Descobertos em depósitos à ordem	2.338.946	2.358.634
Empréstimos	24.398.140	25.384.802
Crédito imobiliário	31.466.370	31.183.421
Crédito tomado em operações de 'factoring'	1.331.544	1.687.351
Capital em locação	5.255.488	5.663.027
	<u>72.151.909</u>	<u>72.998.085</u>
<i>Crédito titulado</i>		
Papel comercial	2.773.055	2.487.178
Obrigações	623.591	309.066
	<u>3.396.646</u>	<u>2.796.244</u>
	75.548.555	75.794.329
Crédito vencido - menos de 90 dias	357.100	151.580
Crédito vencido - mais de 90 dias	1.706.362	699.561
	<u>77.612.017</u>	<u>76.645.470</u>
Imparidade para riscos de crédito	(2.041.495)	(1.480.456)
	<u><u>75.570.522</u></u>	<u><u>75.165.014</u></u>

A análise do crédito sobre clientes, por sector de actividade, é a seguinte:

	Set 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	700.493	681.364
Indústrias extractivas	367.670	307.761
Alimentação, bebidas e tabaco	740.268	808.888
Têxteis	591.873	644.174
Madeira e cortiça	323.027	339.421
Papel, artes gráficas e editoras	404.092	428.908
Químicas	1.034.141	1.243.709
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	1.350.265	1.297.634
Electricidade, água e gás	916.629	933.782
Construção	5.624.049	5.613.245
Comércio a retalho	2.209.934	2.222.174
Comércio por grosso	2.957.602	3.177.078
Restaurantes e hotéis	1.379.743	1.318.438
Transportes e comunicações	2.011.310	2.199.364
Serviços	16.792.504	15.174.564
Crédito ao consumo	5.035.600	4.877.090
Crédito hipotecário	29.088.803	28.537.840
Outras actividades nacionais	945.882	933.139
Outras actividades internacionais	5.138.132	5.906.897
	<u>77.612.017</u>	<u>76.645.470</u>
Imparidade para riscos de crédito	(2.041.495)	(1.480.456)
	<u><u>75.570.522</u></u>	<u><u>75.165.014</u></u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

A rubrica Crédito a clientes inclui o efeito de operações de securitização tradicionais detidas por SPE sujeitos a consolidação no âmbito da SIC 12, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 b) e de securitização sintéticas.

As operações de securitização realizadas pelo Grupo respeitam na sua maior parte a créditos hipotecários, empréstimos a empresas e créditos ao consumo. As referidas securitizações tradicionais e sintéticas realizadas são concretizadas através de entidades de finalidade especial (SPE). Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 b), quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, estas SPE são consolidadas pelo método integral.

A rubrica de Crédito a clientes inclui os seguintes montantes relativos a operações de securitização, detalhados por tipo de operação:

	Set 2009		
	Tradicionais	Sintéticas	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Crédito ao consumo	681.544	-	681.544
Crédito hipotecário	5.880.001	-	5.880.001
Leasing	179.973	-	179.973
Papel comercial	626.993	-	626.993
Empréstimos a empresas	2.102.248	-	2.102.248
	<u>9.470.759</u>	<u>-</u>	<u>9.470.759</u>
	Dez 2008		
	Tradicionais	Sintéticas	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Crédito ao consumo	699.024	-	699.024
Crédito hipotecário	2.480.593	-	2.480.593
Leasing	193.544	-	193.544
Papel comercial	510.198	-	510.198
Empréstimos a empresas	1.961.842	2.430.546	4.392.388
	<u>5.845.201</u>	<u>2.430.546</u>	<u>8.275.747</u>

No decurso do primeiro semestre de 2009, o Grupo procedeu à emissão de uma operação de securitização, Magellan n.º6 (crédito à habitação), emitida pelo Banco Comercial Português, S.A. Em função das suas características e de acordo com a política contabilística definida na nota 1 g), esta operação não deu lugar a desreconhecimento nas Demonstrações Financeiras do Grupo.

A rubrica de crédito a clientes inclui os seguintes valores relacionados com contratos de locação financeira:

	Set 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Valor bruto	5.981.666	7.273.580
Juros ainda não devidos	<u>(726.178)</u>	<u>(1.610.553)</u>
Valor líquido	<u>5.255.488</u>	<u>5.663.027</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

A carteira de crédito sobre clientes inclui créditos que foram objecto de reestruturação formal com os clientes, em termos de reforço de garantias, prorrogação de vencimentos e alteração de taxa de juro. A análise dos créditos reestruturados por sectores da actividade é a seguinte:

	Set 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	5.419	5.339
Indústrias extractivas	112	1.033
Alimentação, bebidas e tabaco	9.849	5.235
Têxteis	12.831	15.391
Madeira e cortiça	3.742	3.464
Papel, artes gráficas e editoras	4.165	4.043
Químicas	8.143	5.726
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	32.992	20.036
Electricidade, água e gás	1.153	29
Construção	22.310	11.742
Comércio a retalho	11.678	5.679
Comércio por grosso	13.734	11.496
Restaurantes e hotéis	1.496	1.484
Transportes e comunicações	26.807	28.597
Serviços	19.881	22.044
Crédito ao consumo	91.659	40.385
Crédito hipotecário	72.672	13.323
Outras actividades nacionais	9.740	893
Outras actividades internacionais	3.369	3.588
	351.752	199.527

A análise do crédito vencido por sectores de actividade é a seguinte:

	Set 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	12.974	5.186
Indústrias extractivas	20.151	3.069
Alimentação, bebidas e tabaco	19.670	4.468
Têxteis	43.106	30.525
Madeira e cortiça	43.585	8.732
Papel, artes gráficas e editoras	18.102	3.451
Químicas	10.895	5.208
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	152.955	29.890
Electricidade, água e gás	639	161
Construção	315.180	174.338
Comércio a retalho	82.603	31.546
Comércio por grosso	240.662	79.155
Restaurantes e hotéis	52.279	19.263
Transportes e comunicações	43.539	22.415
Serviços	463.061	109.242
Crédito ao consumo	327.539	172.454
Crédito hipotecário	165.827	120.979
Outras actividades nacionais	20.434	6.352
Outras actividades internacionais	30.261	24.707
	2.063.462	851.141

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

Os movimentos da imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	Set 2009	Set 2008
	Euros '000	Euros '000
<i>Imparidade para crédito vencido e outros</i>		
<i>créditos concedidos:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	1.442.405	1.206.508
Transferências	220.014	(31.371)
Dotação do período	833.844	634.205
Reversão do período	(407.438)	(228.260)
Utilização de imparidade	(112.131)	(224.904)
Diferenças cambiais	(6.405)	9.812
Saldo em 30 de Setembro	<u>1.970.289</u>	<u>1.365.990</u>
<i>Imparidade para crédito reestruturado:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	38.052	15.824
Transferências	<u>33.154</u>	<u>28.066</u>
Saldo em 30 de Setembro	<u>71.206</u>	<u>43.890</u>
	<u>2.041.495</u>	<u>1.409.880</u>

Conforme já referido nesta nota, a rubrica Transferências inclui o efeito da adopção por parte do grupo da Carta Circular nº15/2009 do Banco de Portugal.

A análise da imparidade por sectores de actividade é a seguinte:

	Set 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	50.647	42.487
Indústrias extractivas	20.356	16.872
Alimentação, bebidas e tabaco	66.200	31.140
Têxteis	42.371	38.883
Madeira e cortiça	27.207	13.097
Papel, artes gráficas e editoras	14.627	5.987
Químicas	11.163	7.346
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	112.533	62.368
Electricidade, água e gás	5.511	4.133
Construção	187.835	167.407
Comércio a retalho	69.747	50.931
Comércio por grosso	219.966	118.756
Restaurantes e hotéis	31.742	25.474
Transportes e comunicações	43.945	32.372
Serviços	435.057	322.698
Crédito ao consumo	290.172	205.550
Crédito hipotecário	164.713	208.789
Outras actividades nacionais	8.556	7.794
Outras actividades internacionais	<u>239.147</u>	<u>118.372</u>
	<u>2.041.495</u>	<u>1.480.456</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

A anulação de crédito por utilização de imparidade analisada por sector de actividade é a seguinte:

	Set 2009	Set 2008
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	153	873
Indústrias extractivas	-	1.772
Alimentação, bebidas e tabaco	637	7.058
Têxteis	12.399	14.918
Madeira e cortiça	1.321	1.365
Papel, artes gráficas e editoras	269	2.128
Químicas	1.716	3.037
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	24.281	3.375
Electricidade, água e gás	174	16
Construção	6.036	27.399
Comércio a retalho	4.238	10.561
Comércio por grosso	16.752	35.720
Restaurantes e hotéis	377	3.055
Transportes e comunicações	2.849	15.065
Serviços	22.733	17.817
Crédito ao consumo	12.102	39.408
Crédito hipotecário	193	24.389
Outras actividades nacionais	1.580	2.352
Outras actividades internacionais	4.321	14.596
	112.131	224.904

Em conformidade com a Carta Circular nº 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos.

A recuperação de créditos e de juros anulados do ano ou de anos anteriores, efectuada no decorrer de 2009 e 2008, analisada por sectores de actividade, é a seguinte:

	Set 2009	Set 2008
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	230	795
Indústrias extractivas	341	1.100
Alimentação, bebidas e tabaco	297	3.223
Têxteis	685	6.028
Madeira e cortiça	73	225
Papel, artes gráficas e editoras	674	1.072
Químicas	110	193
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	508	1.928
Electricidade, água e gás	102	4
Construção	3.475	6.083
Comércio a retalho	1.023	3.398
Comércio por grosso	3.853	6.757
Restaurantes e hotéis	136	1.513
Transportes e comunicações	446	1.393
Serviços	2.000	4.379
Crédito ao consumo	5.855	16.002
Crédito hipotecário	151	6.930
Outras actividades nacionais	78	524
Outras actividades internacionais	1.081	1.451
	21.118	62.998

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

22. Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda

A rubrica de Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda é analisada como segue:

	Set 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	2.921.841	2.303.898
De outros emissores	1.567.557	655.991
	<u>4.489.398</u>	<u>2.959.889</u>
Títulos vencidos	5.148	5.427
Imparidade para títulos vencidos	(5.148)	(5.427)
	<u>4.489.398</u>	<u>2.959.889</u>
Acções e outros títulos de rendimento variável	<u>806.770</u>	<u>855.787</u>
	5.296.168	3.815.676
Derivados de negociação	<u>1.381.978</u>	<u>1.801.769</u>
	<u><u>6.678.146</u></u>	<u><u>5.617.445</u></u>

A análise dos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda por tipo em 30 de Setembro de 2009, é a seguinte:

	Títulos		Total
	Negociação	Disponíveis para venda	
	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Títulos de rendimento fixo:			
Obrigações de emissores públicos			
Nacionais	310.176	1.831	312.007
Estrangeiros	1.025.686	225.086	1.250.772
Obrigações de outros emissores			
Nacionais	347.077	527.191	874.268
Estrangeiros	608.928	89.509	698.437
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	<u>516.102</u>	<u>842.960</u>	<u>1.359.062</u>
	<u>2.807.969</u>	<u>1.686.577</u>	<u>4.494.546</u>
Títulos de rendimento variável:			
Acções de empresas			
Nacionais	4.854	122.318	127.172
Estrangeiras	7.428	261.056	268.484
Unidades de participação	20.753	385.247	406.000
Outros títulos	5.114	-	5.114
	<u>38.149</u>	<u>768.621</u>	<u>806.770</u>
Imparidade para títulos vencidos	<u>-</u>	<u>(5.148)</u>	<u>(5.148)</u>
	2.846.118	2.450.050	5.296.168
Derivados de negociação	<u>1.381.978</u>	<u>-</u>	<u>1.381.978</u>
	<u><u>4.228.096</u></u>	<u><u>2.450.050</u></u>	<u><u>6.678.146</u></u>

A carteira de negociação é valorizada de acordo com a política contabilística 1 d) ao justo valor.

Conforme descrito na política contabilística 1 d), a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado sendo o respectivo justo valor registado por contrapartida de reservas de justo valor, conforme nota 41. A reserva de justo valor no montante de Euros 71.813.000 é apresentada líquida de perdas por imparidade no montante de Euros 64.902.000.

A rubrica Activos financeiros disponíveis para venda - Títulos de rendimento variável - Acções de empresas estrangeiras, inclui o montante de Euros 212.359.000 relativo à participação detida na Eureka B.V. Esta participação é reavaliada anualmente com base em avaliações externas independentes obtidas no primeiro trimestre de cada exercício. Conforme referido na nota 41, a reserva de justo valor associada a esta participação ascende, em 30 de Setembro de 2009, a Euros 61.113.000.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

A análise dos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda por tipo em 31 de Dezembro de 2008, é a seguinte:

	Títulos		Total
	Negociação	Disponíveis para venda	
	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Títulos de rendimento fixo:			
Obrigações de emissores públicos			
Nacionais	305.346	2.001	307.347
Estrangeiros	648.409	562.376	1.210.785
Obrigações de outros emissores			
Nacionais	108.040	52.776	160.816
Estrangeiros	456.240	43.611	499.851
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	548.783	236.983	785.766
Outros títulos	751	-	751
	<u>2.067.569</u>	<u>897.747</u>	<u>2.965.316</u>
Títulos de rendimento variável:			
Acções de empresas			
Nacionais	2.457	77.300	79.757
Estrangeiras	6.214	407.387	413.601
Unidades de participação	25.258	337.171	362.429
	<u>33.929</u>	<u>821.858</u>	<u>855.787</u>
Imparidade para títulos vencidos	-	(5.427)	(5.427)
	<u>2.101.498</u>	<u>1.714.178</u>	<u>3.815.676</u>
Derivados de negociação	1.801.769	-	1.801.769
	<u>3.903.267</u>	<u>1.714.178</u>	<u>5.617.445</u>

Conforme descrito na política contabilística 1 d), a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado sendo o respectivo justo valor registado por contrapartida de reservas de justo valor, conforme nota 41. A reserva de justo valor no montante de Euros 201.635.000 é apresentada líquida de perdas por imparidade no montante de Euros 42.085.000.

A rubrica Activos financeiros disponíveis para venda - Títulos de rendimento variável - Acções de empresas estrangeiras, inclui o montante de Euros 380.114.000 relativo à participação detida na Eureka B.V. Esta participação é reavaliada anualmente com base em avaliações externas independentes obtidas no primeiro trimestre de cada exercício. Conforme referido na nota 41, a reserva de justo valor associada a esta participação ascende, em 31 de Dezembro de 2008 a Euros 256.715.000.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
 30 de Setembro de 2009

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, por sector de actividade, à data de 30 de Setembro de 2009, é a seguinte:

	Obrigações	Acções	Outros Activos	Títulos	Total
	Euros '000	Euros '000	Financeiros	Vencidos	Bruto
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Indústrias extractivas	-	81	-	-	81
Têxteis	-	1	-	553	554
Madeira e cortiça	2.371	-	-	998	3.369
Papel, artes gráficas e editoras	144	7.486	-	-	7.630
Químicas	-	23	-	-	23
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	40	239	-	31	310
Electricidade, água e gás	20.726	767	-	-	21.493
Construção	-	56.131	-	2.560	58.691
Comércio a retalho	-	-	245	-	245
Comércio por grosso	-	3.494	-	475	3.969
Restaurantes e hotéis	-	51	-	-	51
Transportes e comunicações	-	2.532	-	529	3.061
Serviços	1.542.601	324.638	410.817	2	2.278.058
Outras actividades internacionais	1.675	213	52	-	1.940
	1.567.557	395.656	411.114	5.148	2.379.475
Titulos Públicos	1.562.779	-	1.359.062	-	2.921.841
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	(5.148)	(5.148)
	3.130.336	395.656	1.770.176	-	5.296.168

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, por sector de actividade, à data de 31 de Dezembro de 2008, é a seguinte:

	Obrigações	Acções	Outros Activos	Títulos	Total
	Euros '000	Euros '000	Financeiros	Vencidos	Bruto
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Indústrias extractivas	-	73	-	-	73
Alimentação, bebidas e tabaco	-	83	-	-	83
Têxteis	-	81	-	1.037	1.118
Madeira e cortiça	806	1.204	-	126	2.136
Papel, artes gráficas e editoras	146	3.751	-	-	3.897
Químicas	-	35	-	-	35
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	-	125	-	187	312
Electricidade, água e gás	4.650	3.525	-	-	8.175
Construção	-	12.129	-	645	12.774
Comércio a retalho	1.188	-	-	-	1.188
Comércio por grosso	-	101	-	63	164
Restaurantes e hotéis	-	51	-	-	51
Transportes e comunicações	-	1.333	-	18	1.351
Serviços	646.860	470.663	363.130	3.351	1.484.004
Outras actividades internacionais	1.590	204	50	-	1.844
	655.240	493.358	363.180	5.427	1.517.205
Titulos Públicos	1.518.132	-	785.766	-	2.303.898
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	(5.427)	(5.427)
	2.173.372	493.358	1.148.946	-	3.815.676

23. Outros activos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados

A rubrica Outros activos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados corresponde a Aplicações em instituições de crédito.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

24. Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	Set 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Instrumentos de cobertura		
Activo:		
Swaps	274.954	117.305
Passivo:		
Swaps	94.372	350.960

25. Investimentos detidos até à maturidade

A rubrica de Investimentos detidos até à maturidade é analisada como segue:

	Set 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	532.552	519.379
De outros emissores	781.413	582.465
	<u>1.313.965</u>	<u>1.101.844</u>

A análise da carteira de títulos incluídos nos Investimentos detidos até à maturidade, por sector de actividade, é a seguinte:

	Set 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Transportes e comunicações	97.487	97.118
Serviços	683.926	485.347
	781.413	582.465
Títulos Públicos	532.552	519.379
	<u>1.313.965</u>	<u>1.101.844</u>

26. Investimentos em associadas

Esta rubrica é analisada como segue:

	Set 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Instituições de crédito residentes	20.104	16.646
Instituições de crédito não residentes	20.451	20.606
Outras empresas residentes	380.206	306.682
Outras empresas não residentes	3.384	-
	<u>424.145</u>	<u>343.934</u>

O valor dos investimentos em associadas é analisado como segue:

	Set 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Banque BCP, S.A.S.	16.458	16.713
Banque BCP (Luxembourg), S.A.	3.993	3.893
Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	366.397	288.319
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	12.919	15.039
Unicre - Cartão Internacional de Crédito, S.A.	20.104	16.646
VSC - Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	890	3.324
Outras	3.384	-
	<u>424.145</u>	<u>343.934</u>

Estes investimentos referem-se a entidades cujas acções não se encontram admitidas à negociação em Bolsa, sendo consolidados pelo método de equivalência patrimonial. O valor de investimento na Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador corresponde à participação de 49% no capital da companhia. A relação das empresas que integram o perímetro do Grupo é apresentada na nota 47.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

27. Outros activos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Set 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Imóveis	950.126	944.790
Equipamento		
Mobiliário	96.755	104.615
Máquinas	56.626	55.291
Equipamento informático	303.729	301.293
Instalações interiores	140.472	139.670
Viaturas	20.970	22.753
Equipamento de segurança	75.609	74.396
Obras em curso	50.112	112.297
Outros activos tangíveis	50.562	44.044
	<u>1.744.961</u>	<u>1.799.149</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>		
Relativas ao período corrente	(68.239)	(97.073)
Relativas a períodos anteriores	(1.027.874)	(956.258)
	<u>(1.096.113)</u>	<u>(1.053.331)</u>
	<u>648.848</u>	<u>745.818</u>

28. Goodwill e activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Set 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
<i>Activos intangíveis</i>		
'Software'	139.106	131.620
Outros activos intangíveis	61.551	61.798
	<u>200.657</u>	<u>193.418</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>		
Relativas ao período corrente	(10.377)	(15.770)
Relativas a períodos anteriores	(156.163)	(143.647)
	<u>(166.540)</u>	<u>(159.417)</u>
	<u>34.117</u>	<u>34.001</u>
<i>Diferenças de consolidação e de reavaliação ('Goodwill')</i>		
Millennium Bank, Societé Anonyme (Grécia)	294.260	294.260
Bank Millennium, S.A. (Polónia)	164.040	164.040
Banco Investimento Imobiliário, S.A.	40.859	40.859
Outros	2.666	7.068
	<u>501.825</u>	<u>506.227</u>
	<u>535.942</u>	<u>540.228</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

29. Activos e Passivos por impostos diferidos

Activos e passivos por impostos diferidos em 30 de Setembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 gerados por diferenças temporárias da seguinte natureza:

	Set 2009		Dez 2008	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Activos intangíveis	58	116	61	77
Outros activos tangíveis	1.879	7.657	2.015	5.168
Perdas por imparidade	243.231	17.764	214.173	60.514
Pensões de reforma	302.129	-	339.010	-
Activos financeiros disponíveis para venda (AFS)	4.631	9.351	810	10.547
Derivados	-	3.666	-	10.554
Imputação de lucros	57.097	-	36.847	-
Outros	58.914	123.250	66.329	123.756
Prejuízos fiscais reportáveis	77.803	-	138.323	-
	<u>745.742</u>	<u>161.804</u>	<u>797.568</u>	<u>210.616</u>
Activos por impostos diferidos	<u>583.938</u>		<u>586.952</u>	
Outros	<u>-</u>	<u>474</u>	<u>-</u>	<u>336</u>
Passivos por impostos diferidos		<u>474</u>		<u>336</u>
Impostos diferidos líquidos	<u><u>583.464</u></u>		<u><u>586.616</u></u>	

30. Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Set 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Devedores	153.921	373.638
Aplicações por recuperação de crédito e outros activos	1.389.308	1.397.511
Valores a cobrar	38.059	26.386
Outros impostos a recuperar	68.962	61.513
Bonificações a receber	35.901	47.055
Associadas	2.327	8.515
Juros e outros proveitos a receber	34.611	49.958
Despesas antecipadas	1.651.105	1.783.982
Operações sobre títulos a receber	67.503	163.918
Valores a debitar a clientes	130.043	203.588
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	478
Contas diversas	269.088	202.236
	<u>3.840.828</u>	<u>4.318.778</u>
Imparidade para outros activos	<u>(212.609)</u>	<u>(171.133)</u>
	<u><u>3.628.219</u></u>	<u><u>4.147.645</u></u>

31. Depósitos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Set 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Recursos de outras instituições de crédito no país	825.908	809.994
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	5.190.251	5.187.072
	<u>6.016.159</u>	<u>5.997.066</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

32. Depósitos de clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	Set 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Depósitos para com clientes		
Depósitos à ordem	14.690.108	13.545.678
Depósitos a prazo	25.817.317	25.990.051
Depósitos de poupança	4.092.051	4.781.069
Bilhetes do Tesouro e outros activos		
com acordo de recompra	435.196	213.191
Outros débitos	365.348	377.179
	<u>45.400.020</u>	<u>44.907.168</u>

Nos termos da Portaria n° 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições Financeiras. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no Aviso n° 11/94 do Banco de Portugal.

33. Títulos de dívida emitidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Set 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Empréstimos obrigacionistas	18.650.652	17.784.038
Papel comercial	3.620.750	2.682.127
Outros	60.126	49.401
	<u>22.331.528</u>	<u>20.515.566</u>

A rubrica empréstimos obrigacionistas inclui emissões para as quais foi efectuado o destaque do derivado embutido, conforme referido na nota 22 e na política contabilística 1 d).

34. Passivos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica é analisada como segue:

	Set 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Vendas a descoberto	5.122	-
FRA	36	424
Swaps	1.075.653	2.078.564
Opções	33.897	24.720
Derivados embutidos	18.187	11.923
Forwards	6.402	23.184
	<u>1.139.297</u>	<u>2.138.815</u>

35. Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Set 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Depósitos de instituições de crédito	1.247.998	1.935.354
Depósitos de clientes	-	35.522
Empréstimos obrigacionistas	5.149.250	3.922.153
Papel comercial	436.960	523.123
Passivos subordinados	-	298.171
	<u>6.834.208</u>	<u>6.714.323</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

36. Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	Set 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Provisão para garantias e outros compromissos	89.009	77.729
Provisões técnicas da actividade seguradora:		
De seguro directo e resseguro aceite:		
Para prémios não adquiridos	7.569	6.147
Matemática do ramo vida	35.659	40.161
Para participação nos resultados	2.266	1.217
Outras provisões técnicas	5.921	4.527
Provisões para pensões de reforma, complementos de pensões de reforma e sobrevivência	3.499	3.048
Outras provisões	85.544	89.007
	229.467	221.836

Os movimentos da Provisão para garantias e outros compromissos são analisados como segue:

	Set 2009	Set 2008
	Euros '000	Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	77.729	73.705
Transferências	114	(956)
Dotação do período	21.183	15.044
Reversão do período	(9.553)	(12.431)
Utilização de provisões	-	(35)
Diferenças cambiais	(464)	292
Saldo em 30 de Setembro	89.009	75.619

37. Passivos subordinados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Set 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Obrigações	2.290.558	2.595.812
Outros passivos subordinados	2.396	2.848
	2.292.954	2.598.660

Em 30 de Setembro de 2009, as emissões de passivos subordinados são analisadas como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
<i>Obrigações não perpétuas</i>					
Banco Comercial Português:					
BCP Março 2011	Junho 2001	Março 2011	Taxa fixa de 6,35%	149.300	153.014
BCP Setembro 2011	Setembro 2001	Setembro 2011	Taxa fixa de 6,15%	120.000	124.491
Mbcp Ob Cx Sub 1 Serie 2008-2018	Setembro 2008	Setembro 2018	Ver referência (i)	286.092	286.092
Mbcp Ob Cx Sub 2 Serie 2008-2018	Outubro 2008	Outubro 2018	Ver referência (i)	78.244	78.244
Bank Millennium:					
Bank Millennium	Dezembro 2001	Dezembro 2011	Taxa fixa de 6,360 %	79.932	79.932
Bank Millennium 2007	Dezembro 2007	Dezembro 2017	Taxa fixa de 6,337 %	149.693	149.693
Banco de Investimento Imobiliário:					
BII 2004	Dezembro 2004	Dezembro 2014	Ver referência (ii)	15.000	14.965

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
 30 de Setembro de 2009

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
BCP Finance Bank:					
EMTN 44ª Emissão - 1 Tranche	Março 2001	Março 2011	Taxa fixa de 6,25%	399.793	414.857
EMTN 44ª Emissão - 2 Tranche	Maio 2001	Março 2011	Taxa fixa de 6,25%	199.896	207.429
BCP Fin. Bank Ltd EMTN -295	Dezembro 2006	Dezembro 2016	Ver referência (iii)	321.000	320.356
BCP Fin. Bank Ltd 2005	Maio 2005	Junho 2015	Ver referência (iv)	270.535	270.316
					<u>2.099.389</u>
Obrigações perpétuas					
BCP - Euro 200 milhões	Junho 2002	-	Ver referência (v)	85	25
BPA 1997	Junho 1997	-	Euribor 3 meses + 0,95%	68.565	68.566
TOPS's BPSM 1997	Dezembro 1997	-	Euribor 6 meses + 0,4%	88.251	89.192
BCP Leasing 2001	Dezembro 2001	-	Ver referência (vi)	4.986	4.986
					<u>162.769</u>
Outros passivos subordinados					
BIM	Dezembro 2000	-	50% Tx Redescoto B.Moçambique	2.363	2.363
Periodificações					
					<u>28.433</u>
					<u>2.292.954</u>

- Referências :
- (i) - 1º ano 6%; 2º ao 5º ano Euribor 6 meses + 1%; 6º ano e seguintes Euribor 6 meses + 1,4%
 - (ii) - Até 10º cupão Euribor 6 meses + 0,4%; Após 10º cupão Euribor 6 meses + 0,9%
 - (iii) - Euribor 3 meses + 0,3% (0,8% a partir de Dezembro 2011)
 - (iv) - Euribor 3 meses + 0,35% (0,85% a partir de Junho 2010)
 - (v) - Até 40º cupão 6,130625%; Após 40º cupão Euribor 3 meses + 2,4%
 - (vi) - Até 40º cupão Euribor 3 meses + 1,75%; Após 40º cupão Euribor 3 meses + 2,25%

38. Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Set 2009 Euros '000	Dez 2008 Euros '000
Credores:		
Fornecedores	40.723	66.436
Por contratos de 'Factoring'	21.411	29.372
Associadas	336	8.453
Outros credores	354.698	338.353
Sector Público Administrativo	65.988	85.636
Juros e outros custos a pagar	62.131	103.741
Receitas antecipadas	2.336	1.750
Férias e subsídios de férias a pagar	83.421	66.330
Outros custos administrativos a pagar	1.191	5.583
Operações sobre títulos a liquidar	182.903	179.384
Contas diversas	350.289	498.595
	<u>1.165.427</u>	<u>1.383.633</u>

39. Capital e acções preferenciais

O capital social do Banco de Euros 4.694.600.000 representado por 4.694.600.000 acções de valor nominal de 1 Euro cada uma e encontra-se integralmente realizado.

Em Abril de 2008, o Banco Comercial Português, S.A., procedeu ao aumento do capital social, de Euros 3.611.329.567 para Euros 4.694.600.000, através da emissão de 1.083.270.433 acções por exercício de direito de preferência aos accionistas, com o valor nominal de 1 Euro cada e ao preço de subscrição de 1,2 Euro por acção.

O valor das acções preferenciais corresponde a duas emissões efectuadas pelo BCP Finance Company e que de acordo com as regras da IAS 32, e conforme referido na política contabilística nota 1 h), foram consideradas como instrumentos de capital. As referidas emissões são analisadas como segue:

- 5.000.000 acções preferenciais, de Euros 100 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 9 de Junho de 2004, destinadas a refinarciar a amortização antecipada da emissão de 8.000.000 de acções preferenciais, de Euros 50 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 400.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 14 de Junho de 1999.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

- 10.000 acções preferenciais, de Euros 50.000 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 13 de Outubro de 2005 destinada a refinar a amortização antecipada da emissão de 6.000.000 de acções preferenciais, de Euros 100 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 600.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 28 de Setembro de 2000.

Em Junho de 2009, conforme referido na nota 45, foram emitidos Euros 300.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000. Face às suas características e de acordo com o disposto na IAS 32 e conforme referido na política contabilística 1h), os mesmos foram tratados como instrumentos de capital.

Em Agosto de 2009, conforme referido na nota 45, foram emitidos Euros 600.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000. Face às suas características e de acordo com o disposto na IAS 32 e conforme referido na política contabilística 1h), os mesmos foram tratados como instrumentos de capital.

40. Reserva legal

Nos termos da legislação portuguesa, o Banco deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros anuais, até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva ser distribuída. De acordo com a proposta de aplicação de resultados aprovada na Assembleia Geral de Accionistas do dia 30 de Março de 2009, o Banco reforçou a sua reserva legal no montante de Euros 45.119.000. Conforme referido na nota 40 e de acordo com a proposta de aplicação de resultados acima mencionada, parte do valor da reserva legal foi transferido para a rubrica Outras reservas.

As empresas do Grupo, de acordo com a legislação vigente, deverão reforçar anualmente a reserva legal com uma percentagem mínima entre 5 e 20% dos lucros líquidos anuais, dependendo da actividade económica.

41. Reservas de justo valor, outras reservas e resultados acumulados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Set 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Outro rendimento integral:		
Diferença cambial de consolidação	(101.163)	(61.731)
Reservas de justo valor		
Instrumentos financeiros detidos para venda	71.813	201.635
Cobertura de fluxos de caixa	(3.635)	5.810
Impostos		
Instrumentos financeiros detidos para venda	2.072	8.252
Cobertura de fluxos de caixa	691	(1.104)
	<u>(30.222)</u>	<u>152.862</u>
Reservas livres e resultados acumulados:		
Reserva legal	425.410	380.291
Reserva estatutária	10.000	-
Outras reservas e resultados acumulados	2.499.605	2.460.365
'Goodwill' resultante da consolidação	(2.883.580)	(2.883.580)
Outras reservas de consolidação	(172.500)	(169.967)
	<u>(121.065)</u>	<u>(212.891)</u>

A variação da rubrica Reserva legal é analisada na nota 40. As Reservas de justo valor correspondem às variações acumuladas do valor de mercado dos instrumentos financeiros detidos para venda e da cobertura dos fluxos de caixa em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 d).

A rubrica Reservas estatutárias corresponde a uma reserva para estabilização de dividendos, que de acordo com os Estatutos da Sociedade, é distribuível.

De acordo com a proposta de aplicação de resultados aprovada na Assembleia Geral de Accionistas, do dia 27 de Maio de 2008, foram transferidos para a rubrica Outras reservas e Resultados acumulados os saldos das rubricas Prémio de emissão no montante de Euros 881.707.000, Reservas livres no montante de Euros 1.176.854.000, Reservas estatutárias no montante de Euros 84.000.000 e Reservas legais no montante de Euros 130.795.000.

A rubrica Outras reservas e resultados acumulados inclui, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006, uma correcção de Euros 220.500.000 (efeito líquido de impostos diferidos) resultante da decisão do Conselho de Administração Executivo relativamente a um activo registado nas demonstrações financeiras consolidadas.

A rubrica Outro rendimento integral inclui proveitos e custos que, de acordo com o definido nas IAS/IFRS, são reconhecidos na situação líquida.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

42. Títulos próprios

Esta rubrica é analisada como segue:

	Acções do		Total
	Banco Comercial Português, S.A.	Outros títulos próprios	
Set 2009			
Valor de balanço (Euros '000)	14.481	65.636	80.117
Número de títulos	15.780.747	(*)	
Valor unitário médio (Euros)	0,92		
Dez 2008			
Valor de balanço (Euros '000)	13.248	45.383	58.631
Número de títulos	15.820.158	(*)	
Valor unitário médio (Euros)	0,84		

As acções próprias detidas por entidades incluídas no perímetro de consolidação encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelos Estatutos do Banco e pelo Código das Sociedades Comerciais.

(*) Esta rubrica incluía em 30 de Setembro de 2009 10.186.572 (31 de Dezembro de 2008: 10.322.555 acções) detidas por clientes e cuja aquisição foi financiada pelo Banco. Considerando que para os referidos clientes existe evidência de imparidade, à luz da IAS 32/39 as acções do Banco por eles detidas foram, apenas para efeitos contabilísticos e em respeito por esta norma, consideradas como acções próprias.

43. Interesses minoritários

Esta rubrica é analisada como segue:

	Balanço		Demonstração de Resultados	
	Set 2009	Dez 2008	Set 2009	Set 2008
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Bank Millennium, S.A.	220.505	233.722	(5.353)	37.926
BIM - Banco Internacional de Moçambique	49.109	49.702	13.553	13.004
Banco Millennium Angola, S.A.	56.283	-	4.482	-
Outras subsidiárias	2.521	4.320	(517)	12
	<u>328.418</u>	<u>287.744</u>	<u>12.165</u>	<u>50.942</u>

44. Garantias e outros compromissos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Set 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
Garantias e avales prestados	8.459.747	8.613.752
Garantias e avales recebidos	26.437.384	26.814.666
Compromissos perante terceiros	14.302.333	12.923.843
Compromissos assumidos por terceiros	14.298.733	12.694.394
Valores recebidos em depósito	159.478.174	139.668.817
Valores depositados na Central de Valores	146.204.501	126.742.438
Outras contas extrapatrimoniais	163.293.301	149.920.250

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

Os montantes de Garantias e avales prestados e os Compromissos perante terceiros são analisados como segue:

	Set 2009	Dez 2008
	Euros '000	Euros '000
<i>Garantias e avales prestados:</i>		
Garantias e avales	7.778.553	7.849.130
Cartas de crédito "stand-by"	210.369	258.779
Créditos documentários abertos	353.983	368.324
Fianças e indemnizações	116.125	137.519
Outros passivos eventuais	717	-
	8.459.747	8.613.752
<i>Compromissos perante terceiros:</i>		
<i>Compromissos irrevogáveis</i>		
Contratos a prazo de depósitos	1.250.687	404.475
Linhas de crédito irrevogáveis	3.518.188	3.480.464
Subscrição de títulos	53.821	44.191
Outros compromissos irrevogáveis	267.599	373.346
<i>Compromissos revogáveis</i>		
Linhas de crédito revogáveis	7.014.845	6.743.785
Facilidades em descobertos de conta	2.170.092	1.864.466
Outros compromissos revogáveis	27.101	13.116
	14.302.333	12.923.843

No âmbito da sua actividade normal o Grupo oferece determinados produtos financeiros que tradicionalmente incluem instrumentos relacionados com crédito registados em contas extrapatrimoniais e cujos riscos não se encontram portanto reflectidos totalmente ou em parte nas demonstrações financeiras consolidadas.

As garantias e avales prestados podem dizer respeito a operações relacionadas ou não com crédito, em que o Grupo presta uma garantia em relação a crédito concedido a um cliente por uma entidade terceira. De acordo com as suas características específicas, espera-se que algumas destas garantias expirem sem terem sido exigidas, pelo que estas operações não representam necessariamente fluxos de saída de caixa.

As cartas de crédito e os créditos documentários abertos destinam-se particularmente a garantir pagamentos a entidades terceiras no âmbito de transacções comerciais com o estrangeiro, financiando o envio das mercadorias adquiridas. Desta forma, o risco de crédito destas transacções encontra-se limitado, uma vez que se encontram colateralizadas pelas mercadorias enviadas e são geralmente de curta duração.

Os compromissos irrevogáveis constituem partes não utilizadas de facilidades de crédito concedidas a clientes empresas e particulares. Muitas destas operações têm uma duração fixa e uma taxa de juro variável, pelo que o risco de crédito e de taxa de juro é limitado.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Garantias e outros compromissos estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito nomeadamente, quanto à análise da evidência objectiva de imparidade tal como descrito na política contabilística 1c). A exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pelo Grupo na eventualidade de incumprimento pelas respectivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais.

Em virtude da natureza destas operações conforme acima descrito, não se prevêem quaisquer perdas materiais nestas operações.

45. Factos relevantes ocorridos durante 2009

Alienação de acções do Banco BPI

O Banco Comercial Português, S.A., na sequência dos contratos celebrados em Dezembro de 2008 concluiu, em Março de 2009, do ponto de vista formal, obtida a devida não oposição do Banco de Portugal, em operação realizada fora de mercado regulamentado, a alienação de 87.214.836 acções representativas de 9,69% do capital social do Banco BPI, SA, ao preço por acção de 1,88 euro (um euro e oitenta e oito cêntimos).

Banco Millennium Angola - conclusão dos acordos de parceria celebrados com a Sonangol e o Banco Privado Atlântico

Na sequência do acordo de parceria estratégica estabelecido com a Sonangol - Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, Empresa Pública (Sonangol) e o Banco Privado Atlântico S.A. (BPA), o Banco Comercial Português, S.A., concretizou em Fevereiro de 2009 as transacções financeiras relativas aos acordos estabelecidos, no âmbito dos quais, através do aumento de capital efectuado no Banco Millennium Angola (BMA), no valor de 1.800.442.195 Kwanzas (equivalente a 105.752.497 USD), a Sonangol passa a deter 29,9% do capital do BMA e o BPA assumirá uma participação de 20% no capital do Banco. O BMA, por sua vez, adquiriu uma participação de 10% no capital do BPA.

Esta operação teve um impacto de Euros 21.183.000 nas contas consolidadas do Banco Comercial Português, S.A., conforme referido na nota 15.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

Banco Comercial Português emite dívida a taxa fixa garantida pela República Portuguesa no montante de 1,5 mil milhões de euros

O Banco Comercial Português procedeu, em Janeiro de 2009, a uma emissão de dívida a taxa fixa (Euros Fixed Rate Notes) a 3 anos, garantida pela República Portuguesa, no montante de 1,5 mil milhões de euros.

A emissão a 3 anos, no montante de 1,5 mil milhões de euros, foi colocada a um preço equivalente à taxa mid-swaps acrescida de 100 p.b..

A notação de rating atribuída pela Standard & Poor's, Aa2 pela Moody's e AA pela Fitch Ratings a esta emissão foi de AA-.

Emissão de Euros 300.000.000 de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados com juros Condicionados ("Valores") ao abrigo do Programa de Emissão Valores Mobiliários Representativos de Dívida até ao montante de Euros 7.500.000.000

Em Junho de 2009, o Banco Comercial Português, S.A. concluiu a emissão de Série 1 do Programa de Emissão Valores Mobiliários Representativos de Dívida, no montante de Euros 300.000.000, de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados com juros Condicionados com valor nominal unitário de EUR 1.000 correspondendo a 300.000 Valores Mobiliários.

Esta emissão, face às suas características, foi classificada como instrumento de capital, conforme referido na nota 39.

Emissão de Euros 600.000.000 de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados com juros Condicionados ("Valores") ao abrigo do Programa de Emissão Valores Mobiliários Representativos de Dívida até ao montante de Euros 7.500.000.000

Em Agosto de 2009, o Banco Comercial Português, S.A. concluiu a emissão de Série 1 do Programa de Emissão Valores Mobiliários Representativos de Dívida, no montante de Euros 600.000.000, de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados com juros Condicionados com valor nominal unitário de EUR 1.000 correspondendo a 600.000 Valores Mobiliários.

Esta emissão, face às suas características, foi classificada como instrumento de capital, conforme referido na nota 39.

Aprovação dos resultados de 2008

Na Assembleia Geral de Accionistas realizada no dia 30 de Março de 2009, foi aprovada a seguinte proposta de aplicação de resultados do exercício no montante de Euros 451.182.626:

- a) Euros 45.118.263 para reforço da reserva legal;
- b) Euros 10.000.000 para reforço da reserva para estabilização de dividendos;
- c) Euros 79.808.200 para atribuição de dividendos;
- d) Euros 316.256.163 para resultados transitados.

Foi igualmente aprovado, relativamente à aplicação de resultados, que:

- a) A cada acção emitida seja pago o dividendo de 0,017 euros;
- b) Não seja pago, registando-se em conta de resultados transitados, o quantitativo correspondente às acções que, no primeiro dia do período de pagamento de dividendos, pertencerem à própria Sociedade.

Fusão por incorporação Banco Millennium bcp Investimento, S.A.

Foi aprovada, em Maio de 2009, pelos órgãos de gestão de ambas as sociedades envolvidas, o projecto de fusão por incorporação da sociedade integralmente controlada pelo Banco Comercial Português, S.A., Banco Millennium bcp Investimento, S.A. neste Banco, com transferência global do património deste último para a sociedade incorporante, e conseqüente extinção da sociedade incorporada, tudo nos termos do n.º 1 e da alínea a) do n.º 4 do artigo 97.º e do artigo 116.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, sem convocação das Assembleias Gerais das sociedades intervenientes.

A fusão em causa ficou concluída no dia 31 de Agosto, data em que se extinguiu o Banco Millenniumbcp Investimento, S.A.

Redução da participação no Projecto Baía de Luanda

O Banco Comercial Português S.A. informa que, ponderadas as condições de mercado e as perspectivas de desenvolvimento do Projecto de Requalificação e Reordenação Urbana da Zona Marginal de Luanda ("Projecto Baía de Luanda"), decidiu reduzir a participação accionista do Grupo Millenniumbcp no referido projecto para 10%, mediante a alienação à sociedade de direito Angolano Finicapital - Investimentos e Gestão S.A., o que se traduziu num encaixe de USD 100.000.000.

O Banco Comercial Português considera que a participação conservada pelo Grupo Millenniumbcp no Projecto Baía de Luanda permitirá não só reforçar os laços de cooperação com a comunidade empresarial Angolana mas também manter uma presença relevante num projecto de grande importância para Angola.

46. Indicadores do Balanço e Demonstração de resultados consolidados por segmentos de negócio e geográficos

O relato por segmentos apresentado, segue, no que respeita aos segmentos de negócio e geográficos, o disposto no IFRS 8. Em conformidade com o modelo de gestão do Grupo, o segmento primário corresponde aos segmentos de negócio utilizados para efeitos de gestão por parte do Conselho de Administração Executivo. O Grupo desenvolve um conjunto de actividades bancárias e de serviços financeiros em Portugal e no estrangeiro, com especial ênfase nos negócios de Banca Comercial, de Banca de Investimento e de Private Banking e Asset Management.

Caracterização dos Segmentos

A Banca Comercial manteve-se como negócio dominante na actividade do Grupo, tanto em termos de volumes como ao nível de contribuição para os resultados. O negócio de Banca Comercial inclui a rede do Banco Comercial Português em Portugal, actuando como canal de distribuição orientado para os segmentos da Banca de Retalho e Empresas, centrando a sua actividade na satisfação das necessidades dos clientes particulares e pequenas e médias empresas, e o segmento de Negócios no Exterior, onde o Grupo actua através de diversas instituições sediadas em mercados de afinidade com Portugal e em países que apresentam maiores perspectivas de crescimento, tanto na Europa como noutras regiões.

O segmento Banca de Retalho e Empresas apresenta duas abordagens específicas: (i) a Banca de Retalho em Portugal encontra-se delineada tendo em consideração os clientes que valorizam uma proposta de valor alicerçada na inovação e rapidez, designados clientes “Mass-market”, e os clientes cuja especificidade de interesses, dimensão do património financeiro ou nível de rendimento, justifica uma proposta de valor baseada na inovação e na personalização de atendimento através de um gestor de cliente dedicado, designados clientes “Prestige” e “Negócios”; (ii) a rede Empresas em Portugal, serve as necessidades financeiras de empresas com volume anual de negócios compreendidos entre 7,5 milhões de euros e 100 milhões de euros, apostando na inovação e numa oferta global de produtos bancários tradicionais complementada com financiamentos especializados. No âmbito da estratégia de “cross-selling”, o segmento Banca de Retalho e Empresas funciona também como canal de distribuição dos produtos e serviços da generalidade das áreas de negócios do Millennium bcp.

O segmento Corporate e Banca de Investimentos inclui: (i) a rede “Corporate” em Portugal, dirigida a empresas e entidades institucionais com um volume anual de negócios superior a 100 milhões de euros, oferecendo uma gama completa de produtos e serviços de valor acrescentado; (ii) a Banca de Investimento, especializada no mercado de capitais, prestação de serviços de consultoria e assessoria estratégica e financeira, serviços especializados de “Project finance”, “Corporate finance”, corretagem de valores mobiliários e “Equity research”, bem como na estruturação de produtos derivados de cobertura de risco; e (iii) a actividade da Direcção Internacional do Banco.

A actividade de Private Banking e Asset Management é assegurada pela rede de “Private Banking” em Portugal, pelo Millennium Banque Privée, uma plataforma de “Private banking” de direito suíço, e pelas subsidiárias especializadas no negócio de gestão de fundos de investimento. O Private Banking e Asset Management inclui também o ActivoBank7, um banco on line de serviço global especializado nos negócios de bolsa e na selecção e aconselhamento de produtos de investimento a longo prazo.

Os Negócios no Exterior englobam as diferentes operações do Grupo fora de Portugal, nomeadamente na Polónia, Grécia, Roménia, Turquia, Moçambique, Angola e Estados Unidos. Na Polónia o Grupo está representado por um banco universal e na Grécia por uma operação baseada na inovação de produtos e serviços, enquanto a actividade desenvolvida na Turquia se apresenta como uma operação dirigida para os segmentos “Upper market”, “Affluent” e negócios e na Roménia marca presença com uma operação de raiz, cuja actividade se iniciou em 2007 vocacionada para os segmentos de “Mass-market” e de negócios, empresas e “Affluent”. O Grupo encontra-se ainda representado em Moçambique pelo Millennium bim, um banco universal, direccionado para clientes particulares e empresas, em Angola pelo Banco Millennium Angola, um banco focado em clientes particulares e em empresas e instituições do sector público e privado, e nos Estados Unidos pelo Millennium bcpbank, um banco global vocacionado para servir a população local e, em especial, a comunidade de língua portuguesa. Todas estas operações desenvolvem a sua actividade sob a mesma marca comercial de Millennium.

No segmento Outros incluem-se a gestão centralizada de participações financeiras e as restantes actividades e operações de carácter corporativo, as actividades não integradas nos segmentos de negócio, nomeadamente a actividade de “Bancassurance”, uma “Joint-venture” com o Grupo Belga-Holandês Fortis, e outros valores não alocados aos segmentos.

Actividade dos segmentos de negócio

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, reflectindo também o impacto, ao nível do balanço e da conta de exploração, do processo de afectação de capital e de balanceamento de cada entidade, efectuado com base em valores médios. As rubricas do balanço de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são recalculadas tendo em conta a substituição dos capitais próprios contabilísticos pelos montantes afectos através do processo de alocação, respeitando os critérios regulamentares de solvabilidade. Tendo em consideração que o processo de alocação de capital obedece a critérios regulamentares de solvabilidade em vigor, os riscos ponderados, e consequentemente o capital afecto aos segmentos, baseiam-se na metodologia de Basileia II. Em 2009, os riscos ponderados foram influenciados pela adopção do método padrão para o cálculo dos requisitos de capital para riscos de crédito e, mediante autorização concedida pelo Banco de Portugal, adoptado o método standard para o risco operacional e o método dos modelos internos para o risco genérico de mercado. O balanceamento das várias operações é assegurado por transferências internas de fundos, não se registando alterações ao nível consolidado.

Os custos operacionais apurados para cada uma das áreas de negócio têm subjacentes os montantes contabilizados directamente nos centros de custo respectivos, por um lado, e os valores resultantes de processos internos de afectação de custos, por outro. A título de exemplo, integram o primeiro conjunto os custos registados com telefones, com deslocações, com estadias e representação e com estudos e consultas, e incluem-se no segundo conjunto os custos com correio, com água e energia e com as rendas associadas aos espaços ocupados pelas unidades orgânicas, entre outros.

A afectação deste último conjunto de custos é efectuada com base na aplicação de critérios previamente definidos, relacionados com o nível de actividade de cada área de negócio, tais como o número de contas de depósitos à ordem, o número de clientes ou de colaboradores, o volume de negócios e as áreas ocupadas. Os fluxos financeiros gerados pelas áreas de negócio, designadamente as aplicações de fundos associadas aos depósitos captados e as tomadas de fundos relacionadas com a concessão de créditos, são processados a preços de mercado, tendo como contraparte a Tesouraria do Banco. Estes preços de mercado são determinados em função da moeda, do prazo da operação e dos respectivos períodos de “repricing”. Por outro lado, todos os fluxos financeiros resultantes de afectação de capitais são valorizados com base na taxa média da Euribor a 6 meses para os períodos considerados.

Para efeitos de comparabilidade desta informação foram repercutidas, em 2008, as alterações estruturais ocorridas em 2009 ao nível da organização dos segmentos. A rede Empresas foi incorporada no segmento Banca de Retalho e Empresas passando a fazer parte do segmento Corporate e Banca de Investimento. De igual forma, o ActivoBank7 deixou de integrar a Banca de Retalho passando a fazer parte do Private Banking e Asset Management.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

As contribuições líquidas de cada segmento reflectem os resultados individuais das unidades de negócio, independentemente da percentagem de participação detida pelo Grupo, incluindo os impactos dos movimentos de fundos anteriormente descritos. A informação seguidamente apresentada, foi preparada tendo por base as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRS e com a organização das áreas de negócio do Grupo.

Segmentos Geográficos

O Grupo actua com especial enfoque nos mercados Português e Polaco, operando ainda num conjunto restrito de mercados de afinidade. Deste modo, a informação por segmentos geográficos encontra-se estruturada em Portugal, Polónia, Grécia, Moçambique e Outros, sendo que o segmento Portugal representa, essencialmente, a actividade desenvolvida pelo Banco Comercial Português em Portugal, pelo ActivoBank7, pelo Banco de Investimento Imobiliário e pela operação na Suíça. O segmento Polónia inclui as operações desenvolvidas pelo Bank Millennium (Polónia); o segmento Grécia encontra-se representado pela actividade do Millennium Bank (Grécia), o segmento Moçambique encontra-se representado pela actividade do Millennium Bim (Moçambique). O segmento Outros considera as operações do Grupo que não estão incluídas nos restantes segmentos, nomeadamente as actividades desenvolvidas em outros países, tais como a Turquia, a Roménia, os Estados Unidos e Angola.

Em 30 de Setembro de 2009 a contribuição líquida dos principais segmentos de negócio, de acordo com a organização das áreas de negócio do Grupo naquela data, é apresentada como se segue:

	Banca Comercial			Corporate e Banca de Investimento	Private Banking e Asset Management	Outros	Consolidado
	Banca de Retail e Empresas	Negócios no Exterior	Total				
Demonstração de Resultados							
Juros e proveitos equiparados	1.434.515	820.049	2.254.564	420.379	110.749	46.419	2.832.111
Juros e custos equiparados	(797.139)	(548.779)	(1.345.918)	(268.793)	(59.831)	(159.386)	(1.833.928)
Margem financeira	637.376	271.270	908.646	151.586	50.918	(112.967)	998.183
Comissões e outros proveitos	373.222	195.586	568.808	132.935	52.255	7.174	761.172
Comissões e outros custos	(17.546)	(54.862)	(72.408)	(5.524)	(14.531)	(82.249)	(174.712)
Comissões e outros proveitos líquidos	355.676	140.724	496.400	127.411	37.724	(75.075)	586.460
Resultados em operações financeiras	-	119.209	119.209	21.209	280	47.452	188.150
Custos com pessoal e FST	583.733	370.477	954.210	57.066	45.045	37.448	1.093.769
Amortizações	1.171	32.834	34.005	167	335	44.109	78.616
Custos operacionais	584.904	403.311	988.215	57.233	45.380	81.557	1.172.385
Imparidade e provisões	(218.920)	(128.052)	(346.972)	(85.477)	(40.156)	(12.270)	(484.875)
Resultados por equivalência patrimonial	-	1.583	1.583	(2.131)	-	48.361	47.813
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	78.276	78.276
Resultado antes de impostos	189.228	1.423	190.651	155.365	3.386	(107.780)	241.622
Impostos	(50.145)	(7.674)	(57.819)	(41.896)	(971)	49.364	(51.322)
Interesses minoritários	-	(11.496)	(11.496)	-	-	(669)	(12.165)
Resultado do exercício	139.083	(17.747)	121.336	113.469	2.415	(59.085)	178.135
Réditos intersegmentos	31.652	-	31.652	(29.432)	(2.220)	-	-
Balanço							
Caixa e aplicações em instituições de crédito	8.056.670	2.405.505	10.462.175	6.407.933	713.893	(13.530.414)	4.053.587
Crédito a clientes	46.052.793	14.685.765	60.738.558	12.361.131	3.567.571	(1.096.738)	75.570.522
Activos financeiros	-	2.845.131	2.845.131	2.141.978	26.849	3.337.738	8.351.696
Outros activos	755.051	422.864	1.177.915	225.648	42.327	4.489.954	5.935.844
Total do Activo	54.864.514	20.359.265	75.223.779	21.136.690	4.350.640	(6.799.460)	93.911.649
Depósitos de instituições de crédito	9.891.940	4.159.498	14.051.438	5.980.857	837.127	(13.500.582)	7.368.840
Depósitos de clientes	21.230.818	13.326.191	34.557.009	5.512.625	2.724.720	2.605.666	45.400.020
Títulos de dívida emitidos	14.930.036	996.261	15.926.297	6.018.514	386.709	8	22.331.528
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	5.285.295	226.589	5.511.884	2.130.579	155.293	175.749	7.973.505
Outros passivos financeiros	-	387.491	387.491	-	-	1.999.835	2.387.326
Outros passivos	983.540	261.480	1.245.020	344.798	67.143	(259.556)	1.397.405
Total do Passivo	52.321.629	19.357.510	71.679.139	19.987.373	4.170.992	(8.978.880)	86.858.624
Capital e Interesses Minoritários	2.542.885	1.001.755	3.544.640	1.149.317	179.648	2.179.420	7.053.025
Total do Passivo, Capital e Interesses Minoritários	54.864.514	20.359.265	75.223.779	21.136.690	4.350.640	(6.799.460)	93.911.649

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
 30 de Setembro de 2009

Em 30 de Setembro de 2008 a contribuição líquida dos principais segmentos de negócio é apresentada como se segue:

	Banca Comercial			Corporate e Banca de Investimento	Private Banking e Asset Management	Outros	Consolidado
	Banca de Retalho e Empresas	Negócios no Exterior	Total				
Demonstração de Resultados							
Juros e proveitos equiparados	2.221.089	944.404	3.165.493	619.591	163.855	(49.286)	3.899.653
Juros e custos equiparados	(1.386.608)	(582.702)	(1.969.310)	(512.343)	(120.779)	(20.523)	(2.622.955)
Margem financeira	834.481	361.702	1.196.183	107.248	43.076	(69.809)	1.276.698
Comissões e outros proveitos	368.127	225.415	593.542	100.639	69.482	59.398	823.061
Comissões e outros custos	(21.130)	(56.952)	(78.082)	27.846	(25.767)	(106.312)	(182.315)
Comissões e outros proveitos líquidos	346.997	168.463	515.460	128.485	43.715	(46.914)	640.746
Resultados em operações financeiras	-	129.360	129.360	5.603	(2.758)	(241.471)	(109.266)
Custos com pessoal e FST	602.599	426.519	1.029.118	70.926	50.469	13.485	1.163.998
Amortizações	1.106	31.982	33.088	204	301	48.935	82.528
Custos operacionais	603.705	458.501	1.062.206	71.130	50.770	62.420	1.246.526
Imparidade e provisões	(189.749)	(46.200)	(235.949)	(63.135)	(34.318)	(20.546)	(353.948)
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	-	(1.182)	-	37.012	35.830
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	5.810	5.810
Resultado antes de impostos	388.024	154.824	542.848	105.889	(1.055)	(398.338)	249.344
Impostos	(102.826)	(32.269)	(135.095)	(28.764)	3.948	103.645	(56.266)
Interesses minoritários	-	(45.484)	(45.484)	-	-	(5.458)	(50.942)
Resultado do exercício	285.198	77.071	362.269	77.125	2.893	(300.151)	142.136
Réditos intersegmentos	29.709	-	29.709	(22.108)	(7.601)	-	-
Balanço							
Caixa e aplicações em instituições de crédito	6.867.238	2.837.671	9.704.909	7.288.298	816.722	(11.112.125)	6.697.804
Crédito a clientes	45.031.242	14.536.369	59.567.611	10.270.148	3.437.625	(1.957.427)	71.317.957
Activos financeiros	-	2.513.675	2.513.675	3.217.453	25.699	3.628.687	9.385.514
Outros activos	1.097.380	544.984	1.642.364	123.138	41.747	3.943.595	5.750.844
Total do Activo	52.995.860	20.432.699	73.428.559	20.899.037	4.321.793	(5.497.270)	93.152.119
Depósitos de instituições de crédito	9.132.522	2.996.896	12.129.418	5.256.900	1.077.318	(10.064.898)	8.398.738
Depósitos de clientes	19.817.089	13.986.333	33.803.422	3.348.226	2.486.683	4.521.802	44.160.133
Títulos de dívida emitidos	16.081.631	1.171.754	17.253.385	8.454.720	379.097	(3.508.829)	22.578.373
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.178.349	325.917	4.504.266	1.980.170	109.238	179.810	6.773.484
Outros passivos financeiros	1.100.318	577.469	1.677.787	601.587	77.348	1.010.635	3.367.357
Outros passivos	400.156	387.751	787.907	175.512	31.426	550.926	1.545.771
Total do Passivo	50.710.065	19.446.120	70.156.185	19.817.115	4.161.110	(7.310.554)	86.823.856
Capital e Interesses Minoritários	2.285.795	986.579	3.272.374	1.081.922	160.683	1.813.284	6.328.263
Total do Passivo, Capital e Interesses Minoritários	52.995.860	20.432.699	73.428.559	20.899.037	4.321.793	(5.497.270)	93.152.119

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

Em 30 de Setembro de 2009 a contribuição líquida dos principais segmentos geográficos, de acordo com a organização das áreas de negócio do Grupo naquela data, é apresentada como se segue:

	Portugal				Total	Polónia	Grécia	Moçambique	Outros	Consolidado
	Banca de Retalho e Empresas	Corporate e Banca de Investimento	Private Banking e Asset Management	Outros						
Demonstração de Resultados										
Juros e proveitos equiparados	1.434.515	420.379	110.749	46.419	2.012.062	407.366	224.607	83.739	104.337	2.832.111
Juros e custos equiparados	(797.139)	(268.793)	(59.831)	(159.386)	(1.285.149)	(319.938)	(135.589)	(19.851)	(73.401)	(1.833.928)
Margem financeira	637.376	151.586	50.918	(112.967)	726.913	87.428	89.018	63.888	30.936	998.183
Comissões e outros proveitos	373.222	132.935	52.255	7.174	565.586	105.829	34.412	37.535	17.810	761.172
Comissões e outros custos	(17.546)	(5.524)	(14.531)	(82.249)	(119.850)	(25.771)	(10.016)	(14.725)	(4.350)	(174.712)
Comissões e outros proveitos líquidos	355.676	127.411	37.724	(75.075)	445.736	80.058	24.396	22.810	13.460	586.460
Resultados em operações financeiras	-	21.209	280	47.452	68.941	61.215	8.571	13.857	35.566	188.150
Custos com pessoal e FST	583.733	57.066	45.045	37.448	723.292	161.209	85.570	41.925	81.773	1.093.769
Amortizações	1.171	167	335	44.109	45.782	13.483	7.173	4.373	7.805	78.616
Custos operacionais	584.904	57.233	45.380	81.557	769.074	174.692	92.743	46.298	89.578	1.172.385
Imparidade e provisões	(218.920)	(85.477)	(40.156)	(12.270)	(356.823)	(78.163)	(19.784)	(6.704)	(23.401)	(484.875)
Resultados por equivalência patrimonial	-	(2.131)	-	48.361	46.230	1.583	-	-	-	47.813
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	78.276	78.276	-	-	-	-	78.276
Resultado antes de impostos	189.228	155.365	3.386	(107.780)	240.199	(22.571)	9.458	47.553	(33.017)	241.622
Impostos	(50.145)	(41.896)	(971)	49.364	(43.648)	4.631	(4.244)	(8.646)	585	(51.322)
Interesses minoritários	-	-	-	(669)	(669)	6.187	-	(12.956)	(4.727)	(12.165)
Resultado do exercício	139.083	113.469	2.415	(59.085)	195.882	(11.753)	5.214	25.951	(37.159)	178.135
Réditos intersegmentos	31.652	(29.432)	(2.220)	-	-	-	-	-	-	-
Balço										
Caixa e aplicações em instituições de crédito	8.056.670	6.407.933	713.893	(13.530.414)	1.648.082	472.379	1.314.311	202.764	416.051	4.053.587
Crédito a clientes	46.052.793	12.361.131	3.567.571	(1.096.738)	60.884.757	7.968.526	4.972.942	508.374	1.235.923	75.570.522
Activos financeiros	-	2.141.978	26.849	3.337.738	5.506.565	1.789.596	340.871	242.516	472.148	8.351.696
Outros activos	755.051	225.648	42.327	4.489.954	5.512.980	144.908	108.105	66.717	103.134	5.935.844
Total do Activo	54.864.514	21.136.690	4.350.640	(6.799.460)	73.552.384	10.375.409	6.736.229	1.020.371	2.227.256	93.911.649
Depósitos de instituições de crédito	9.891.940	5.980.857	837.127	(13.500.582)	3.209.342	1.683.825	1.928.229	41.890	505.554	7.368.840
Depósitos de clientes	21.230.818	5.512.625	2.724.720	2.605.666	32.073.829	7.563.305	3.468.833	784.909	1.509.144	45.400.020
Títulos de dívida emitidos	14.930.036	6.018.514	386.709	8	21.335.267	234.706	761.554	-	1	22.331.528
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	5.285.295	2.130.579	155.293	175.749	7.746.916	154.331	72.184	-	74	7.973.505
Outros passivos financeiros	-	-	-	1.999.835	1.999.835	179.156	129.945	25.500	52.890	2.387.326
Outros passivos	983.540	344.798	67.143	(259.556)	1.135.925	101.554	52.818	80.417	26.691	1.397.405
Total do Passivo	52.321.629	19.987.373	4.170.992	(8.978.880)	67.501.114	9.916.877	6.413.563	932.716	2.094.354	86.858.624
Capital e Interesses Minoritários	2.542.885	1.149.317	179.648	2.179.420	6.051.270	458.532	322.666	87.655	132.902	7.053.025
Total do Passivo, Capital e Interesses Minoritários	54.864.514	21.136.690	4.350.640	(6.799.460)	73.552.384	10.375.409	6.736.229	1.020.371	2.227.256	93.911.649

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

Em 30 de Setembro de 2008 a contribuição líquida dos principais segmentos geograficos é apresentada como se segue:

	Portugal				Total	Polónia	Grécia	Moçambique	Outros	Consolidado
	Banca de Retailho e Empresas	Corporate e Banca de Investimento	Private Banking e Asset Management	Outros						
Demonstração de Resultados										
Juros e proveitos equiparados	2.221.089	619.591	163.855	(49.286)	2.955.249	507.294	273.760	70.089	93.261	3.899.653
Juros e custos equiparados	(1.386.608)	(512.343)	(120.779)	(20.523)	(2.040.253)	(315.990)	(182.996)	(17.948)	(65.768)	(2.622.955)
Margem financeira	834.481	107.248	43.076	(69.809)	914.996	191.304	90.764	52.141	27.493	1.276.698
Comissões e outros proveitos	368.127	100.639	69.482	59.398	597.646	135.228	36.092	32.680	21.415	823.061
Comissões e outros custos	(21.130)	27.846	(25.767)	(106.312)	(125.363)	(28.032)	(12.175)	(13.138)	(3.607)	(182.315)
Comissões e outros proveitos líquidos	346.997	128.485	43.715	(46.914)	472.283	107.196	23.917	19.542	17.808	640.746
Resultados em operações financeiras	-	5.603	(2.758)	(241.471)	(238.626)	100.221	4.610	10.115	14.414	(109.266)
Custos com pessoal e FST	602.599	70.926	50.469	13.485	737.479	237.520	85.297	34.060	69.642	1.163.998
Amortizações	1.106	204	301	48.935	50.546	14.598	6.796	3.557	7.031	82.528
Custos operacionais	603.705	71.130	50.770	62.420	788.025	252.118	92.093	37.617	76.673	1.246.526
Imparidade e provisões	(189.749)	(63.135)	(34.318)	(20.546)	(307.748)	(24.345)	(11.513)	(718)	(9.624)	(353.948)
Resultados por equivalência patrimonial	-	(1.182)	-	37.012	35.830	-	-	-	-	35.830
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	5.810	5.810	-	-	-	-	5.810
Resultado antes de impostos	388.024	105.889	(1.055)	(398.338)	94.520	122.258	15.685	43.463	(26.582)	249.344
Impostos	(102.826)	(28.764)	3.948	103.645	(23.997)	(25.219)	(4.661)	(7.381)	4.992	(56.266)
Interesses minoritários	-	-	-	(5.458)	(5.458)	(33.469)	-	(12.015)	-	(50.942)
Resultado do exercício	285.198	77.125	2.893	(300.151)	65.065	63.570	11.024	24.067	(21.590)	142.136
Réditos intersegmentos	29.709	(22.108)	(7.601)	-	-	-	-	-	-	-
Balanço										
Caixa e aplicações em instituições de crédito	6.867.238	7.288.298	816.722	(11.112.125)	3.860.133	1.028.322	1.177.443	260.155	371.751	6.697.804
Crédito a clientes	45.031.242	10.270.148	3.437.625	(1.957.427)	56.781.588	8.176.812	4.639.236	443.981	1.276.340	71.317.957
Activos financeiros	-	3.217.453	25.699	3.628.687	6.871.839	2.041.080	81.657	221.127	169.811	9.385.514
Outros activos	1.097.380	123.138	41.747	3.943.595	5.205.860	251.298	136.577	67.417	89.692	5.750.844
Total do Activo	52.995.860	20.899.037	4.321.793	(5.497.270)	72.719.420	11.497.512	6.034.913	992.680	1.907.594	93.152.119
Depósitos de instituições de crédito	9.132.522	5.256.900	1.077.318	(10.064.898)	5.401.842	1.130.540	1.520.978	46.605	298.773	8.398.738
Depósitos de clientes	19.817.089	3.348.226	2.486.683	4.521.802	30.173.800	8.819.048	3.013.119	757.615	1.396.551	44.160.133
Títulos de dívida emitidos	16.081.631	8.454.720	379.097	(3.508.829)	21.406.619	273.198	898.556	-	-	22.578.373
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.178.349	1.980.170	109.238	179.810	6.447.567	269.863	35.154	-	20.900	6.773.484
Outros passivos financeiros	1.100.318	601.587	77.348	1.010.635	2.789.888	313.053	168.769	36.689	58.958	3.367.357
Outros passivos	400.156	175.512	31.426	550.926	1.158.020	180.017	104.491	75.553	27.690	1.545.771
Total do Passivo	50.710.065	19.817.115	4.161.110	(7.310.554)	67.377.736	10.985.719	5.741.067	916.462	1.802.872	86.823.856
Capital e Interesses Minoritários	2.285.795	1.081.922	160.683	1.813.284	5.341.684	511.793	293.846	76.218	104.722	6.328.263
Total do Passivo, Capital e Interesses Minoritários	52.995.860	20.899.037	4.321.793	(5.497.270)	72.719.420	11.497.512	6.034.913	992.680	1.907.594	93.152.119

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

Reconciliação do resultado líquido dos segmentos relatáveis com o resultado líquido do Grupo

Descrição dos itens de reconciliação materialmente relevantes:

	Set 2009	Set 2008
	Euros '000	Euros '000
Resultado líquido dos segmentos relatáveis:		
Banca de Retalho e Empresas	139.083	285.197
Private Banking e Asset Management	2.416	2.893
Corporate e Banca de Investimentos	113.469	77.124
Negócios no Exterior	(6.250)	122.553
	<u>248.718</u>	<u>487.767</u>
Impacto na margem financeira da alocação de capital (1)	17.075	43.830
	<u>231.643</u>	<u>443.937</u>
Valores não imputados aos segmentos:		
Interesses minoritários	(12.165)	(50.943)
Custos operacionais (2)	(81.557)	(80.420)
Imparidade e outras provisões	(12.270)	(20.546)
Itens específicos:		
Imparidade BPI	-	(220.175)
Anulação de parte da remuneração variável periodificada em 2007	-	18.000
Ganhos obtidos na alienação de activos (3)	78.379	-
Contabilização de cobertura de risco de taxa de juro (4)	45.178	-
Instrumentos avaliados ao FVO (Risco de crédito próprio)	(98.303)	29.959
Outros (5)	27.230	22.324
Total não imputado aos segmentos	<u>(53.508)</u>	<u>(301.801)</u>
Resultado líquido consolidado	<u>178.135</u>	<u>142.136</u>

(1) Representa o impacto na margem financeira decorrente da alocação de capital. As rubricas do balanço de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são recalculadas tendo em conta a substituição dos capitais próprios contabilísticos pelos montantes afectos através do processo de alocação, respeitando os critérios regulamentares de solvabilidade.

(2) Inclui os custos operacionais não alocados aos segmentos de negócio, nomeadamente os relacionados com as áreas corporativas e com projectos estratégicos.

(3) Valia contabilística apurada com a dispersão do capital social do Banco Millennium em Angola e outros ganhos obtidos na alienação de activos.

(4) Resultados em operações financeiras associados à estratégia de cobertura económica do risco de taxa de juro associado a um passivo de taxa fixa, que foi efectuado através de um "swap" de taxa de juro. Como resultado da volatilidade observada nos mercados, os testes de avaliação da efectividade da cobertura contabilística, em conformidade com o requerido pela IAS 39, evidenciaram que a relação de cobertura tinha quebrado, tendo o Banco decidido a interrupção da relação de cobertura prospectivamente.

(5) Inclui o financiamento dos activos não geradores de juros e das participações financeiras estratégicas bem como o efeito fiscal associado aos restantes impactos.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

47. Empresas subsidiárias e associadas do Grupo Banco Comercial Português

Em 30 de Setembro de 2009, as empresas subsidiárias do Grupo Banco Comercial Português incluídas na consolidação pelo método integral, foram as seguintes:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Millennium bcp Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	Lisboa	6.720.691	EUR	Gestão de fundos de investimento	100,0	100,0	100,0
Interfundos Gestão de Fundos de Investimento Imobiliários, S.A.	Lisboa	1.500.000	EUR	Gestão de fundos de investimento imobiliários	100,0	100,0	100,0
BII Investimentos International, S.A.	Luxemburgo	150.000	EUR	Gestão de fundos de investimento mobiliários	100,0	100,0	–
BCP Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	Lisboa	28.500.000	EUR	Capital de risco	100,0	100,0	100,0
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	Lisboa	157.000.000	EUR	Banca	100,0	100,0	100,0
BII Internacional, S.G.P.S., Lda.	Funchal	25.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	–
BII Finance Company Limited	George Town	25.000	USD	Financeira	100,0	100,0	–
Banco ActivoBank (Portugal), S.A.	Lisboa	23.500.000	EUR	Banca	100,0	100,0	–
BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.	Maputo	1.500.000.000	MZN	Banca	66,7	66,7	–
Banco Millennium Angola, S.A.	Luanda	3.809.398.820	AOA	Banca	52,7	52,7	52,7
Bank Millennium, S.A.	Varsóvia	849.181.744	PLN	Banca	65,5	65,5	65,5
Millennium TFI S.A.	Varsóvia	10.300.000	PLN	Gestão de fundos de investimento mobiliários	100,0	65,5	–
Millennium Dom Maklerski S.A.	Varsóvia	16.500.000	PLN	Corretora	100,0	65,5	–
Millennium Leasing Sp. z o.o.	Varsóvia	43.400.000	PLN	Locação financeira	100,0	65,5	–
Millennium Lease Sp.z o.o.	Varsóvia	86.318.000	PLN	Locação financeira	100,0	65,5	–
BBG Finance BV	Roterdão	18.000	EUR	Financeira	100,0	65,5	–
TBM Sp.z o.o.	Varsóvia	500.000	PLN	Consultoria e serviços	100,0	65,5	–
MB Finance AB	Estocolmo	500.000	SEK	Financeira	100,0	65,5	–
Millennium Service Sp. z o.o.	Varsóvia	1.000.000	PLN	Serviços	100,0	65,5	–
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	Genebra	70.000.000	CHF	Banca	100,0	100,0	–
Millennium BCPBank	Newark	2.500.000	USD	Banca	100,0	100,0	–
Millennium Bank, Société Anonyme	Atenas	184.905.000	EUR	Banca	100,0	100,0	–

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Millennium Bank, Anonim Sirketi	Istambul	202.535.316	TRY	Banca	100,0	100,0	–
Millennium Fin, Vehicles, Vessels, Appliances and Equipment Trading, Societé Anonyme	Atenas	249.980	EUR	Financeira	100,0	100,0	–
Millennium Mutual Funds Management Company, Societe Anonyme	Atenas	1.176.000	EUR	Gestão de fundos de investimento	100,0	100,0	–
Banca Millennium S.A.	Bucareste	370.460.000	RON	Banca	100,0	100,0	–
BCP Internacional II, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	Funchal	25.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
BitallPart, B.V.	Roterdão	19.370	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
BCP Investments, B.V.	Amesterdão	620.774.050	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
BCP Holdings (USA), Inc.	Newark	250	USD	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	–
Seguros & Pensões Gere, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	380.765.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	89,0
Anjala Holdings , S.A.	Tortola	54.402.000	USD	Gestão de participações sociais	100,0	99,9	–
BCP Bank & Trust Company Ltd.	George Town	340.000.000	USD	Banca	100,0	100,0	–
BCP Capital Finance Limited	George Town	16.000.000	USD	Investimento	100,0	100,0	100,0
BCP Finance Bank Ltd	George Town	246.000.000	USD	Banca	100,0	100,0	–
BCP Finance Company, Ltd	George Town	1.509.694.300	USD	Financeira	100,0	3,0	–
Millennium bcp - Escritório de Representações e Serviços, S/C Ltda.	São Paulo	22.977.188	BRL	Serviços financeiros	100,0	100,0	100,0
Millennium bcp - Serviços de Comércio Electrónico, S.A.	Lisboa	50.004	EUR	Serviços de videotex	100,0	100,0	100,0
Caracas Financial Services, Limited	George Town	25.000	USD	Serviços financeiros	100,0	100,0	100,0
Banpor Consulting S.R.L.	Bucareste	1.750.000	RON	Serviços	100,0	100,0	100,0
Comercial Imobiliária, S.A.	Lisboa	50.000	EUR	Gestão de imóveis	99,9	99,9	99,9
Paço de Palmeira - Sociedade Agrícola e Comercial, Lda	Braga	39.905	EUR	Sociedade Agrícola	100,0	100,0	100,0
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A. C. E.	Lisboa	330.250	EUR	Serviços	93,8	94,3	73,2
Servitrust - Trust Management and Services, S.A.	Funchal	100.000	EUR	Serviços de Trust	100,0	100,0	100,0

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2009

Em 30 de Setembro de 2009, as empresas associadas do Grupo Banco Comercial Português eram as seguintes:

Empresas associadas	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Baía de Luanda	Luanda	19.200.000	USD	Serviços	10,0	10,0	–
Banque BCP, S.A.S.	Paris	65.000.000	EUR	Banca	19,9	19,9	19,9
Banque BCP (Luxemburgo), S.A.	Luxemburgo	12.500.000	EUR	Banca	19,9	19,9	–
Luanda Waterfront Corporation	George Town	9.804	USD	Serviços	10,0	10,0	–
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	Lisboa	24.642.300	EUR	Serviços Bancários	21,9	21,9	21,5
Unicre - Cartão de Crédito Internacional, S.A.	Lisboa	10.000.000	EUR	Cartões de Crédito	30,3	30,3	30,0
VSC - Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	Lisboa	12.500.000	EUR	Aluguer de longa duração	50,0	50,0	–

Em 30 de Setembro de 2009, as empresas subsidiárias do Grupo Banco Comercial Português do ramo segurador incluídas na consolidação pelo método integral e pelo método da equivalência patrimonial, são apresentadas como segue:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Millennium Insurance Agent Unipersonal Limited Liability Company	Atenas	18.000	EUR	Mediação de seguros	100,0	100,0	–
Seguros & Pensões RE Limited	Dublin	1.500.000	EUR	Resseguro de riscos do ramo vida	100,0	100,0	–
SIM - Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	Maputo	147.500.000	MZN	Seguros	89,9	60,0	–

Empresas associadas	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	1.000.002.375	EUR	Gestão de participações sociais	49,0	49,0	–
Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.	Lisboa	12.000.000	EUR	Seguros do ramo saúde	49,0	49,0	–
Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	Lisboa	22.375.000	EUR	Seguros do ramo vida	49,0	49,0	–
Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	Lisboa	12.500.000	EUR	Seguros de ramos reais	49,0	49,0	–
Pensõesgere, Sociedade Gestora Fundos de Pensões, S.A.	Lisboa	1.200.000	EUR	Gestão de fundos de pensões	49,0	49,0	–